

TÂMEGA e SOUSA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Estudo “Diagnóstico de necessidades de qualificações e definição de uma estratégia de apoio ao desenvolvimento do sistema educativo e formativo da região do Tâmega e Sousa”

Relatório Final

junho de 2023

 **Quaternaire**
Portugal

FICHA TÉCNICA

1

Entidade contratante: Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa

Entidade executante: Quatenaire Portugal, SA

Equipa de consultores:

- António Figueiredo (coordenação científica)
- Carlos Fontes
- Filipa Barreira
- Leonor Rocha (coordenação)
- Mariana Rodrigues
- Patrícia Amaral

ÍNDICE

Ficha técnica.....	1
Índice de quadros.....	4
Índice de figuras.....	4
Índice de gráficos.....	4
Ponto prévio.....	6
I. A SUBREGIÃO DO TÂMEGA E SOUSA.....	10
1. Marcas identitárias do território e objetivos estratégicos.....	10
II. <i>Estado da arte</i> do insucesso e abandono escolar no tâmega e Sousa.....	14
2. A perspetiva quantitativa.....	14
3. Resultados e impactos alcançados com o PIICIE-TeS.....	31
III. Necessidades de qualificação de nível intermédio – principais elementos de análise e conclusões.....	44
1. Demografia.....	44
2. Empresas e setores de atividade.....	49
3. Dinâmica do emprego e do mercado de trabalho.....	53
4. Dinâmicas da formação profissionalizante para jovens.....	56
4. Os Cursos Profissionais- alunos, turmas e cursos.....	57
5. Dinâmicas da formação de ativos no território do Tâmega e Sousa.....	62
6. Antecipação de necessidades de qualificações e competências- dimensão prospetiva..	89
IV. Plano de intervenção para o sistema educativo e formativo regional.....	99
1. Quadro de referência para a intervenção.....	99
2. Sistema de alerta.....	106
3. Ações que visem a melhoria do desempenho do sistema de educação e formação, nomeadamente na qualidade de resposta a necessidades presentes e emergentes.....	119
4. Condições de contexto para uma estratégia de produção e atração de qualificações e competências para o território.....	121
ANEXOS.....	124

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
CEF	Cursos de Educação e Formação
CET	Cursos de Especialização Tecnológica
CIM	Comunidade Intermunicipal
CP	Cursos Profissionais
CTESP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
DGEEC	Direção-Geral das Estatísticas da Educação
DGESTE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
INE	Instituto Nacional de Estatística
SANQ	Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações

Relatório Final

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- População residente com 15 e mais anos segundo os Censos 2021: por concelho e por nível de escolaridade completo mais elevado (%)	30
Quadro 4- Atividades do PIICIE em que as Escolas participaram (%)	34
Quadro 5- Impacto das atividades do PIICIE em que as Escolas participaram (%).....	36
Quadro 6- Quadros-síntese dos estudos de caso realizados em abril de 2023.....	40
Quadro 7- Identificação de práticas de referência no domínio da Orientação Vocacional	42
Quadro 6- Variação da População Residente e variação da atração demográfica (2011-2021) (%).....	48
Quadro 5- Evolução do nº de empresas, por concelho, do Tâmega e Sousa.....	49
Quadro 6- Evolução do pessoal do serviço, por concelho, do Tâmega e Sousa.....	50
Quadro 9- Número de turmas de 1.º ano dos cursos profissionais no Tâmega e Sousa, por AEF, 2022/23	59
Quadro 10- Tipologias das entidades formadoras	63
Quadro 11- Destinatários das formações ministradas (n).....	81
Quadro 12- Necessidades identificadas pelas entidades formadoras do território (%).....	82
Quadro 6- Quadro-síntese das entrevistas realizadas às entidades formadoras, do T&S.....	130



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- População total residente no Tâmega e Sousa, por concelho, 2011 e 2021	45
Figura 2- Variação da população jovem (15-24 anos) residente no Tâmega e Sousa, por concelho, 2011-2021	46
Figura 3- Índice de Envelhecimento, Tâmega e Sousa, por concelho, 2021	47
Figura 4- Oferta formativa de dupla certificação no território do Tâmega e Sousa, por concelho, ano letivo 2020/21	56
Figura 5- Escolas do Tâmega e Sousa que ministraram o 1.º ano dos cursos profissionais no ano letivo de 2022/23	58
Figura 6- Entidades formadoras com oferta formativa para adultos, por concelho, no território do T&S, 2023	64
Figura 7- Cursos EFA nível 2, por concelho, no território do T&S, em 2021	68
Figura 8- Cursos EFA nível 4, por concelho, no território do T&S, em 2021	71
Figura 9- Cursos CET (nível 5), por concelho, no território do T&S, entre 2018 e 2021	73
Figura 10- Quadro de referência para a intervenção no sistema educativo e formativo do TeS	99
Figura 11- Entidades da rede de referenciação	114

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de alunos matriculados* por ciclo de ensino, Tâmega e Sousa, 2011/12-2020/21	15
Gráfico 2-Taxas brutas de escolarização (1) no Tâmega e Sousa, por concelho 2020/21 (%)	16
Gráfico 3-Evolução das taxas de retenção e desistência ensino básico, Continente, Região Norte e Tâmega e Sousa, 2011-2021 (%)	17
Gráfico 4- Evolução das taxas de retenção e desistência ensino secundário, Continente, Região Norte e Tâmega e Sousa, 2011-2021 (%)	18
Gráfico 5- Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos), Continente e Região Norte, 2011-2021 (%)	21
Gráfico 6 – Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação no Continente, por sexo, entre 2019 e 2022 (%)	22

Relatório Final

Gráfico 7 – Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação na região Norte (NUTS II), por sexo, entre 2019 e 2022 (%)	23
Gráfico 8 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, 1.º CEB, 2020-21 (%)	24
Gráfico 9 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, 2.º CEB, 2020-21 (%)	25
Gráfico 10 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, 3.º CEB, 2020-21 (%)	26
Gráfico 11 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, nos CCH*– Ensino Secundário, 2020-21 (%)	26
Gráfico 12 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, nos Cursos Profissionais – Ensino Secundário, 2020-21 (%)	27
Gráfico 13 – População residente com 15 e mais anos segundo os Censos 2021: total e por nível de escolaridade completo mais elevado (%)	29
Gráfico 9 – A Escola foi abrangida por ações/atividades dinamizadas no âmbito do PIICIE (n)	33
Gráfico 15 - Densidade populacional, (n.º Médio de indivíduos por Km2), 2021	44
Gráfico 16 - Distribuição da população residente no Tâmega e Sousa, por concelho, 2021 (%)	47
Gráfico 17- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica e por concelho, 2020	52
Gráfico 18- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos, no TeS, concelho	53
Gráfico 19- Evolução da taxa de desemprego jovem, por concelho	54
Gráfico 20- Desempregados inscritos, por nível de escolaridade (2021)	54
Gráfico 21 - Taxa de participação em modalidades de dupla certificação do ensino secundário orientadas para jovens	57
Gráfico 22 - Número de turmas de 1.º ano dos cursos profissionais no Tâmega e Sousa, de 2020/21 a 2022/23	59
Gráfico 23 - Cursos profissionais com maior número de alunos no Tâmega e Sousa, entre 2020/21 e 2022/23	60
Gráfico 24 – Número total de alunos aprovados nos cursos EFA (nível 2 e 4) no T&S, entre 2017 e 2021	66
Gráfico 25 – Os 5 cursos EFA de nível 2 com mais alunos aprovados no T&S, entre 2017 e 2021	66
Gráfico 26 – Os 5 cursos EFA de nível 2 com maior número de alunos aprovados no T&S, em 2021	67
Gráfico 27 – Os 5 cursos EFA de nível 4 com mais alunos aprovados no T&S, entre 2017 e 2021	69
Gráfico 28 – Os 5 cursos EFA de nível 4 com maior número de alunos aprovados no T&S, em 2021	70
Gráfico 29 – Número de alunos aprovados em Formação Modular, por concelho no T&S, em 2021	72
Gráfico 30 - Concelho onde se situa o centro de formação (n)	74
Gráfico 31 – Tipo de entidade formadora (n)	75
Gráfico 32 – As AEF mais ministradas pelas entidades formadoras (n)	76
Gráfico 33 – Entidades desenvolvem formação nas seguintes formas de organização (%)	77
Gráfico 34 – Entidades desenvolvem formação nas seguintes formas de organização (%)	77
Gráfico 35 – Tipo de oferta formativa ministrada pelas entidades formativas (n)	78
Gráfico 36 – Modalidades destinadas a formação de adultos ministradas (n)	79
Gráfico 37 – Formas de financiamento da formação ministradas (últimos 3 anos) %	79
Gráfico 38 – Práticas de identificação de necessidades de formação para definir a oferta formativa (%)	80

PONTO PRÉVIO

O presente documento constitui o relatório final do estudo “*Diagnóstico de necessidades de qualificações e definição de uma estratégia de apoio ao desenvolvimento do sistema educativo e formativo da região do Tâmega e Sousa*”, abrangendo as componentes i) “Atualização do diagnóstico relativo às dinâmicas de Educação e Formação no Tâmega e Sousa, em especial no que se refere ao insucesso e abandono escolar ” e ii) “**Linhas orientadoras para a criação e implementação de um sistema de alerta e rede de referência no combate ao insucesso e abandono escolar** ”

O presente trabalho desenvolveu-se ao longo de 11 meses, tendo-se iniciado em julho de 2022 e terminado em junho de 2023.

O objeto de estudo foi o sistema educativo e formativo da sub-região do Tâmega e Sousa, abrangendo a formação de jovens e de adultos, de nível não superior.

A fase inicial foi dedicada à formação inicial de jovens, com particular incidência nas modalidades de dupla certificação do ensino secundário, ministrados na rede de escolas do Ministério da Educação. A razão da prioridade dada a esta componente prendeu-se com a necessidade de atualizar o diagnóstico de necessidades de qualificações e competências visando a produção do mapa de relevâncias para apoiar o planeamento e concertação da rede do ano letivo 2023/2024.

Simultaneamente, foram trabalhadas as dimensões relativas ao insucesso escolar, particularmente os resultados alcançados com os programas e atividades do PIICIE.

A última fase do trabalho de terreno aconteceu a partir de fevereiro de 2023 e teve como foco principal a formação de adultos, considerando a formação inicial e contínua, desenvolvida nas entidades da rede formal e não formal em funcionamento no território.

Considerando as várias componentes deste trabalho, considerou-se que o relatório final deveria agregar e compilar os temas abordados nos relatórios anteriores (Relatório 1, versão preliminar de dezembro de 2022; Relatório 1, versão final; Relatório 2), dando assim uma perspetiva global e integradora do estudo.

O presente relatório tem a seguinte estrutura:

Capítulo 0, considerando um ponto introdutório para apresentação do estudo, referencial de objetivos esperados e um breve apontamento metodológico com a síntese das principais fontes de informação, técnicas e instrumentos mobilizados.

Capítulo I dedicado às principais dinâmicas de desenvolvimento do território do Tâmega e Sousa e que serve de enquadramento global ao estudo;

Capítulo II -Dedicado à atualização do diagnóstico das dinâmicas do sistema de educação e formação do Tâmega e Sousa, incluindo os aspetos relacionados com o insucesso e abandono escolar e que está organizado nos seguintes pontos:

Relatório Final

1. *Estado da Arte* relativamente ao insucesso e abandono escolar no Tâmega e Sousa através da análise de um conjunto de indicadores estatísticos;
2. Avaliação dos resultados e impactos do PIICIE-TeS, no combate ao insucesso e abandono escolar e identificação das dimensões e fatores críticos de sucessos dos programas e iniciativas do PIICIE;
3. Atualização do **diagnóstico de necessidades de qualificações de nível não superior**, considerando as áreas de aposta para o desenvolvimento do território, as necessidades expressas pelos empregadores e sentidas pelo mercado de trabalho e as dinâmicas mais recentes da oferta formativa de dupla certificação de nível 4 e 5 ministrada na região. Neste capítulo inclui-se também uma caracterização da oferta formativa no território e identificam-se as variáveis associadas à relevância e qualidade dessa mesma oferta;
4. O quarto ponto é dedicada às dinâmicas da formação de ativos no Tâmega e Sousa;
5. Este capítulo termina com um ponto dedicado ao **diagnóstico prospetivo das necessidades de qualificações e competências**

7

Capítulo III, centra-se nas propostas e linhas de orientação para o sistema educativo e formativo, organizado nos seguintes tópicos:

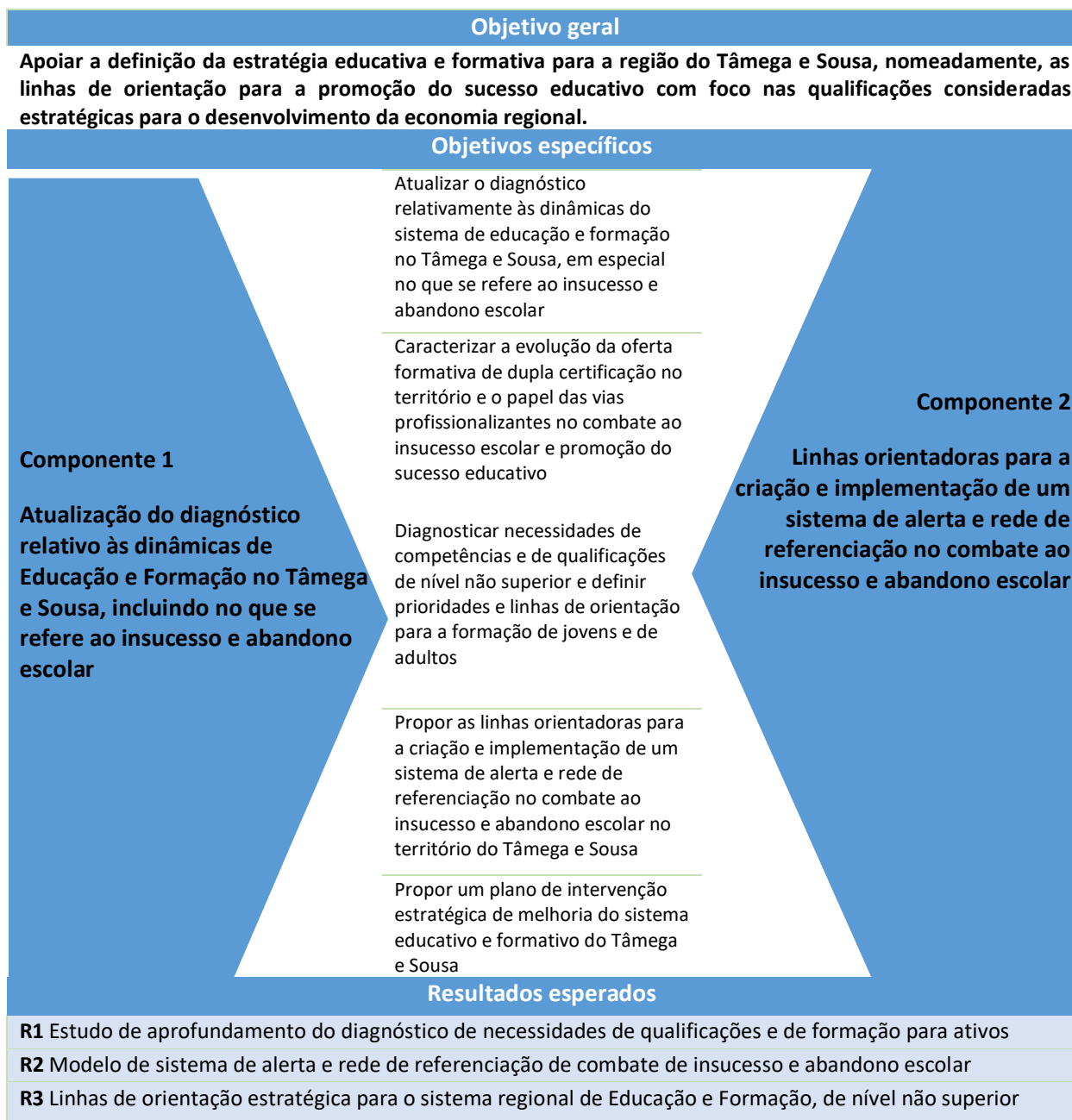
1. Quadro de orientação estratégica para a melhoria do sistema de educação e formação, considerando o aumento dos níveis de qualificação e competências da população jovem e adulta e as prioridades para a oferta formativa de nível não superior;
2. Proposta de sistema de alerta e rede de referênciação;
3. Ações que visem a melhoria do desempenho do sistema de educação e formação, nomeadamente na qualidade de resposta a necessidades presentes e emergentes;
4. Condições de contexto para uma estratégia de produção e atração de qualificações e competências para o território.

Nos anexos integram-se as sínteses dos Estudos de Caso realizado em abril de 2023 e que ainda se referem à componente 1, nomeadamente identificação de boas práticas relativas a modelos e práticas de orientação vocacional e de ensino profissional.

- **Referencial de objetivos**

Os objetivos definidos para o trabalho decorreram das especificações técnicas do Caderno de Encargo, das orientações dadas pela equipa da CIM e ainda da evolução dos trabalhos. Efetivamente, a recolha de informação realizada no terreno obrigou a alguma adaptação dos objetivos e dos resultados esperados, tendo como consequência, o aprofundamento de uma nova dimensão, a desagregação e autonomia de determinados pontos ou, em sentido oposto, a agregação de objetivos ou dimensões de análise. Eis o **referencial de objetivos revisto**.

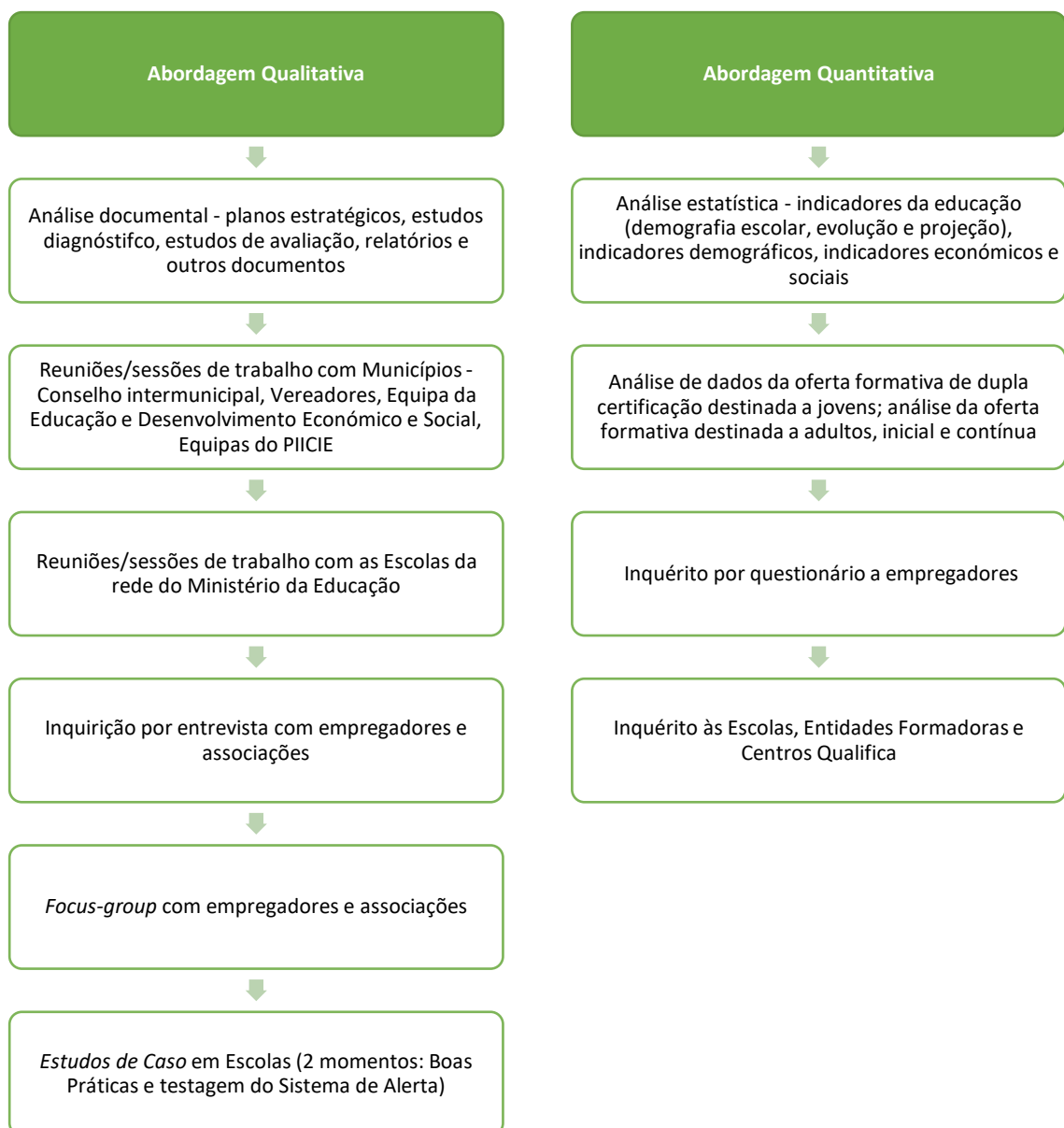
8



- **A metodologia de desenvolvimento do trabalho**

Para a realização das duas componentes do trabalho, de diagnóstico do estado da arte da educação e formação de adultos e das suas principais dinâmicas no Tâmega e Sousa, mobilizaram-se um conjunto de fontes de informação – documentais, estatísticas, bem como a técnicas e instrumentos de índole qualitativa e quantitativa. Nos relatórios 1 e 2 apresenta-se uma maior explicitação da metodologia utilizada nas várias fases do estudo. Neste documento optou-se por apresentar apenas um quadro resumo, como segue na figura 1.

Figura 1- Metodologias de recolha de informação, abordagens qualitativa e quantitativa



I. A SUBREGIÃO DO TÂMEGA E SOUSA

Neste capítulo de enquadramento apresenta-se uma **visão global** acerca das principais dinâmicas de desenvolvimento do território do Tâmega e Sousa, numa perspetiva crítica e sintética. A caracterização mais aprofundada e detalhada, baseada sobretudo em indicadores estatísticos socioeconómicos poderá ser encontrada no relatório 1 (janeiro de 2023) .

10

1. ESTADO DA ARTE, MARCAS IDENTITÁRIAS DO TERRITÓRIO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O território do Tâmega e Sousa (TeS) é, paradoxalmente, marcado por uma **forte diversidade de marcas identitárias**, que resultam, não de uma identidade sub-regional, nas antes de algumas identidades concelhias que se destacam nesse contexto de referências, quer para os seus residentes, quer para os que do exterior se relacionam com ele de algum modo sistemático ou que o visitam acidentalmente por razões de negócio ou simplesmente de fruição turística.

O território do TeS é, assim, um território diverso, a cuja diversidade corresponde uma geometria fortemente variável de relacionamento dos seus municípios, umas vezes com o Ave, outras vezes com o Alto Tâmega, outras ainda com o Douro e também obviamente com a alargada Área Metropolitana do Porto (AMP).

Essa diversidade é, entre outras dimensões, ilustrada por exemplo, pela diversidade de associações de desenvolvimento local que desenvolvem a sua atividade em municípios integrantes do TeS, mas que alargam a sua área de colaboração e influência a territórios NUTS III vizinhos.

A esta geometria variável no plano institucional não é, obviamente, estranho o paradoxo da proximidade a territórios do Norte Portugal com uma dinâmica económica reconhecida, independentemente dessa dinâmica se repercutir ou não em indicadores de produto *per capita*, produtividade e condições sociais em linha com essa pujança económica. Isso é particularmente visível na proximidade funcional histórica à AMP mas é-também em relação ao território do Ave, com o qual partilha a norte algumas similaridades do ponto de vista dos modelos empresariais.

Do ponto de vista que nos interessa, o das **dinâmicas socioeconómicas**, esta proximidade tende a gerar uma situação ambivalente. Por um lado, a **proximidade a concentrações de atividade económica industrial e de serviços constitui uma vantagem de localização**, tirando partido de condições de preço de solo infraestruturado mais atrativas e, no caso do TeS, de algumas bolsas de juventude ainda existentes no território, diferenciando-a de uma Região Norte em que a questão demográfica se tornou aceleradamente um problema. Mas, por outro

lado, traz consigo as **inevitáveis dificuldades de fixação de serviços de maior valor acrescentado** que, regra geral, demandam as áreas de maior concentração.

Não é por acaso que o TeS apresenta face ao País e à Região Norte um **peso claramente mais elevado em termos de atividades industriais** e, opostamente, um **peso claramente inferior na área do terciário**.

A questão da formação superior e avançada e dos serviços tecnológicos de apoio às empresas ilustra, exemplarmente, a ambivalência a que nos estamos a referir. A proximidade à concentração universitária da AMP é uma enorme vantagem para os jovens do TeS que desejam prosseguir estudos superiores, sobretudo para os residentes de Municípios em que a relação com a cidade do Porto é mais antiga. Mas, vendo o problema na perspetiva das dificuldades de fixação de serviços avançados, **essa proximidade tem impedido a concentração no TeS de infraestruturas e de serviços de base tecnológica**, os quais se localizam na proximidade dos centros de conhecimento que os impulsionaram (veja-se a rede dessas infraestruturas e serviços localizadas nas áreas de influência próxima das Universidades do Porto e do Minho), mas também em territórios onde a especialização industrial é mais concentrada (veja-se, por exemplo, a concentração de unidades de serviços tecnológicos em torno da concentração têxtil (CITEVE) ou da associada às indústrias das carnes (TECH MEAT em Vila Nova de Famalicão).

A Escola Superior de Gestão e Tecnologia do IPP em Felgueiras e os estabelecimentos privados em Penafiel são uma exceção a essa tendência, mas a sua pequena dimensão não é suficiente para gerar em torno da sua área de influência uma atração significativa dos serviços tecnológicos às empresas.

Esta é uma questão a que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do TeS, revista para efeitos da programação do PT2030, dedica uma especial atenção e nos projetos estruturantes que estão a ser delineados essa questão é também determinante, tendo conduzido a projetos que, a concretizarem-se, **irão explorar criteriosamente áreas de serviços dirigidas para as empresas a descoberto nas zonas de proximidade do TeS**. Esta política explica-se pelo facto da rede de instituições universitárias e politécnicas públicas estar hoje fortemente estabilizada, e até carenciada de uma maior racionalização de ofertas, pelo que será mais oportuno criar condições no território do TeS para a criação de serviços especializados, tendo sempre em consideração a estrutura de especialização diversificada que o TeS apresenta.

Os valores que a versão revista da EIDT do TeS apresenta para as exportações realizadas a partir do território (uma variável que capta a abertura do território baseada na sua diversidade) são particularmente esclarecedores desta característica do território:

Relatório Final

Tipo de Bens (Subsecções da Nomenclatura Combinada - NC2)	Exportações (€)	% Total	Taxa de Cobertura (X/M)
Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	662.749.988	38,6%	1.937,2%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas	290.161.346	16,9%	1.190,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto malha	267.124.745	15,5%	1.311,9%
Vestuário e seus acessórios, de malha	93.125.429	5,4%	900,8%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	39.572.530	2,3%	1.328,0%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	37.756.673	2,2%	2.116,7%

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

12

Quer isto significar que a questão da atração ou criação no TeS de uma rede de serviços tecnológicos e de gestão orientados para as empresas que materializam o **perfil de especialização** que ressalta da tabela acima deve ser interpretada como uma questão central na prospetiva das qualificações para este território.

A criação de emprego que estará associada à constituição desta rede e às principais infraestruturas de oferta de serviços que a materializarão no território será fundamental para fixar na sub-região melhorias de qualificação de população jovem que prosseguiu estudos e pretenda ter no território uma perspetiva de desenvolvimento profissional.

A versão da EIDT do TeS aprofunda bastante **a análise dos principais clusters que caracterizam a indústria transformadora**. É nesse campo de procura de serviços que o TeS pode apostar e o que se conhece dos **projetos estruturantes** que *têm pernas para andar* ilustra esse potencial prospetivo da dinâmica socioeconómica.

Mas convirá não ignorar a relevância que tem no território o **conjunto de atividades agrícolas, pecuárias e silvícolas**, às quais o relatório da EIDT dedica especial atenção e análise.

Um dos campos da diversidade de especialização que atravessa o território do TeS é também proporcionado pelo diferente modo como o território acolhe estas atividades, as quais serão seguramente importantes para **manter o padrão de diversidade paisagística que define o mosaico do TeS**. Compreensivelmente, essa relevância estende-se para o setor agroalimentar, no âmbito do qual o vinho se destaca com um quociente de localização superior a 2, distante de valores do QL observados no Douro e no Alentejo Central (19,43 e 12,87, respetivamente), mas próximos da região do Oeste e da Lezíria do Tejo.

Esta referência é importante porque também o **setor agrícola e agroalimentar será futuramente fonte de procura de serviços e de incorporação de conhecimento**. A sub-região do Ave já apropriou a localização do TEC MEAT para a indústria das carnes, mas no âmbito das produções vegetais existe ainda espaço para a formação de nova oferta de serviços, ainda que

Relatório Final

promovendo projetos em colaboração com centros de conhecimento localizados no exterior do TeS como é O CIMO (Centro de Investigação da Montanha) e o MORE (Laboratório Colaborativo, nessa mesma área).

Uma última nota sobre a **diversidade do património histórico cultural**, em torno do qual têm sido desenvolvidas experiências de formação de imagens identitárias através de rotas de património cultural, da qual a Rota do Românico é a expressão mais acabada.

Esta experiência mostra que é possível colaborativamente **explorar a diversidade cultural e também a biodiversidade para forjar identidades em territórios muito diversos do tipo do TeS**. E o que é importante assegurar é que essas Rotas sejam fonte de criação de serviços de animação, interpretação, valorização económica que tendam também a fixar recursos e a criar emprego.

II. ESTADO DA ARTE DO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR NO TÂMEGA E SOUSA

O PIICIE no Tâmega e Sousa constitui-se como um instrumento estratégico alinhado com as diretrizes da Estratégia Europa 2020, Portugal 2020 e Norte 2020, que concorreu para o objetivo “mais e melhor educação”, essencial para assegurar mais coesão e competitividade. Uma estratégia que envolveu toda a comunidade educativa no combate ao insucesso escolar e à promoção da qualidade das aprendizagens. Na fase de encerramento das operações dos PIICIE e de preparação dos futuros programas, designados por Planos Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), importa analisar os resultados alcançados e impactos alcançados passíveis de serem analisados neste curto período.

14

2. A PERSPETIVA QUANTITATIVA

Iniciamos com a análise de um conjunto de indicadores estatísticos mais gerais sobre a demografia escolar, evoluindo para uma análise de indicadores mais específicos sobre os resultados escolares. Os dados utilizados são os disponíveis nas fontes oficiais: INE/PORDATA, DGEEC e InfoEscolas.

1.1. Demografia escolar

No ano letivo **2020/2021** frequentavam os estabelecimentos de ensino, do total da rede escolar da sub-região do Tâmega e Sousa, **61.923** crianças/jovens.

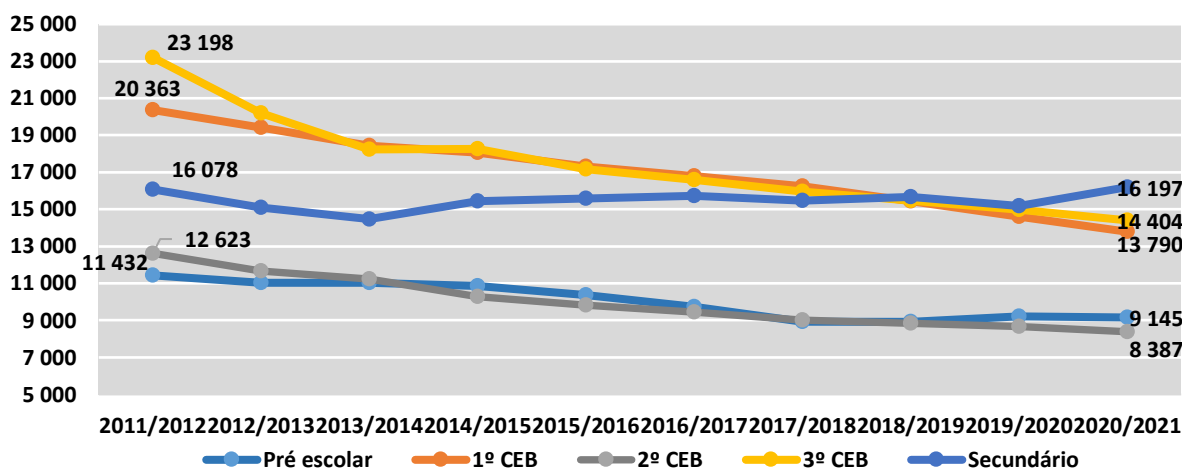
No ano letivo em questão, considerando o total da população escolar matriculada, o **ciclo de ensino que assume maior peso é o Ensino Secundário (26,2%)** com 16.197 alunos, seguido pelo 3.º ciclo do ensino básico (23,3%) e pelo 1.º CEB (22,3%). O 2.º ciclo corresponde a 13,5% da população escolar.

A análise da evolução do número de alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário no Tâmega e Sousa, permite concluir que, de uma forma geral, se assistiu a uma **diminuição dos alunos nos diversos níveis de ensino entre os anos letivos 2011/12 e 2020/21**.

Globalmente, durante este período, regista-se uma **quebra de cerca de 26%** do número de alunos matriculados nos concelhos do Tâmega e Sousa, correspondente a 21.781 alunos, com particular incidência no 3.º CEB (-37,9%), no 2.º CEB (33,6%) e 1.º CEB (-32,3%). O ensino secundário é o único nível de ensino que foi mantendo o seu número de alunos mais ou menos constante, tendo até registado uma ligeira subida do ano letivo 2019/20 para o ano letivo 2020/21 (+7%), registando um número de alunos matriculados semelhante ao registado no ano letivo 2011/12.

O gráfico apresentado a seguir permite observar a evolução do número de alunos matriculados nos diversos níveis de ensino do básico e do secundário no Tâmega e Sousa.

Gráfico 1 - Evolução do número de alunos matriculados* por ciclo de ensino, Tâmega e Sousa, 2011/12-2020/21



* Alunos matriculados no ensino público e privado em ofertas orientadas para jovens

1.2. Indicadores de escolarização

A análise da evolução dos **indicadores de escolarização** permite traçar o **retrato do processo de escolarização crescente da população nos diferentes territórios**.

A taxa bruta de escolarização é um indicador que se refere a relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de formação inicial, com idade entre 18 e 22 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários. Este indicador permite perceber se os indivíduos regressaram ao sistema de ensino em uma outra fase da sua trajetória de vida quando não concluíram um determinado ciclo escolar.

No ano letivo **2020/21**, o Tâmega e Sousa apresentava uma **taxa bruta de pré-escolarização de 97%**, o que, sendo ligeiramente abaixo dos 100%, indica que a grande maioria das crianças deste território frequenta o ensino pré-escolar.

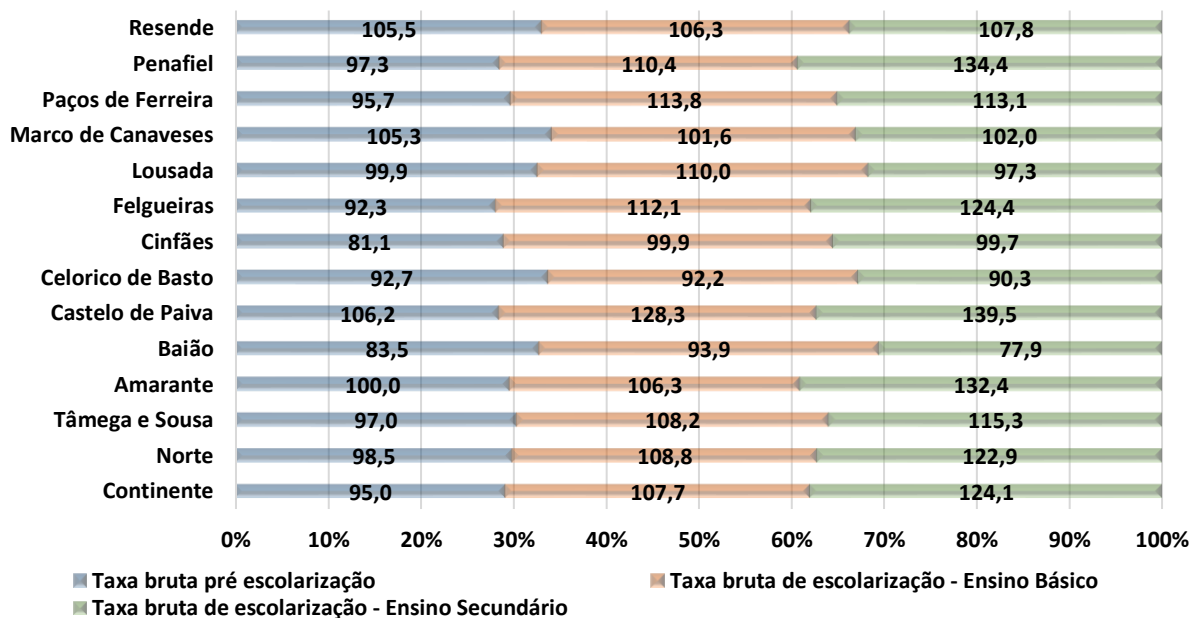
No que se refere à taxa de **escolarização no ensino básico (108,2%)**, ela encontra-se ligeiramente acima do Continente (107,7%) e em linha com a da Região Norte (108,8%). Já no que diz respeito à taxa bruta de escolarização no **ensino secundário (115,3%)**, esta é inferior à do Continente (124,1%) e à da Região Norte (122,9%).

Destacam-se com elevadas taxas de escolarização no ensino básico os concelhos de Castelo de Paiva (128,3%), Felgueiras (112,1%) e Paços de Ferreira (113,8%), no sentido oposto Baião é o concelho que apresenta um valor mais baixa para este indicador (93,9%).

Em relação à taxa de escolarização no ensino secundário surge novamente o concelho de **Castelo de Paiva (139,5%)**, seguido de **Penafiel (134,4%)** e **Amarante (132,4%)**, o que revela uma elevada capacidade de atração de alunos destes concelhos. Baião aparece novamente

como o concelho com menor taxa bruta de escolarização no ensino secundário (77,9%), indicando dificuldades de reter e/ou atrair alunos para frequentarem este ciclo de estudos no concelho.

Gráfico 2-Taxas brutas de escolarização (1) no Tâmega e Sousa, por concelho 2020/21 (%)



16

Fonte: DGEEC/MEd – MCTES

Relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo. No caso do ensino secundário, considera-se a população entre 15 e 17 anos (DGEEC);

1.3. Indicadores dos resultados escolares

Relativamente aos indicadores relacionados com os resultados escolares, iremos seguidamente analisar os indicadores mais frequentemente utilizados para avaliar o nível de insucesso e abandono escolar, ou seja, a taxa de retenção e desistência¹ por ciclo de estudos, complementado com a percentagem de alunos que não concluem a escolaridade obrigatória² dentro do tempo previsto, ou seja, 18 anos.

1.3.1. As taxas de retenção, desistência e abandono escolar

¹ A taxa de retenção e desistência considera a relação percentual entre o número de alunos que não transitaram para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse mesmo ano letivo

² Importa recordar que a escolaridade obrigatória de 12º anos escolaridade passou a ser obrigatória a partir do ano letivo 2014/15, tendo tido um período transitório entre a publicação da legislação (Lei 85/2009 de 27 de agosto).

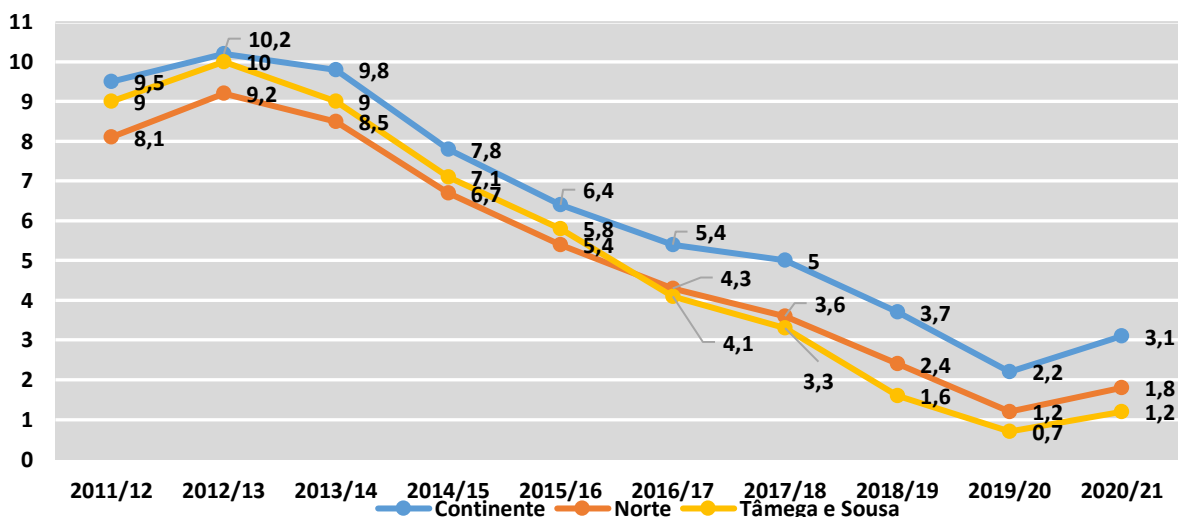
Análise das taxas de insucesso escolar por nível de ensino

A evolução das taxas de retenção e desistência no ensino básico no Continente, na Região Norte e na sub-região do Tâmega e Sousa revelam **uma tendência decrescente desde o ano letivo de 2012/13 quando apresentavam valores entre os 9% e os 10%**. No ano letivo **2020/2021**, último ano disponível, observa-se uma ligeira subida das taxas de retenção no ensino básico, para níveis muito semelhantes ao ano letivo 2018/19.

O gráfico a seguir permite verificar que a **taxa de retenção e desistência no ensino básico no Tâmega e Sousa** foi caiu cerca de **7,8 p.p.**, passando de um valor de 9% no ano letivo de 2011/2012 para 1,2% no ano letivo 2020/21.

Durante este período tempo, o valor mais alto (10%) foi registado no ano letivo de 2012/13 e o valor mais baixo (0,7%) no ano letivo 2019/2020. Importa referir que as taxas mais elevadas correspondem aos anos da reintrodução dos exames de Português e Matemática no 4º ano. Em sentido contrário, a taxa mais baixa corresponde ao 2019/2020, ano letivo que, como sabemos, foi profundamente afetado pela pandemia Covid 19. Importa também ter em consideração que o Programa de Promoção do Sucesso Escolar da DGE³, lançado em 2016, poderá ter contribuído para a melhoria destas taxas.

Gráfico 3-Evolução das taxas de retenção e desistência ensino básico, Continente, Região Norte e Tâmega e Sousa, 2011-2021 (%)



Fonte: DGEEC/MEd – MCTES

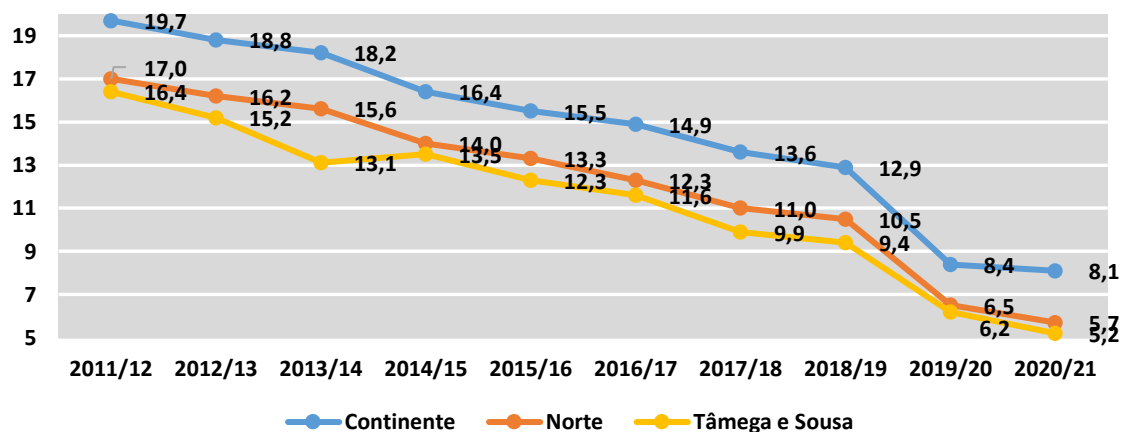
Em relação ao **ensino secundário**, as taxas de retenção e desistência apresentam valores consideravelmente mais elevados do que no ensino básico, tanto no Continente, na Região Norte e no Tâmega e Sousa. No entanto, há que destacar que estas taxas de retenção e

³ É possível solicitar o simulador de resultados do PNSE e a projeção das taxas de retenção e desistência, por ano letivo, conforme referido no [site do PNPSE](#)

desistência, no período de uma década, tiveram uma redução muito significativa, quer ao nível do Continente, da Região Norte e do Tâmega e Sousa

De facto, no Tâmega e Sousa, a taxa de retenção e desistência no ensino secundário caiu cerca de **11,2 p.p.**, passando de um valor de 16,4% no ano letivo de 2011/2012, ano letivo em que foi registado o valor mais alto desta taxa, para 5,2% no ano letivo 2020/21, valor mais baixo registado neste período.

Gráfico 4- Evolução das taxas de retenção e desistência ensino secundário, Continente, Região Norte e Tâmega e Sousa, 2011-2021 (%)



Fonte: DGEEC/MEd – MCTES

Análise das taxas de insucesso escolar por ciclo de estudos

A tabela seguinte regista a redução da taxa de retenção e desistência no 1.º CEB no Tâmega e Sousa entre 2015/2016 (3,1%) e 2020/21 (0,9%), semelhante à que se verificou no 2.º CEB, que passou de 4,2% no ano letivo de 2015/16 para 0,8% em 2020/21.

No período em análise, a taxa de retenção e desistência do 1.º CEB permite verificar uma redução em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, para os quais existem dados disponíveis. A maior descida da taxa de retenção e desistência do 1.º CEB regista-se em Cinfães, cerca de 3,6 p.p., que passa de uma taxa de 4%, no ano letivo 2015/16, para 0,4% no ano letivo 2020/21.

Neste último ano letivo, os concelhos de Amarante, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel registam taxas de retenção e desistências ligeiramente acima da média do território do Tâmega e Sousa.

Em relação à taxa de retenção e desistência do 2.º CEB, no ano letivo de 2020/21, **Amarante era o concelho que registava a taxa de retenção e desistência do 2.º CEB mais baixa face aos outros concelhos do Tâmega e Sousa, com um valor de 0,2%**, tratando-se do concelho que apresentou uma maior redução, pois passou de uma taxa de retenção e abandono do 2.º CEB

Relatório Final

de 4,8% para 0,2% já referidos (-4,6 p.p). Seguem-se os concelhos de Felgueiras, que passa de uma taxa de 5,6%, no ano letivo 2015/16, para 1,1% (-4,5 p.p) no ano letivo 2020/21 e Lousada que passa de 4,8%, em 2015/16, para 0,6% em 2020/21 (-4,2 p.p). O concelho de Cinfães não obteve melhorias na sua taxa de retenção e desistência do 2.º CEB, pois, no ano letivo 2020/21 mantém o valor registado em 2015/16 (1,3%), provavelmente, porque nesse ano letivo registava o valor mais baixo ao nível dos concelhos do Tâmega e Sousa (2,9 p.p abaixo do valor do Tâmega e Sousa).

19

Tabela 1- Evolução das taxas de retenção e desistência por ciclo de ensino, Tâmega e Sousa por concelho, 2015/16-2020/21 (%)

	1.º CEB						2.º CEB					
	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Continente	3,6	2,9	2,6	2	1,4	2	6,7	5,9	5,3	3,8	2,4	3,3
Norte	2,8	2,2	1,8	1,2	0,7	1,2	4,9	4	3,3	2,1	1,1	1,8
Tâmega e Sousa	3,1	2,2	1,9	1	0,5	0,9	4,2	3,1	2,6	1,1	0,4	0,8
Amarante	4,4	2,5	1,7	1,7	0,4	1,2	4,8	2,6	1,9	0,9	0,2	0,2
Baião	3,9	3,8	3,5				4,6	1,7	2,8	1,3		
Castelo de Paiva	2,5	3,3	0,9	1,7	0,9	0,6	2,5	6,7	2,7	0,9	0,3	
Celorico de Basto	3,8	3,2	3,2	1			3,7	4	0,3			0,4
Cinfães	4	2,2	2,5	1,2	0,5	0,4	1,3	6,3	6	3,3	1	1,3
Felgueiras	3,3	2,4	2,4	1,5	0,8	0,8	5,6	2,6	3,4	1,3	0,6	1,1
Lousada	3,8	3	2,7	1,8	1	1,4	4,8	3,4	3,8	1,8	0,4	0,6
Marco de Canaveses	2,4	1	0,8	0,4	0,3	0,7	3	1,3	1,4	0,3	0,1	1,2
Paços de Ferreira	2,9	2,1	2,1	0,4	0,7	1,2	5,1	3,1	2,8	1,8	0,6	1,4
Penafiel	2,2	1,5	1,5	0,6	0,3	1	3,5	3	1,7	0,5	0,3	0,7
Resende	1,8	1,1	0,3	0,3			2,8	8	3	1	1,1	0,6

Fonte: DGEEC/MEd - MCTES

A evolução das taxas de retenção e desistência no 3.º ciclo de ensino básico e no ensino secundário, por concelho no território do Tâmega e Sousa, nos anos letivos de 2015/16 a 2020/21, seguem a tendência de descida verificadas nos ciclos de ensino anteriores, ainda que se assistam a algumas oscilações durante este período, nomeadamente no último ano letivo.

No **Tâmega e Sousa**, segundo os dados do ano letivo 2020/21, a taxa de retenção e desistência situava-se em 1,6% no 3.º CEB, valor abaixo quer ao valor da Região Norte (2,4%), quer ao do Continente (4%). A taxa de retenção e desistência no ensino secundário, embora mais elevada que a taxa referente ao 3.º CEB (5,2%) também apresentava valores inferiores aos registados na Região Norte (5,7%) e no Continente (8,1%).

No 3.º CEB, em 2020/21, os concelhos que apresentavam uma taxa de retenção e desistência superior à registada no Tâmega e Sousa (1,6%) foram os concelhos: **Lousada** (2,7%), **Marco de Canaveses** (2,4%), **Baião** (2%), **Resende** (2%) e **Felgueiras** (1,7%). Por oposição aos concelhos que registavam uma taxa inferior à da sub-região do Tâmega e Sousa: **Cinfães** (0,4%), **Castelo de Paiva**(0,9%), **Celorico de Basto** (1%), **Penafiel** (1%), **Paços de Ferreira** (1,4%) e **Amarante** (1,5%). No período em análise, a maior descida da taxa de retenção e desistência regista-se no

Relatório Final

concelho de Felgueiras, descida de 11,8 p.p., que passou de 13,5%, em 2015/16, para 1,7% no ano letivo 2020/21. Os concelhos de Baião e Paços de Ferreira também registam descidas na ordem dos 11,7 p.p.

Em relação à taxa de retenção e desistência no ensino secundário, no ano letivo 2020/21, destaca-se o concelho de **Baião** com o valor mais elevado (8,2%), 3 p.p. acima da taxa registada no Tâmega e Sousa. No extremo oposto, destaca-se o concelho de Celorico de Basto com a taxa mais baixa (2,9%), 2,3p.p. abaixo da taxa de retenção e desistência do território do Tâmega e Sousa.

O concelho que registou uma melhoria mais significativa no seu nível de retenção e desistência foi Resende, pois passou de uma taxa de retenção e desistência no secundário, no ano letivo 2015/16, de 18,4% para uma taxa de 3,9% em 2020/21, correspondendo a uma descida de 14,5 p.p. São igualmente consideráveis as descidas nos valores desta taxa dos concelhos de Castelo de Paiva (-12,1 p.p.) e Celorico de Basto (-10,5 p.p.).

Tabela 2-Evolução das taxas de retenção e desistência por ciclo de ensino, Tâmega e Sousa por concelho, 2015/16-2020/21 (%)

	3.º CEB						Secundário					
	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Continente	9,8	8,4	7,6	6	3	4	15,5	14,9	13,6	12,9	8,4	8,1
Norte	8,9	6,9	5,9	4	1,7	2,4	13,3	12,3	11	10,5	6,5	5,7
Tâmega e Sousa	9,8	6,9	5,2	3	1	1,6	12,3	11,6	9,9	9,4	6,2	5,2
Amarante	8,7	3,7	2,6	2,4	0,3	1,5	8,3	8,8	6,4	7,5	6,7	3,6
Baião	13,4	10,4	5,5	4	1	2	14,6	10,1	10,8	12	4,3	8,2
Castelo de Paiva	8,7	11,3	4	3,4	1,8	0,9	17	18,4	13,4	10,1	6	4,9
Celorico de Basto	6,8	2	5,8	2	1	1	13,4	11,9	12,6	14,6	5,1	2,9
Cinfães	3	6,9	8,4	3,4	0,6	0,4	9,9	8,6	9,7	7,2	4,5	6
Felgueiras	13,5	7	5,5	2,8	0,8	1,7	12,1	11,1	9,8	9,1	5,3	4,8
Lousada	10,5	8	8	2,6	1	2,7	13,5	14,1	13,3	10,4	6,8	5,3
Marco de Canaveses	7,6	5	5,4	1,6	1,3	2,4	11,1	11	8,5	9,4	6,3	5,6
Paços de Ferreira	13,1	10,1	5,9	2,8	1,5	1,4	15,2	12,7	9,8	10,3	7	6,2
Penafiel	7,6	5,8	3	2	0,5	1	13,2	13	10,7	8,4	6,5	5,7
Resende	7	9,8	10,2	1	2,7	2	18,4	9,8	12,1	11,1	6,7	3,9

Fonte: DGEEC/MEd - MCTES

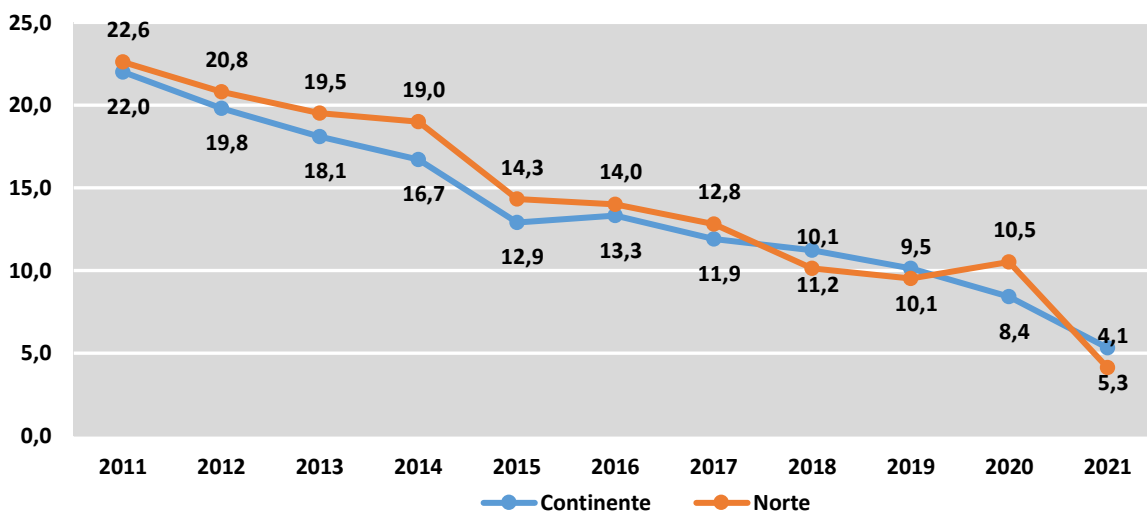
Abandono precoce e Jovens NEET

A taxa de **abandono precoce** da educação e formação, diz respeito à percentagem de indivíduos entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário. Este indicador permite definir o peso da população residente nesta faixa etária, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação no período de referência sobre o total da população residente do mesmo grupo etário. Este indicador apenas está disponível para as NUT I e II razão pela qual não é possível avançar com dados mais finos sobre o território do Tâmega e Sousa.

No ano letivo 2011/2012, quer o Continente, quer a região Norte apresentavam **taxas de abandono precoce acima dos 20%**, valores muito acima da média dos países da União Europeia. O Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) para a região Norte, nos seus objetivos centrais tem definido como meta alcançar uma taxa na ordem dos 10% em 2020. Os dados disponíveis apontam que, em 2020, esse objetivo foi alcançado no Continente, enquanto na Região Norte ainda se apresentava ligeiramente acima, com uma taxa de 10,5%. Contudo, em 2021, as taxas apresentam valores bastante mais baixos, quer no Continente (desce para 4,1%) quer na região Norte (desce para 5,3%).

Importa, contudo, ter em consideração que os dados relativos ao ano de 2021 poderão não ser representativos da realidade na medida em que se reporta ao período da pandemia COVID 19, em que a monitorização destas situações sofreu fortes constrangimentos. Podemos por isso estar perante taxas superiores, **situação que importa averiguar através de um estudo mais aprofundado e do estabelecimento de um sistema de monitorização de nível regional**. O capítulo relativo às propostas aponta algumas sugestões de estratégias, nomeadamente, a criação de um sistema de alerta, visando antecipar situações de risco de abandono precoce.

Gráfico 5- Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos), Continente e Região Norte, 2011-2021 (%)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Complementarmente aos dados sobre a abandono escolar precoce importaria analisar os dados dos Jovens NEET, ou seja, jovens entre os 15 e os 34 anos que não estudam nem trabalham. Tal análise torna-se impossível para o território do Tâmega e Sousa dado que a informação disponível respeita apenas às NUT I e II.

A forma de recolha da informação, por via do inquérito ao emprego, demonstra uma baixa eficácia e dados pouco fidedignos. Em particular, após o período da pandemia em que se

reconhece o impacto que teve no emprego jovem, vários estudos da OCDE e CEDEFOP⁴ apontam para a necessidade de obter dados através de outras formas a fim de avaliar a dimensão do problema.

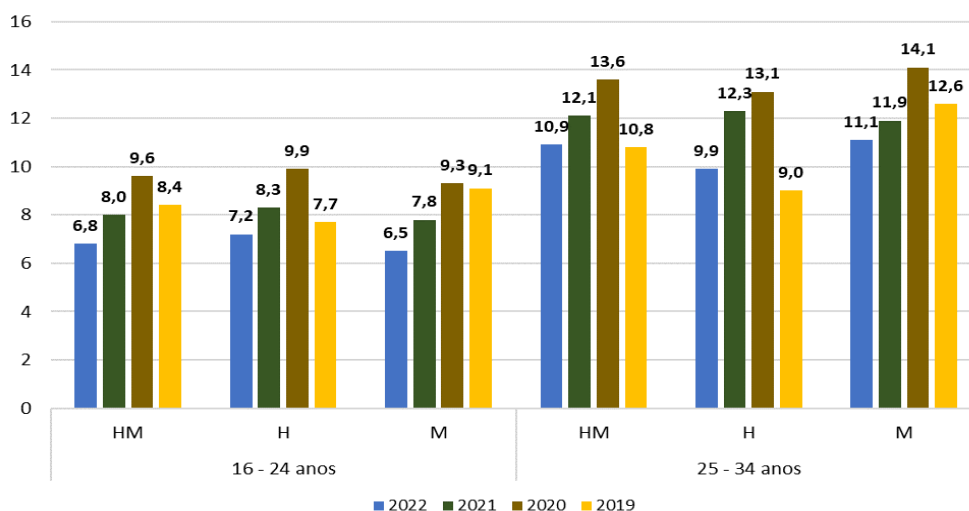
Na União Europeia, segundo os dados do Eurostat de 2022, **9,6%** dos jovens entre os 15 e os 24 anos na União Europeia não estavam empregados, nem em educação ou formação, já na faixa etária dos 25-34 anos, a taxa sobe para 15,7%.

Em Portugal, para o mesmo ano, na faixa etária, dos 15 aos 24 anos, situava-se abaixo da média da União Europeia, ou seja, apresentava uma taxa de 6,6% de jovens NEET. Contudo, entre os 25-34 anos sobe para 11,3%, mas ainda assim 4,4% mais baixa que a média da EU.

No Continente, de acordo com dados do INE (inquérito ao emprego), a taxa de jovens NEET (não trabalham nem frequentam percurso de educação-formação) apresenta uma tendência de decréscimo entre 2019 e 2022 tanto nos dois subgrupos etários 16-24 anos e 25-34 anos, exceto no ano de 2020, em que se regista uma subida da taxa que evidenciam os efeitos da crise pandémica na atividade jovem.

Segundo o INE, no ano de 2022, 6,8% dos jovens do Continente com idade entre 16 e os 24 anos não trabalhavam nem estudavam, enquanto 10,9% na faixa etária entre os 25 e os 34 anos se encontravam na mesma situação. É, pois, significativa a percentagem de jovens (16-34 anos) residentes no Continente que em 2022 se encontravam, segundo os critérios estatísticos de aferição utilizados, em situação de inatividade e não associada à frequência de educação ou formação.

Gráfico 6 – Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação no Continente, por sexo, entre 2019 e 2022 (%)



⁴ CEDEFOP (VET toolkit for empowering NEETs - Source of support to young people not in employment, education or training)

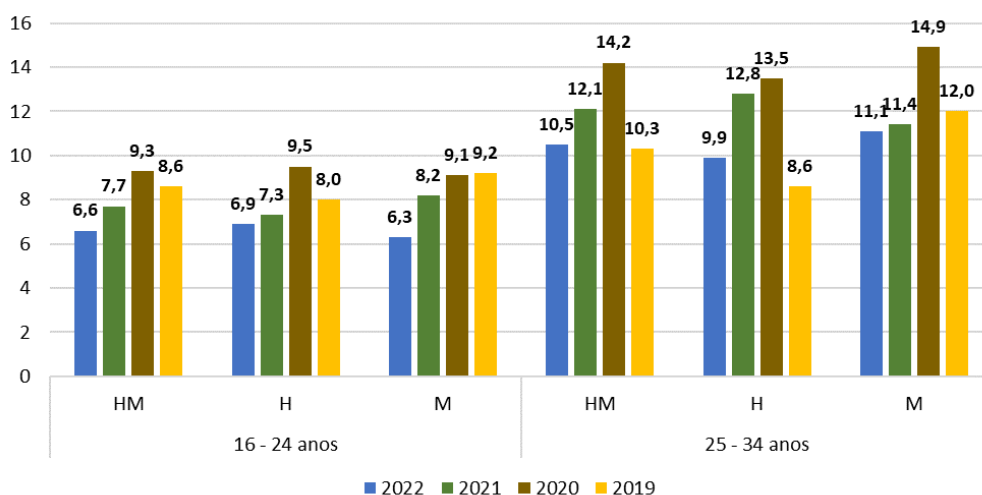
Relatório Final

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Se considerarmos a região Norte, a taxa de jovens entre os 16-24 anos, é ligeiramente inferior à do Continente, em apenas 0,2%. Já no subgrupo dos 25-34 anos, a região Norte apresenta menos 0,4% de jovens não empregados e que não estão em educação ou formação, face ao Continente. Porém, em 2020, o ano da Pandemia Covid 19, o grupo etário dos 25 aos 24 anos parece ter sido mais afetado na região Norte (14,2%) do que os jovens do Continente (13,6%).

23

Gráfico 7 – Taxa de jovens com idade entre 16 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação na região Norte (NUTS II), por sexo, entre 2019 e 2022 (%)



Fonte: INE, Inquérito ao emprego

A identificação da população NEET permite intervenções precoces e melhores resultados e proporcionar-lhes apoio o mais cedo possível. No entanto, segundo a CEDEFOP, é fundamental ter consideração que os jovens NEET são um grupo diversificado que abrange indivíduos com diferentes níveis de competências e antecedentes pessoais. Tanto pode incluir jovens que estão desempregados ou inativos a curto e longo prazo, como jovens com baixa qualificação, baixa formação, ou jovens com limitações físicas, cognitivas ou geográficas e também migrantes e refugiados.

Para isso, é necessário adaptar estratégias diferenciadas a cada perfil de jovens. Os perfis mais difíceis de alcançar são os jovens que ficaram desanimados na procura de emprego e que não estão ativamente à procura de emprego, e aqueles que enfrentam múltiplos desafios. Esses grupos podem exigir abordagens de respostas holísticas através de organizações comunitárias e/ou em contextos não formais. Os principais perfis de jovens NEET desenvolvidos com base em pesquisas realizadas em diferentes países europeus foram definidos com base na "distância" que têm na procura de emprego, educação e formação, e são divididos em duas categorias principais: aqueles que ainda estão à procura de trabalho ou de uma trajetória de

educação e formação, e aqueles que não estão. Ao compreender as características e situação de cada perfil, é possível prestar um melhor apoio a esses jovens.

No capítulo IV, Plano de Intervenção para a melhoria do sistema, são apresentadas algumas propostas de estratégias visando uma prevenir e antecipar este tipo de problemáticas.

1.3.1. Os percursos diretos de sucesso

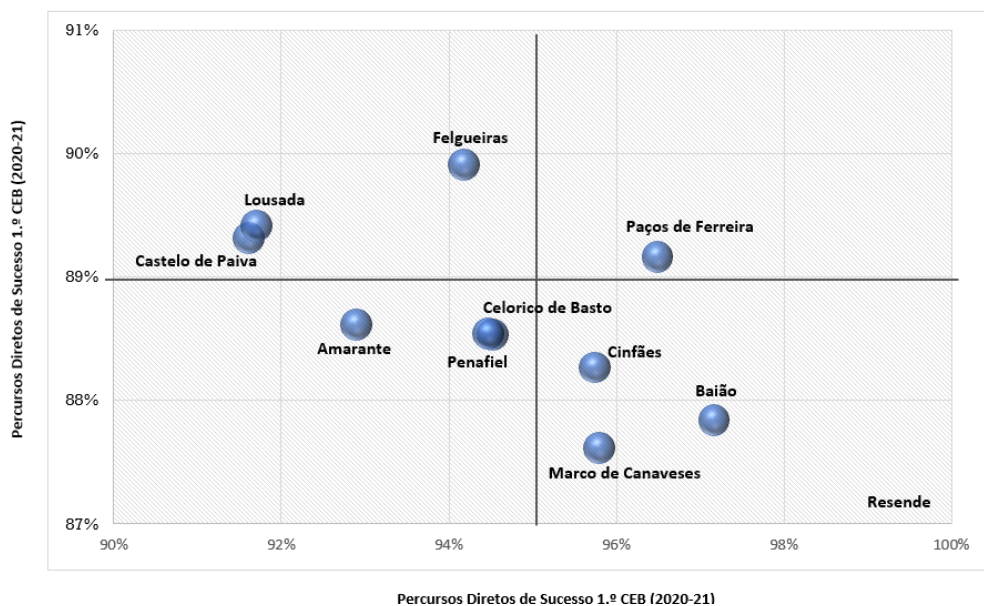
Um outro indicador a considerar para uma análise quantitativa da situação do insucesso escolar são os **percursos diretos de sucesso**, disponibilizados desde xxx no portal InfoEscolas

De acordo com a DGEEC, “os percursos diretos de sucesso constituem o indicador mais robusto que atualmente se dispõe sobre os resultados globais dos alunos em todas as escolas de Portugal Continental (públicas e privadas) uma vez que mostram a evolução do aluno ao longo do ciclo evidenciando as melhores práticas de cada escola no acompanhamento desses percursos e melhoria dos resultados dos alunos” (DGEEC, ME).

Além desta informação, o portal apresenta também informação acerca das disciplinas alvo de avaliação final (provas de aferição e exames), para o ensino básico e secundário, permitindo deste modo analisar dados relativos à qualidade do sucesso escolar.

No que se refere aos **percursos diretos de sucesso** dos alunos do 1.º CEB, no ano letivo 2020-21 todos os alunos dos concelhos da região do Tâmega e Sousa concluíram o 1.º Ciclo em quatro anos, ou seja, no tempo esperado com melhor desempenho nos seus percursos face à % alunos do país com um perfil semelhante (média nacional comparável).

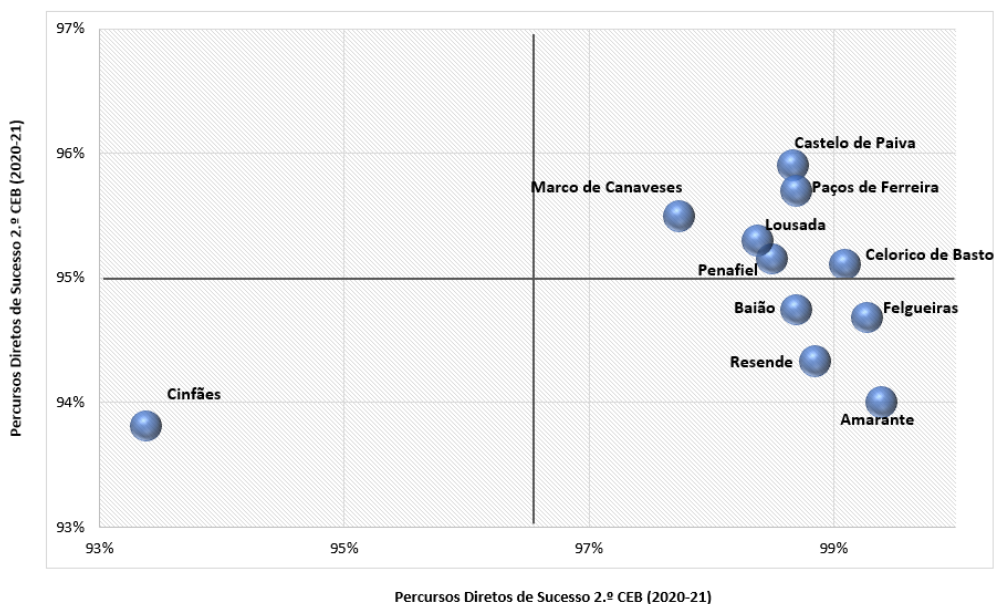
Gráfico 8 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, 1.º CEB, 2020-21 (%)



Fonte: InfoEscolas/DGEEC

Também no 2.º CEB os alunos da região do Tâmega e Sousa apresentam um desempenho bastante elevado, e superior à média dos alunos do país com um perfil semelhante, com exceção do concelho de Cinfães, com apenas menos 1% da em relação à % alunos do país com perfil semelhante.

Gráfico 9 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, 2.º CEB, 2020-21 (%)

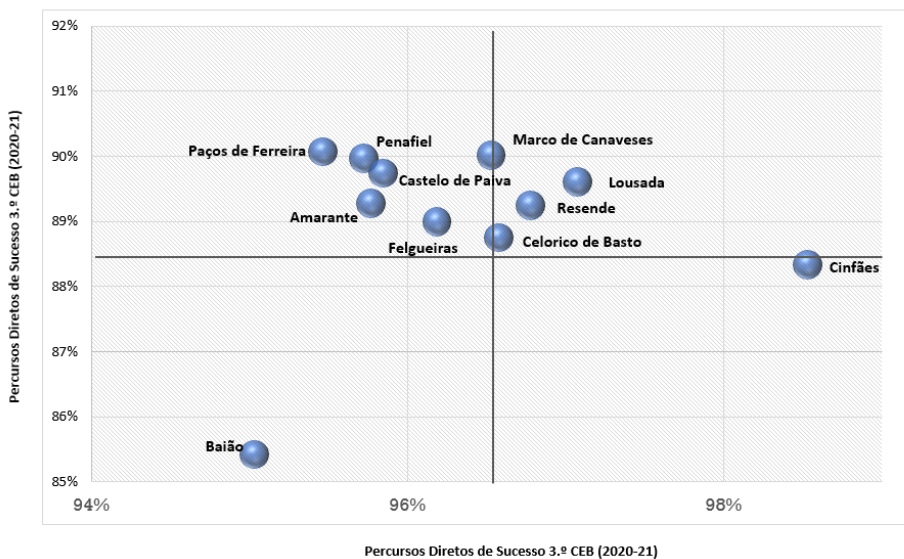


Fonte: InfoEscolas/DGEEC

No 3.º ciclo CEB, o concelho de Cinfães assume a melhor desempenho na região e face à % de alunos do país com perfil semelhante (99%), 11% superior aos alunos do país (88%). Nenhum concelho do TeS ficou abaixo da média.

Relatório Final

Gráfico 10 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, 3.º CEB, 2020-21 (%)

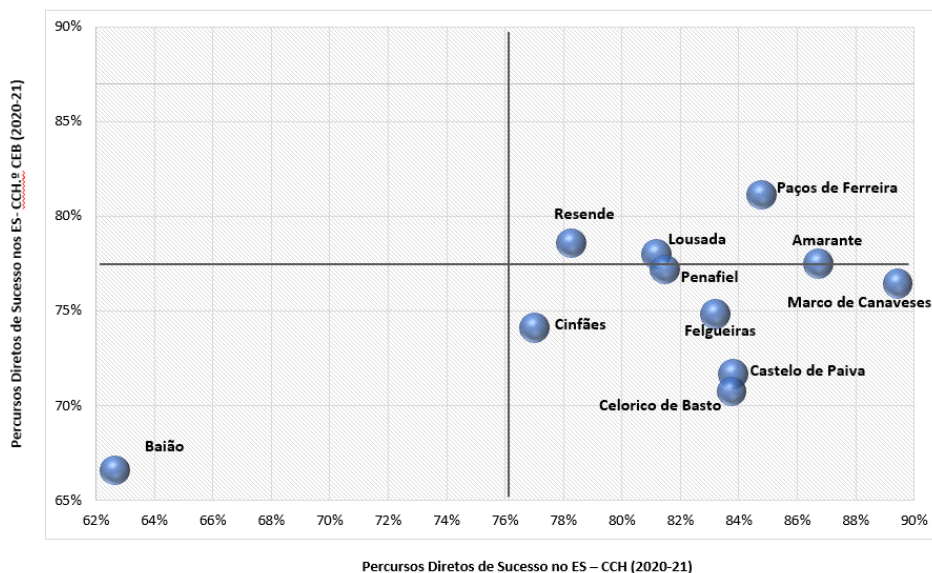


26

Fonte: InfoEscolas/DGEEC

No ensino secundário, nos Cursos Científico-Humanísticos apenas o concelho de Baião ficou abaixo da média do país, destaca-se o melhor desempenho dos alunos dos concelhos de Amarante e Marco de Canaveses com % acima dos 85% nos CCH.

Gráfico 11 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, nos CCH* – Ensino Secundário, 2020-21 (%)



* CCH - Cursos Científico-Humanísticos

Fonte: InfoEscolas/DGEEC

Os percursos diretos de sucesso nos Cursos Profissionais

Como é sabido, os Cursos Profissionais são muitas vezes ainda percebidos pelas escolas como uma via de combate ou prevenção do insucesso escolar. Aos alunos que revelam uma menor apetência para as aprendizagens de maior pendor cognitivo e/ou melhores resultados em áreas e disciplinas de carácter mais prático, é ainda frequente serem orientados para as modalidades de dupla certificação, mormente, os Cursos Profissionais.

27

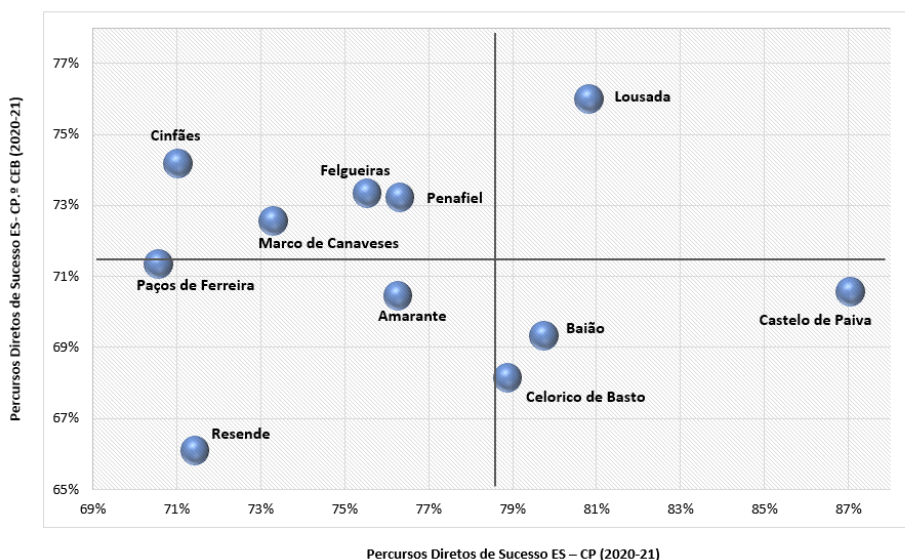
O número de alunos que, no final do 1º período do 10º ano das vias gerais de ensino pede a sua transferência para turmas de Cursos Profissionais, é uma evidência desta conclusão. Este tópico será desenvolvido no ponto relativo à caracterização da oferta formativa de dupla certificação.

Assim sendo, importa analisar os percursos diretos de sucesso dos alunos dos Cursos Profissionais e, deste modo, avaliar a dinâmica ocorrida nos últimos anos.

Os dados apresentados, de 2020/21 mostram a situação, no final deste ano letivo, dos alunos que entraram para o ensino secundário profissional, em 2018/19, vindos diretamente do 3.º ciclo.

Conforme se pode observar no gráfico seguinte, a percentagem de conclusões em 3 anos na região do Tâmega e Sousa face à média nacional para os alunos do país que, ao entrarem no ensino secundário profissional, tinham um perfil semelhante ao dos alunos da região, é igual em dois concelhos: Marco de Canaveses e Paços de Ferreira, inferior no concelho de Cinfães (-3%) e superior em todos os outros concelhos, com destaque para os alunos de Castelo de Paiva que apresentam um desempenho superior de 87%.

Gráfico 12 – Percursos Diretos de Sucesso, Tâmega e Sousa, por concelho, nos Cursos Profissionais – Ensino Secundário, 2020-21 (%)



Fonte: InfoEscolas/DGEEC

O Tâmega e Sousa, apresenta em todos os ciclos de ensino, básico e secundário um elevado desempenho dos alunos no que diz respeito à conclusão dos percursos escolares em tempo próprio, percursos diretos de sucesso, quando comparados os resultados com a média nacional apropriada para o contexto escolar e socioeconómico dos alunos que frequentam a região.

28

1.4. Nível de qualificação da população

A relação entre o nível de qualificação da população de um determinado território e o insucesso escolar das crianças e jovens pode ser significativa e complexa. Diversos fatores podem influenciar essa relação, desde o contexto social, económico e educacional específico de cada região. De facto, os estudos sobre o fenómeno do insucesso escolar têm vindo cada vez mais a chamar a atenção para a importância do nível de qualificação dos pais e encarregados de educação no sucesso escolar das crianças e jovens, com destaque para a figura da mãe. Entre outros aspetos, a importância dada à Educação e à *Cultura da Escola*, as expectativas relativamente às oportunidades de progressão social proporcionadas por níveis elevados de escolarização, a capacidade de acompanhar e apoiar nas tarefas escolares e ainda o facto destes funcionarem como modelos, exemplos positivos de sucesso escolar e profissional, demonstram a influência do nível de qualificação de uma determinada comunidade como um preditor de sucesso ou insucesso escolar.

No caso do Tâmega e Sousa, e pese embora as melhorias registadas na última década, de acordo com os últimos censos de 2021, o nível de qualificação dos indivíduos com 15 ou mais anos, é ainda baixa, comparativamente com a região Norte e com o Continente.

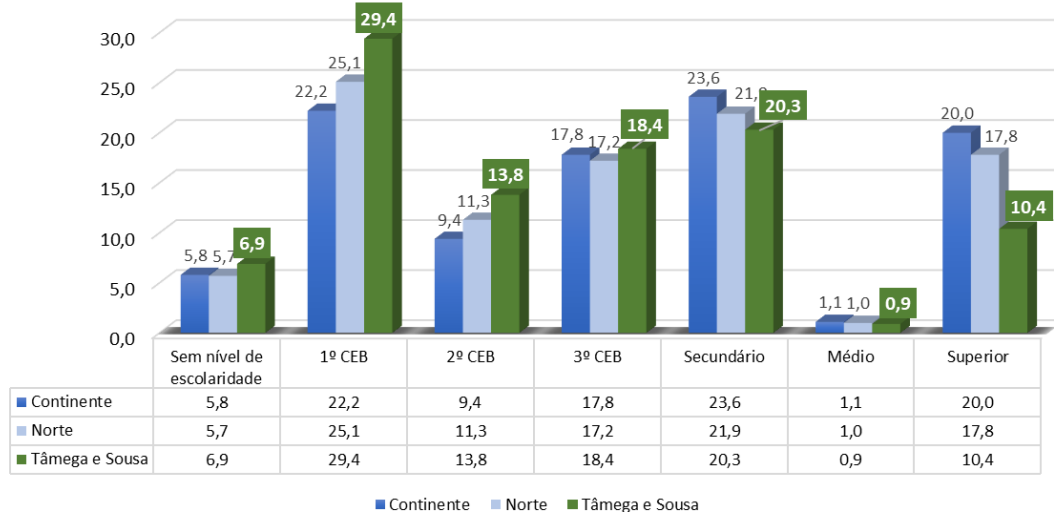
De facto, quase mais de 2/3 da população (68,5%) tem o 9º ano de escolaridade ou menos: 6,9% da não tem nenhum nível de escolaridade completo; 29,4% apenas possuem o 1.º ciclo do ensino básico; 13,8% que apenas completaram o 2º ciclo e 18,4% possuem o 9º ano de escolaridade.

A percentagem de indivíduos com o ensino secundário completo é de 20,3%, taxa inferior à registada na região Norte (21,9%) e no Continente (23,6%) (gráfico nº. 13). Ainda assim importa registar que, no período de 10 anos, entre 2011 e 2021, a população com o 12ºano completo era de 11%⁵, tendo assim registado um aumento de 9,3 p.p.

⁵ Em 2011 a escolaridade obrigatória era de 9 anos.

Relatório Final

Gráfico 13 – População residente com 15 e mais anos segundo os Censos 2021: total e por nível de escolaridade completo mais elevado (%)



Fonte: Pordata/INE/Censos 2021

Ainda no que diz respeito à população residente com 15 ou mais anos, segundo os últimos dados censitários, a análise por concelho permite evidenciar que o concelho de Penafiel é o que apresenta a taxa mais elevada de ensino secundário completo (22,2%), por isso acima do valor do território do TeS que se situa nos 20,3%) em 2021. Há ainda dois concelhos que apresentam um valor superior ao do território, Felgueiras e Lousada, ambos com 20,5%.

No sentido oposto, os concelhos que apresentam a percentagem de indivíduos sem escolaridade são os concelhos de Resende (12,6%) e de Baião (11,4%).

Se se observar o quadro seguinte, destaca-se a elevada percentagem de população residente que apenas detém o 1.º ciclo do ensino básico completo como o nível de ensino mais elevado. Resende, Cinfães e Baião são os concelhos com percentagem acima dos 32% por comparação com os 29,4% do território do TeS. Ou seja, quase um terço da população do território tem apenas como escolaridade máxima o 1.º CEB. Lousada e Penafiel são os concelhos que apresentam que no 3.º CEB e quer no ensino secundário taxas mais elevadas de população residente no território do TeS.

Relatório Final

Quadro 1- População residente com 15 e mais anos segundo os Censos 2021: por concelho e por nível de escolaridade completo mais elevado (%)

	Sem nível de escolaridade	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secundário	Médio	Superior
Tâmega e Sousa	6,9	29,4	13,8	18,4	20,3	0,9	10,4
Amarante	7,8	30,4	10,3	17,2	20,3	0,9	13,1
Baião	11,4	32,8	12,3	16,7	18,7	0,6	7,5
Castelo de Paiva	5,7	26,7	19,0	19,3	19,8	0,9	8,6
Celorico de Basto	9,8	30,7	12,9	17,0	19,3	0,8	9,6
Cinfães	9,5	33,8	15,0	16,3	18,2	0,6	6,6
Felgueiras	6,2	30,2	13,4	18,9	20,5	0,9	10,0
Lousada	5,8	27,4	15,2	20,1	20,5	0,9	10,0
Marco de Canaveses	6,6	29,4	14,0	18,7	20,3	0,9	10,0
Paços de Ferreira	5,0	28,8	16,9	18,3	19,6	0,9	10,5
Penafiel	6,1	27,3	12,6	19,2	22,2	0,9	11,6
Resende	13,0	34,3	10,5	15,1	18,3	0,5	8,3

Fonte: Pordata/INE/Censos 2021

Em síntese,

- Observa-se uma redução significativa na taxa de retenção e desistência do ensino básico e do ensino secundário, acompanhando as descidas registadas no Continente e na Região Norte;
- Apesar desta diminuição generalizada, no ano letivo de 2020/21 regista-se um ligeiro aumento da taxa de retenção e desistência do ensino básico no Continente, Região Norte e Tâmega e Sousa, valores expeáveis pois trata-se do ano da crise pandémica;
- No que se refere à taxa de abandono precoce, os dados do Continente e da Região Norte apontam para descidas muito significativas, entre 10 p.p.- 14 p.p., no período de 10 anos.
- Em 2021, os avanços são muito significativos, uma vez que se assiste a uma quebra muito expressiva nos valores da taxa de abandono precoce quer do Continente, que passa a 4,1%, quer na Região Norte que regista 5,3%. Os resultados positivos alcançados estão certamente associados aos programas de promoção do sucesso escolar do Ministério da Educação e dos projetos integrados de combate ao insucesso escolar dinamizados pelas CIM e pelos Municípios
- O território do Tâmega e Sousa, apesar da melhoria significativa dos níveis de qualificações da população ainda se situa em níveis abaixo do Continente e da região Norte. De facto, mais de 2/3 dos indivíduos com mais de 15 anos tem menos do que o 9º ano de escolaridade e 6,9% não têm nenhum nível de escolaridade (14.474 pessoas).

3. RESULTADOS E IMPACTOS ALCANÇADOS COM O PIICIE-TeS

Como atrás referido, o PIICIE no Tâmega e Sousa constitui-se como um instrumento estratégico alinhado com as diretrizes da Estratégia Europa 2020, Portugal 2020 e Norte 2020, que concorreu para o objetivo “mais e melhor educação”, essencial para assegurar mais coesão e competitividade.

Numa primeira fase foram definidas orientações para o desenho e implementação das medidas/ações de combate ao insucesso e abandono e promoção do sucesso escolar, destinadas a toda a comunidade educativa, pais/encarregados de educação e comunidade em geral.

A CIM-TeS definiu as prioridades de intervenção para dar resposta aos principais desafios do território, nomeadamente:

- i) **Educação inclusiva** como uma abordagem para elevar o sucesso de todos os alunos;
- ii) Desenvolver uma **cultura de parceria** de base territorial;
- iii) Dinâmicas de **aprendizagem inovadoras e potenciadoras da motivação, criatividade e inovação**;
- iv) A **parceria entre a família e escola** como fator preditor de sucesso escolar.

Na segunda fase do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, seguiram-se as linhas estratégicas definidas e aprovadas no Plano, com alguns municípios a assumirem-se como entidades beneficiárias de operações, nomeadamente, Celorico de Basto, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende, cabendo à CIM-TS assegurar a continuidade das estratégias inicialmente definidas e a garantir a concretização dos indicadores de resultado.

1.1. Avaliação dos resultados e impactos – o estudo da *SINCLab – Social Inclusion Laboratory*

Após 3 anos de implementação do PIICIE, 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021, foi realizado um estudo de avaliação do impacto, realizado pelo *SINCLab – Social Inclusion Laboratory* – Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Este estudo teve como objetivo medir o impacto social de 4 medidas específicas, nomeadamente:

- Programa de psicologia e orientação vocacional “DICAS (Diversidade, Inclusão, Complexidade, Autonomia e Solidariedade)”;
- Projeto “Experimenta Ciências”;
- Projeto “Teatro na Escola”

- “Salas Educativas do Futuro”

avaliadas em termos globais como medidas que tiveram um impacto social entre muito positivo e positivo na comunidade escolar em geral.

A equipa da FPCEUP publicou no Boletim n.º 25 da CCDR-Norte os resultados do estudo de Medição de Impacto Social (MIS) da ação Salas do Futuro (SF) do PIICIE do Tâmega e Sousa:

“Os resultados, particularmente os que decorrem do estudo quási-experimental com alunos do 5.º ao 12.º ano, indicam que a frequência de atividades estruturadas nas SF teve impacto social positivo num amplo conjunto de fatores que concorrem positivamente para o sucesso escolar. A evidência indica que, em claro contraste com os alunos das mesmas escolas que não frequentaram as SF, entre quem participou nas atividades ali realizadas verificaram-se mudanças positivas numa multiplicidade de fatores, da autoestima, aceitação social ou autorregulação emocional e comportamental, passando por autoatribuições mais positivas de abertura ao outro ou orientação para o trabalho em grupo e cooperação, competência escolar, capacidade para a resolução de problemas e tomada de decisão e no “sentimento” de envolvimento com a escola e impacto que lhe atribuem nas suas vidas.” (Sofia Brito, Rui Serôdio e Alexandra Serra, FPCEUP)⁸

A CIM do Tâmega e Sousa, destaca também aquelas que foram as atividades que tiveram maior impacto na promoção do sucesso escolar ao longo dos primeiros três anos de implementação do Plano⁹ e conjuntamente com os municípios decidiram dar-lhes continuidade, mais concretamente: Escrita Criativa, Mostra de Qualificação, Canoagem, Conversa de Pais, Empreendedorismo, Experimenta Ciências, Rádio, Xadrez, Beca, Ficar na Escola Compensa, Expressão Plástica, Oficina de Cinema de Animação, Oficina de Arte Pública, Iniciação à Programação e Robótica e Inclusão pela Música.

A apreciação geral da CCDR-Norte relativamente aos PIICIE em funcionamento na região Norte, publicada no boletim mensal, em junho de 2022, dava conta dos principais impactos sentidos nos territórios:

“A primeira: a dotação dos municípios e das entidades intermunicipais de recursos técnicos necessários para a boa concretização das suas iniciativas e incumbências, designadamente de técnicos que apoiam diretamente as escolas. Também desta forma se concorrerá para o rejuvenescimento da

⁸ Boletim de Informação dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (CCDR, Boletim 25; junho de 2022)

⁹ Em Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa – PIICIE 2.0 CIM-TS, Memória Descritiva: Projeto Educar e Orientar para o futuro, dezembro de 2021.

administração pública e para uma distribuição mais equilibrada de técnicos pelo território.

A segunda: a crescente valorização da escala intermunicipal, que tem permitido aprendizagem organizacional e desenvolvimento de serviços partilhados. Na realidade, o apoio técnico intermunicipal, a partilha de alguns recursos especializados e a colaboração entre os municípios têm-se revelado profícuos.”

33

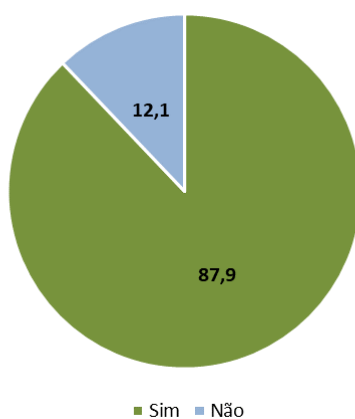
(CCDR, Boletim n.º 23, junho 2022)

3.2. Operações, medidas e ações com maior impacto

Com o objetivo recolher a perceção das Escolas relativamente às atividades desenvolvidas no âmbito do PIICIE de nível municipal e/ou intermunicipal foi lançado um inquérito a uma seleção de escolas do território, públicas e privadas, do Tâmega e Sousa.

A seleção das escolas, casuística, resultou do aproveitamento do inquérito lançado sobre a capacidade instalada das escolas com oferta de Cursos Profissionais em funcionamento, ou seja, 33 entidades, entre escolas do ensino básico, secundário e profissionais. O inquérito realizado online, através do *google forms*, aconteceu entre 25 de novembro e 22 de dezembro de 2022 e obteve 100% das respostas. Das respondentes, 29 escolas foram abrangidas por ações/atividades dinamizadas no âmbito do PIICIE, ou seja, cerca de 88% das escolas.

Gráfico 14 – A Escola foi abrangida por ações/atividades dinamizadas no âmbito do PIICIE (n)



Fonte: Inquérito online às Escolas

De um conjunto de atividades e operações dinamizadas no âmbito do PIICIE no Tâmega e Sousa, destacam-se as atividades mais participadas:

Relatório Final

Quadro 2- Atividades do PIICIE em que as Escolas participaram (%)

	Não tivemos conhecimento destas atividades	Tivemos conhecimento mas não participámos	Participámos mas abrangemos poucos alunos e/ou turmas	Participámos e abrangemos um número elevado de alunos e turmas
Atividades relacionadas com a Educação Inclusiva (p.e. DICAS, RAP)	33,3	6,1	30,3	30,3
Atividades integradas na Operação Educar pelo Arte (p.e., Oficinas de Teatro, Escrita Criativa, Animação, Expressão Plástica, Música, Cerâmica,...)	21,2	15,2	39,4	24,2
Atividades integradas na Operação "Laboratórios de apoio ao Ensino e à Aprendizagem" (p.e. Experimenta Ciências, Rota dos Números, ...)	30,3	18,2	33,3	18,2
Atividades integradas na Operação "Passo em Frente/Step Forward" (p.e., Empreendedorismo, SAGAZ, etc.)	21,2	9,1	33,3	36,4
Atividades da Operação "Comunicar a Educação no Tâmega e Sousa" (p.e. Jornadas, Mostras da Qualificação, Seminários de Educação, etc.)	30,3	12,1	33,3	24,2
Atividades da Operação "Líderes Educativos do Tâmega e Sousa" (p.e. exemplo, Encontros de Partilhas, Conversa de Pais, ...)	36,4	24,2	24,2	15,2
Atividades da Operação "Equipas promotoras do sucesso" - Equipas multidisciplinares municipais (p.e. Serviço Social, Psicologia, Terapia da Fala, Animação Sociocultural, etc.)	21,2	6,1	36,4	36,4
Atividades da Operação "Motivar para aprender" (p.e. Ficar na Escola Compensa, Canoagem,...)	45,5	30,3	12,1	12,1

Fonte: Inquérito online às Escolas

Para além da participação e do número de turmas e alunos envolvidos, importa perceber como as Escolas avaliam as atividades realizadas no âmbito do PIICIE.

Neste sentido, e conforme se pode observar no quadro seguinte, as "Equipas promotoras do sucesso" - Equipas multidisciplinares municipais, compostas por elementos de diversas áreas como: Serviço Social, Educação Social, Psicologia, Ciências da Educação, Animação Sociocultural, Terapia da Fala, Teatro e Artes Performativas e Desporto constituíram equipas de reforço, apoio e acompanhamento dos alunos através das diferentes atividades e foram consideradas por 45,5% das Escolas como relevantes para a melhoria do sucesso escolar dos alunos, e por 30,3% em estreita articulação com as atividades promovidas pela escola no âmbito do PNPSE.

Relatório Final

As atividades relacionadas com a Educação Inclusiva foram consideradas bastante positivas por 33,3% das Escolas para a melhoria do sucesso escolar dos alunos. Exemplo do **DICAS – Diversidade, Inclusão, Complexidade, Autonomia e Solidariedade**, programa de apoio e acompanhamento psicológico, transversal a todos os ciclos de ensino. Constituído por três fases: 1.ª Fase: Pré-SEA (Sinalização, Encaminhamento e Acompanhamento), orientado para os alunos do pré-escolar, a partir dos 4 anos de idade, permitindo o rastreio das aptidões e competências adquiridas necessárias para os processos de aprendizagem; uma 2.ª Fase: SEA, para todos os alunos, do 1.º ciclo até ensino secundário. Fase em os diretores de turma e os professores sinalizam os alunos com dificuldades de aprendizagem aos técnicos de psicologia, que encaminham e acompanham todo o processo em articulação direta e constante dos psicólogos com os docentes, famílias e Rede Social, e a uma última fase do Projeto, a 3.ª Fase que se designa de: “Orienta-te e Segue”, que contemplou a orientação vocacional dirigida a alunos do 9.º ano de escolaridade para a escola do futuro, numa perspetiva de prevenção do abandono e de incentivo à progressão escolar com vista à conclusão da escolaridade obrigatória. Esta fase integrou ainda a ação “Aprendiz por um dia”, através da qual os alunos tiveram a oportunidade de passar um dia em contexto real de trabalho, de acordo com a profissão que gostariam de ter no futuro, com o acompanhamento de um profissional dessa área nas tarefas quotidianas. De salientar que 24,2% das escolas referiram que para além da relevância que assumiram estas atividades para o sucesso escolar dos alunos, também funcionaram em estreita articulação com as atividades promovidas pela escola no âmbito do PNPSE. Acrescentar ainda a importância que 30,3% das escolas atribuíram ao contributo para a melhoria do sucesso escolar dos alunos das atividades relacionadas com “Comunicar a Educação no Tâmega e Sousa” (p.e. Jornadas, Observatório de Educação e Formação e Plataforma de gestão da procura e da oferta formativa, Programa de Rádio).

Por último, nesta avaliação do impacto das atividades do PIICIE face aos objetivos definidos inicialmente, há escolas que apesar de terem participado nas atividades integradas na Operação “Passo em Frente/Step Forward” avaliam o seu impacto ou mais-valia como fraco ou residual.

Relatório Final

Quadro 3- Impacto das atividades do PIICIE em que as Escolas participaram (%)

	Não se aplicou na Escola	Aplicou-se na Escola mas o seu impacto ou mais-valia foi fraco ou residual	Aplicou-se na Escola, foi relevante para a melhoria do sucesso escolar dos alunos	Aplicou-se na Escola, foi relevante para a melhoria dos resultados escolares e funcionou em estreita articulação com as atividades promovidas pela escola no âmbito do PNPSE
Atividades relacionadas com a Educação Inclusiva (p.e. DICAS, RAP)	36,4	6,1	33,3	24,2
Atividades integradas na Operação Educar pelArte	33,3	18,2	24,2	24,2
Atividades integradas na Operação "Laboratórios de apoio ao Ensino e à Aprendizagem" (p.e. Experimenta Ciências, Rota dos Números, ...)	42,4	15,2	18,2	24,2
Atividades integradas na Operação "Passo em Frente/Step Forward"	36,4	33,3	12,1	18,2
Atividades da Operação "Comunicar a Educação no Tâmega e Sousa" (p.e. Jornadas, Observatório de Educação e Formação e Plataforma de gestão da procura e da oferta formativa, Programa de Rádio)	39,4	15,2	30,3	15,2
Atividades da Operação "Líderes Educativos do Tâmega e Sousa" (p.e. exemplo, Encontros de Partilhas, Conversa de Pais, ...)	45,5	24,2	18,2	12,1
Atividades da Operação "Equipas promotoras do sucesso" - Equipas multidisciplinares municipais (p.e. Serviço Social, Psicologia, Terapia da Fala, Animação Sociocultural, etc.)	21,2	3,0	45,5	30,3
Atividades da Operação "Motivar para aprender" (p.e. Sentir e Sentir +, Ficar na Escola Compensa, Canoagem,...)	57,6	12,1	18,2	12,1

Fonte: Inquérito online às Escolas

Do ponto de vista mais qualitativo procuramos perceber quais as atividades desenvolvidas que proporcionaram mais-valias nos **diferentes níveis de ensino no âmbito do PIICIE**. As principais contribuições registadas pelas Escolas ao inquérito online foram:

- I. Atividades relacionadas com a **Inclusão e a Diversidade** (p.e. DICAS - Diversidade, Inclusão, Complexidade, Autonomia e Solidariedade ou RAP – Respostas de Apoio Psicológico).
- II. Atividade **"Motivar para aprender"** através da canoagem e/ou outros desportos aquáticos, realizada em parceria com um centro de formação desportiva, com um impacto transversal em todos os níveis de ensino. Assim como a **"Escrita Criativa"**, uma atividade realizada em parceria com os professores titulares de turma no 1º ciclo ou os professores de Português no 2º ciclo, que permitiu promover a escrita e da leitura dos alunos, estimular a criatividade dos alunos e contribuiu para o desenvolvimento de habilidades linguísticas e de expressão. A **"Escrita Criativa"** também foi uma destacada mais-valia para a promoção da escrita e da leitura dos alunos do 9.º ano.

Relatório Final

- III. As "**Equipas Promotoras do Sucesso**"- equipas multidisciplinares: com a presença de técnicos especializados, como por exemplo, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas da fala, animadores socioculturais e educadores sociais, teve um impacto significativo em todos os níveis de ensino que proporcionaram apoio individualizado a alunos referenciados, e auxiliaram na superação de dificuldades e na promoção do sucesso educativo. Além disso, o acompanhamento das famílias também contribuiu para um ambiente propício à aprendizagem.
- IV. Atividade "**Experimenta Ciência**": especialmente relevante para os alunos dos cursos de Educação e Formação (CEF), permitiu a oportunidade de vivenciarem o quotidiano de diversas áreas profissionais. Através do contato direto com profissionais em ação, os estudantes puderam ampliar os seus conhecimentos sobre o mundo do trabalho e fortalecer a orientação vocacional e a motivação para a aprendizagem.
- V. A atividades "**Educar pel'ARTE**" através da música no pré-escolar e 1º ciclo (1º 2º e 3º ano), desenvolvendo a musicalidade, o espírito de grupo, o poder de concentração, a memorização e melhora a coordenação motora. Tal como a Expressão Plástica - 1º ciclo (1º e 2º ano) – promovendo o desenvolvimento da imaginação, criatividade e sentido estético. E a arte através do teatro, como por exemplo, a "**Oficina de Teatro Escolar**" considerada importante para os alunos do Cursos profissional de Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural, envolvidos no planeamento de toda a ação, permitindo-lhes desenvolver competências múltiplas que foram ao encontro do perfil profissional do curso.
- VI. "**Comunicar a Educação no Tâmega e Sousa**", nomeadamente, a atividade "**Jornadas**" direcionada para professores, dando a oportunidade de dar a conhecer algumas práticas de sucesso implementas na escola e conhecer outras práticas inovadoras realizadas noutras escolas; e a atividade "**Programa de rádio**" que permitiu divulgar algumas práticas de sucesso implementas na escola, e permitiu às psicólogas darem conselhos de diversa ordem, como por exemplo " métodos de estudo e de trabalho".

Estas são algumas das atividades destacadas, pese embora o PIICIE abranja uma panóplia de programas e iniciativas em diferentes áreas de intervenção e para os diferentes ciclos de estudo.

No geral, de acordo com a perceção das escolas, as atividades proporcionaram a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a integração escolar, contribuíram para a desinibição dos alunos, na sua formação global, no incentivo à criatividade, empreendedorismo, escrita, leitura, para além de auxiliar no acompanhamento dos alunos e suas famílias, na promoção do sucesso educativo.

Embora a maioria das atividades tenha influenciado positivamente os estudantes do ensino básico, também tiveram uma repercussão positiva no ensino secundário, como por exemplo a atividade "Sagaz" – no qual os alunos usufruíram de um tutor, nomeado por uma empresa, para acompanhar o aluno ao longo do seu percurso escolar, numa cultura de integração

Relatório Final

laboral e de ponte com o plano curricular do curso que o jovem frequenta, entre outras mais valias.

Por fim, as Escolas **destacaram que mais recursos humanos** nas escolas permitiram a concretização dos objetivos das escolas, um maior acompanhamento dos alunos, apostar na prevenção do absentismo escolar, treinar competências pessoais e sociais, reforçar a relação escola/família e melhorar o serviço prestado à comunidade.

38

As escolas apresentam **algumas sugestões de melhoria**, com vista ao fortalecimento das intervenções municipais e intermunicipais no combate ao insucesso e promoção do sucesso educativo e no sentido de dar continuidade à intervenção já iniciada.

1. **Planeamento colaborativo:** Foi considerando fundamental a existência de sessões de trabalho entre as equipas da escola e os técnicos do município para a preparação conjunta das atividades propostas. Garantir a presença física dos técnicos com horários definidos, promovendo um trabalho colaborativo com os professores de diferentes áreas curriculares. Além disso, momentos de formação profissional devem ser equacionados para impulsionar a articulação transversal.
2. **Divulgação e Apoio às Escolas:** É essencial aumentar a divulgação e o apoio às escolas, garantindo que todas as atividades propostas sejam apresentadas de forma atempada para integração no Plano Anual de Atividades (PAA). Maior envolvimento dos recursos humanos externos nas escolas e a manter o reforço das Equipas de Apoio às escolas são medidas que podem contribuir para o sucesso educativo.
3. **Aumentar o âmbito das atividades:** É importante ampliar o leque de atividades oferecidas aos alunos, especialmente no âmbito da Escrita Criativa, do Plano Nacional de Artes e do Empreendedorismo. Além disso, é necessário proporcionar atividades fora da escola, promovendo a aprendizagem em diferentes contextos e envolvendo técnicos de diversas áreas para enriquecer a experiência educativa dos estudantes.
4. **Fortalecimento das Parcerias:** Maior articulação entre as entidades envolvidas, como os Municípios, CIM (Comunidade Intermunicipal) e Escolas, para evitar sobrecarga nas escolas e garantir a implementação das atividades propostas. Recursos humanos, como psicólogos, assistentes sociais e mediadores, devem, tanto quanto possível, reforçar as equipas existentes nas escolas e atuar em conjunto, no mesmo sentido.
5. **Reforçar as atividades relacionadas com a Saúde Mental:** É fundamental dar continuidade a algumas iniciáticas relacionadas com a Saúde Mental dos alunos, em todos os ciclos de estudo, em especial, no 3º ciclo e secundário. Exemplos, ações de sensibilização, apoio psicológico e discussão de boas práticas devem ser promovidas junto aos diretores das escolas e responsáveis pelos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO).

6. **Educação Inclusiva:** Aumentar a oferta de atividades para alunos com medidas adicionais e promover a sua integração em atividades dirigidas a todos, em especial a que acontecem ao ar livre, de exploração de recursos naturais e culturais do concelho, como piscinas, pavilhões desportivos, visitas a locais históricos e o contato direto com a natureza.

7. **Valorização do Ensino Profissional:** É essencial promover o ensino profissional junto da comunidade, desmistificando concepções negativas e incentivando a participação das empresas locais a uma maior colaboração com as escolas. Visitas a empresas, mostras de atividades realizadas pelos alunos, apresentação e partilha de boas práticas junto da comunidade, pode contribuir para dignificar o ensino profissional e valorizá-lo como uma modalidade de reconhecido valor e identidade.

1.2. Boas práticas/ práticas promissoras

A análise de boas práticas ou práticas consideradas como promissoras¹² constitui-se como uma forma de analisar de forma mais aprofundada estratégias, atividades ou iniciativas realizadas, de forma intencional e orientada para a melhoria de determinada situação e que teve resultados positivos, numa dada comunidade escolar.

Tais práticas, se devidamente sistematizadas e formalizadas, poderão constituir-se como bons exemplos para serem replicados em outros contextos, com a devidamente adaptações, a fim de procurar introduzir melhorias nas práticas das escolas.

Neste sentido, no âmbito da componente 1 do estudo estava previsto na metodologia a realização de estudos de casos para análise mais aprofundada de boas práticas em escolas com oferta formativa de cursos profissionais.

Do decorrer do trabalho de terreno, pela sua importância nas questões do sucesso escolar, motivação e percurso de vida, revelou-se necessário aprofundar **as práticas de orientação vocacional nas escolas do Tâmega e Sousa**, para além das iniciativas já conhecidas, desenvolvidas no âmbito do PIICIE (Por exemplo, “Aprendiz por 1 dia”, de Lousada).

Neste sentido, optou-se por realizar dois casos especificamente sobre as práticas no desenvolvimento dos cursos profissionais e dois casos de boas práticas na orientação vocacional das crianças e jovens.

A escolha das escolas foi intencional, realizada com base nas entrevistas realizadas em novembro e dezembro de 2022, tendo sido selecionadas 4 escolas que poderiam apresentar boas práticas ou práticas promissoras, passíveis serem sistematizadas e replicadas em outros contextos. A expectativa era de conseguir recolher elementos para integrar a proposta de quadro de intervenção para a melhoria do sistema educativo e formativo do Tâmega e Sousa.

¹² Consideram-se Boas Práticas as estratégias, atividades ou iniciativas que tenham resultado de forma positiva, estando estas práticas devidamente sistematizadas com evidências; consideram-se Práticas Promissoras aquelas que tendo tido resultados positivos, não se encontram ainda devidamente sistematizadas e formalizadas, havendo indícios/sinais que demonstram a sua eficácia, mas que ainda carecem de avaliação e recolha de evidências.

Relatório Final

No que diz respeito aos estudos que incidiram sobre as escolas com oferta de cursos profissionais, pretendeu-se recolher informação sobre; i) práticas organizativas da escola, ii) capacidade instalada das escolas em termos de recursos humanos e materiais, iii) práticas pedagógicas e avaliativas, iv) práticas de colaboração com entidades empregadoras, mecanismos de acompanhamento de estágio, v) participação em projetos ou atividades de inovação.

Foram realizadas sessões de auscultação com a equipa pedagógica dos cursos (coordenadores e formadores), alunos dos cursos profissionais em funcionamento, pais e encarregados de educação e seus representantes.

Os casos de estudo dedicados às práticas de orientação vocacional permitiram recolher informação acerca das estratégias seguidas, atividades e iniciativas da escola, práticas de colaboração com empregadores e apreciação geral relativamente aos resultados alcançados.

Nestes dois estudos de casos, foram auscultadas as equipas do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), alunos dos alunos do 7.º ano e do 9.º ano de escolaridade e representantes dos pais e encarregados de educação.

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese dos estudos de casos realizados. Nos anexos junta-se o guião dos estudos de caso.

Quadro 4- Quadros-síntese dos estudos de caso realizados em abril de 2023

Estudos de caso	Escolas	Grupos Focais	Data
Foco: Boas práticas nos Cursos Profissionais	Escola Profissional de Felgueiras	- Coordenadores de cursos profissionais - Alunos finalistas (12.º ano) de diferentes cursos	19 de abril
	Escola Profissional Agrícola Eng. Silva Nunes, Celorico de Basto	- Coordenadores dos cursos profissionais - Equipa multidisciplinar - Alunos finalistas (12.º ano) de diferentes cursos	21 de abril
Boas práticas na Orientação Vocacional	Escola Secundária de Amarante	- Equipa Serviço de Psicologia e Orientação - Alunos do 7.º ano - Alunos do 9.º ano - Representante dos Pais e EE	18 de abril
	Escola Básica 2,3 de Sande, Marco de Canaveses	- Equipa Serviço de Psicologia e Orientação - Alunos do 7.º ano - Alunos do 9.º ano - Representante dos Pais e EE	20 de abril

Fonte: construção própria

Eis algumas das principais conclusões dos estudos de caso realizados.

1) Casos sobre práticas no ensino profissional

Principais conclusões:

A auscultação da equipa docente, equipa de SPO e alunos de vários alunos permitiu concluir que os fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento e implementação de cursos profissionais reside em: i) Trabalho colaborativo entre docentes, iniciado no desenho do plano de curso, no planeamento de projetos e situações de aprendizagem de forma integrada; ii) Clima de confiança e empatia entre docentes, não docentes e alunos; iii) Reforço das aprendizagens nos domínios socioemocionais, seja através de atividades integradas no currículo ou extra-curriculares; iv) docentes com forte ligação ao mundo do trabalho e experiência profissional na área ministrada; v) proximidade e envolvimento da comunidade, nomeadamente, empregadores, população em geral, na atividade e na vida da escola.

41

2) Casos sobre práticas de orientação vocacional

Principais conclusões:

- A equipa do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) desempenha um papel crucial nesse processo e é fundamental que esta tenha um número adequado de técnicos para dar resposta a todas as necessidades;
- Nas escolas auscultadas, as atividades de orientação vocacional iniciam-se no 9º ano embora esteja previsto iniciar-se antes, pelo menos, no 7º ano; iniciar apenas no 9º ano revela-se insuficiente para realizar um trabalho de maior consistência e mais personalizado. A equipa de SPO considera que o trabalho com os jovens apenas neste momento do seu percurso profissional muitas vezes gera ansiedade e perturbação na escola;
- A adesão dos pais é considerada baixa, e são convocados apenas no final do ano letivo pelos Diretores de Turma. A equipa de SPO considera que na prática de orientação o trabalho da parte comportamental é que precisa de mais tempo, dado o rácio reduzido de psicólogos por aluno. Para promover uma maior aproximação com o mundo profissional, os alunos visitam a escola durante o “Dia Aberto”, onde têm a oportunidade de entrar em contato com diferentes profissões.
- Os profissionais envolvidos na orientação vocacional expressam o desejo de iniciar o processo mais cedo, a partir do 7º ano, considerando-o importante para os jovens. O projeto “Inspiring Future” é uma das iniciativas implementadas, promovendo uma exposição para os alunos do 11º e 12º ano, com a presença de muitas instituições que oferecem palestras, mostras e workshops. Os alunos tiveram a possibilidade de se inscrever em duas atividades.
- A presença de oradores, como empregadores e ex-alunos, tem sido uma estratégia adotada para trazer diferentes perspetivas para a escola. Além da equipa de SPO, a escola também conta com a articulação do Projeto Integrado de Intervenção Comunitária e Escolar (PIICIE), que inclui um assistente social e um técnico na área da saúde.

Relatório Final

- Os pais destacam a importância da “Mostra de Qualificação”, reconhecendo-a como uma ferramenta valiosa para orientar seus filhos. Além disso, eles têm conhecimento de casos em que os jovens são direcionados para áreas que não são de seu interesse, bem como casos em que são aconselhados a seguir estudos na área de Ciências e Tecnologias, devido às possibilidades de maior número de saídas profissionais.
- Os alunos do 7º e 9º ano auscultados, na maioria dos casos, ainda não têm uma ideia concreta do seu percurso académico e profissional; regista-se uma influência familiar importante nas decisões dos alunos.

42

Quadro 5- Identificação de práticas de referência no domínio da Orientação Vocacional

Designação da atividade do PIICIE	Mostra de Qualificação
Objetivos da Atividade	<ul style="list-style-type: none"> Valorizar e divulgar a oferta qualificante de nível IV e V existente no concelho, facilitar a orientação escolar e vocacional; Ajudar na construção de projetos de vida/profissionais dos jovens; Promover a simbiose entre as instituições educativas e formativas do ensino secundário, profissional, universitário e politécnico, numa lógica de informação-ação; Promover a interação das escolas com a comunidade. Expor ao longo de três dias produtos e serviços desenvolvidos no âmbito dos cursos de natureza profissionalizante, promovidos por entidades que operam em Amarante.
Promotor:	Município de Amarante
Público-Alvo:	Alunos do 9.º e 12.º ano de escolaridade do concelho
Evidência	Vídeo
Designação do Projeto:	“Inspiring Future”
Objetivos do Projeto	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver iniciativas na área da educação, trabalhando primordialmente com escolas secundárias e ensino superior, tendo projetos específicos para cada um destes públicos-alvo. - Proporcionar suporte ao sistema educativo nacional através de projetos inovadores que chegam diretamente aos alunos, falando a sua linguagem e ajudando-os na construção do seu projeto de vida e de carreira com consciência das suas capacidades e da realidade à sua volta.
Parceiro	Associação Juvenil "Inspirar o Futuro"

Em síntese,

- Os projetos, programas e iniciativas realizadas no âmbito do PIICIE são reconhecidos pelos atores como muito relevantes e pertinentes tendo resultados positivos, ainda que nem

sempre seja possível estabelecer uma relação direta com a melhoria verificada dos indicadores do insucesso e abandono escolar;

- A utilização de indicadores demasiado agregados, como é o caso das taxas de retenção/taxas de conclusão, não permitem uma análise efetiva dos impactos dos programas do PIICIE, pelo que, seria desejável utilizar, em cada uma das comunidades escolares, indicadores mais desagregados e mais específicos, relativos a resultados de nível quantitativos e qualitativos. Exemplos poderiam ser a classificações obtidas nos momentos de avaliação intercalares e finais de cada período e não apenas do final do ano. De igual modo, as avaliações relativamente às dimensões comportamentais (assiduidade, motivação, relacionamento interpessoal, resiliência, responsabilidade e autonomia, entre outros);
- A utilização destes dados implicaria sempre uma relação estreita entre a equipa docente e a equipa do PIICIE e a definição dos objetivos e estrutura dos programas/iniciativas de modo colaborativo, permitindo assim intervenções intencionais e focadas nas questões críticas;
- Necessidade de dispor um sistema de monitorização com indicadores de resultado e de impacto para todos os programas e iniciativas;
- Considerando que os preditores do insucesso estão muitas vezes relacionados com a origem socioeconómico dos alunos, importa reforçar as medidas de melhoria do nível de qualificação dos adultos do território do Tâmega e Sousa;
- Dos programas/iniciativas consideradas como mais relevantes e com impacto mais positivos, destacam-se: i) Programa DICAS, incluindo o RAP- Respostas de Apoio Psicológico, ii) Equipas Multidisciplinares; iii) Educar p'Arte e Ciências Experimentais. No que diz respeito a programas dirigidos à orientação vocacional de jovens, destaque para o "Aprendiz por 1 dia" que se considera como uma prática promissora, com potencial, desde que com algumas melhorias na organização e implementação;
- A oferta formativa de cursos profissionais pode representar efetivamente uma medida de combate ao insucesso e abandono escolar e/ou de promoção da qualidade do sucesso. De uma forma geral, é possível registar uma evolução positiva dos alunos após a mudança de cursos científico-humanísticos para cursos profissionais. Esta realidade não é transversal a todas as escolas mas visível em escolas consideradas "de referência" e com "boas práticas";
- Em termos de sugestões de melhoria, assinala-se a necessidade de reforçar as atividades que incluam os alunos com medidas adicionais e seletivas, em especial as que permitam vivência de experiências ao ar livre e em contacto com a natureza.

III. AS NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÃO DE NÍVEL INTERMÉDIO – PRINCIPAIS ELEMENTOS DE ANÁLISE E CONCLUSÕES

Este capítulo apresenta os **principais pontos do exercício de atualização do diagnóstico de necessidades de qualificação de nível intermédio para a sub-região do Tâmega e Sousa**, realizado entre setembro de 2022 e janeiro de 2023 e que permitiu a produção do mapa de relevâncias para a rede de oferta formativa de Cursos Profissionais, a vigorar na rede de escolas do Ministério da Educação, no ano letivo 2023/2024.

44

Para além da formação inicial de jovens e concretamente, as modalidades de dupla certificação de nível secundário destinadas a jovens, o presente estudo efetuou a caracterização e análise da formação inicial e contínua de ativos, ministrada da rede de entidades formadoras certificadas e em funcionamento no território.

4. DEMOGRAFIA

Iniciamos este capítulo com um breve enquadramento da evolução demográfica no Território do Tâmega e Sousa. O maior detalhe desta análise encontra-se no relatório 1, versão inicial e final (dezembro de 2022 e fevereiro 2023).

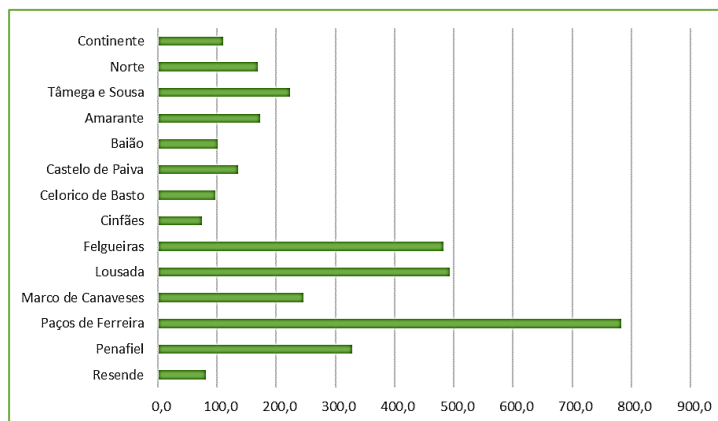
De acordo com os dados do Censos 2021 (INE), nesta data a população residente era 408.675 habitantes, menos 24 240 residentes do que em 2011, ou seja, registou-se em 10 anos uma perda de 5,6% de população. Este decréscimo é superior ao registado na região norte e no continente.

Em termos de densidade populacional, a sub-região do Tâmega e Sousa, apresenta uma densidade de 223 habitantes por km², ou seja, superior à da região norte e do continente, pese embora com grandes diferenças entre os seus 11 concelhos.

Os concelhos do território que apresentam maior densidade, bem acima da média do TeS são Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras e Penafiel; por oposição, os mais baixa densidade, menos populosos, inferior a 100 habitantes por Km2, são os concelhos de Cinfães, Resende, Baião e Celorico de Basto.

Gráfico 15 - Densidade populacional, (n.º Médio de indivíduos por Km2), 2021

Fonte: Pordata (Censos 2021)



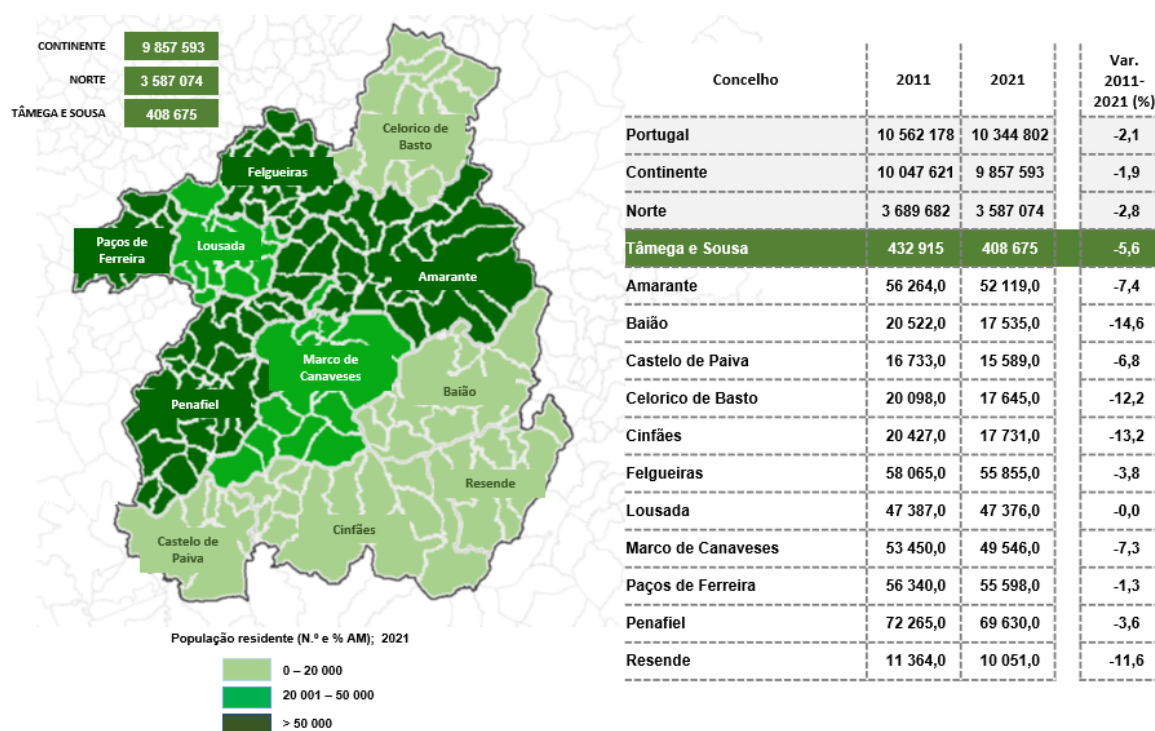
Relatório Final

Na região do Tâmega e Sousa, todos os concelhos perderam população relativamente a 2011, exceto Lousada (-1,3%). Amarante, Felgueiras, Penafiel e Paços de Ferreira continuam a ser os concelhos mais populosos do território, embora também tenham registado perdas populacionais face a 2011.

Os quatro concelhos que apresentam uma queda mais acentuada de residentes são também aqueles que tinham e têm uma menor densidade populacional: Baião (-14,6%), Cinfães (-13,2%), Celorico de Basto (-12,2%) e Resende (-11,6%).

45

Figura 2- População total residente no Tâmega e Sousa, por concelho, 2011 e 2021



Fonte: INE, Censos 2021

Do ponto de vista sociodemográfico, assinalam-se os fatores suscetíveis de ter influência na dinâmica das qualificações e que afeta uns concelhos mais do que outros:

- O **envelhecimento demográfico** pela base, isto é, diminuição de pessoas nas camadas mais jovens, diminuindo o potencial de captação de alunos-formandos, com implicações na diminuição da população escolar.
- A população jovem, no grupo etário (15-24 anos), regista uma regressão demográfica mais acentuada em alguns concelhos do Tâmega e Sousa por comparação com 2011.

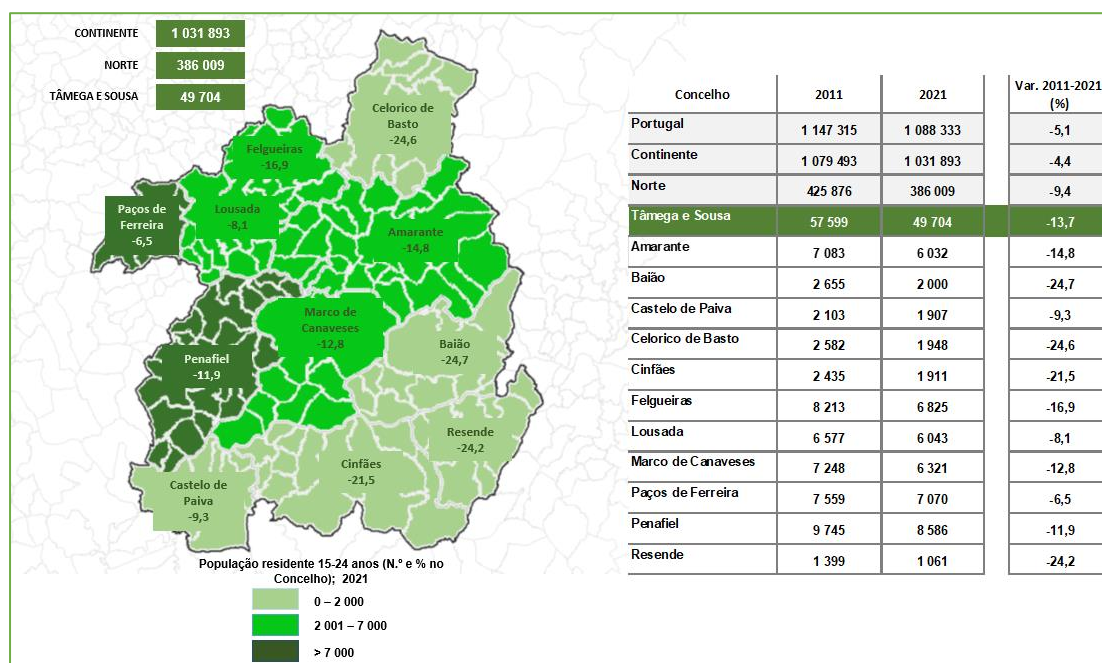
Neste grupo etário mais jovem (15-24 anos), Baião, Celorico de Basto, Resende e Cinfães foram os concelhos que sofreram perdas mais acentuadas, superiores a 20%. Mas concelhos Paços de Ferreira e Penafiel, concelhos com mais população neste grupo etário também sofreram

Relatório Final

perdas significativas, (-6,5%) e (-11,9%), respetivamente. Felgueiras perdeu (-16,9%), Amarante (-14,8%) e Marco de Canaveses sofreu uma perda de (-12,8%) de jovens entre os 15 e os 24 anos no espaço de uma década, segundo o último apuramento dos dados censitários.

Neste grupo etário mais jovem, **nenhum concelho regista uma variação positiva**, conforme se pode observar na figura seguinte.

Figura 3- Variação da população jovem (15-24 anos) residente no Tâmega e Sousa, por concelho, 2011- 2021



Fonte: INE, Censos 2021

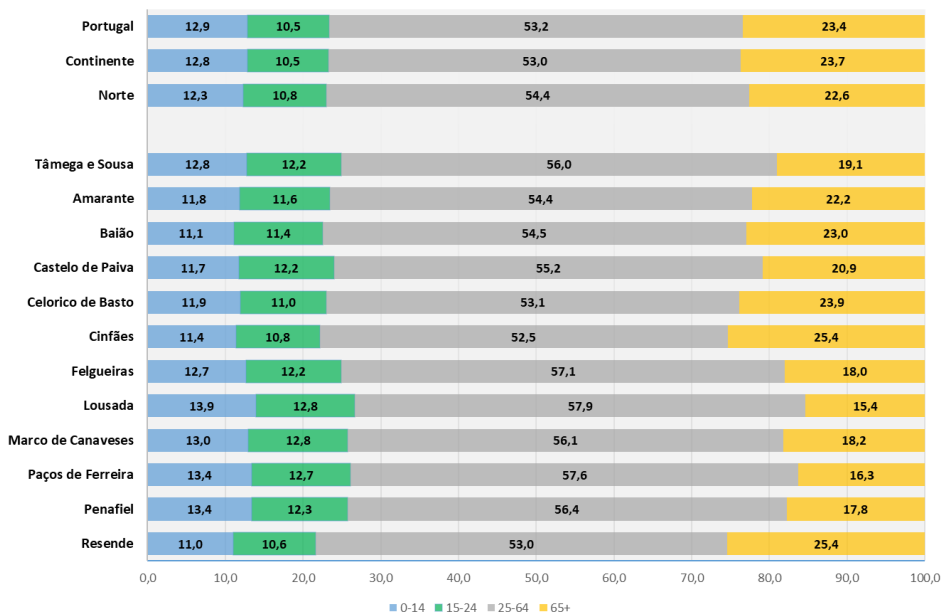
A distribuição da população residente no Tâmega e Sousa, por concelho em 2021, revela que, em todos os concelhos, a proporção de jovens com menos de 15 anos é inferior à proporção de habitantes com mais de 65 anos.

Porém, considerando os grupos etários com menos de 25 anos, verifica-se que há quatro concelhos cuja proporção de pessoas com mais de 65 anos é superior à proporção de jovens. São estes, Baião, Celorico de Baixo, Cinfães e Resende.

Lousada é o concelho que apresenta uma proporção mais elevada de jovens até aos 25 anos superior à faixa etária acima dos 65 anos, ou seja, tem 26,7% de jovens com menos de 25 anos e 15,4% de população acima dos 65 anos. **Uma proporção de jovens superior aos mais velhos de 11pp. Paços de Ferreira também apresenta uma proporção de jovens superior à da faixa etária acima dos 65 anos de 9,3pp.**

Relatório Final

Gráfico 16 - Distribuição da população residente no Tâmega e Sousa, por concelho, 2021 (%)

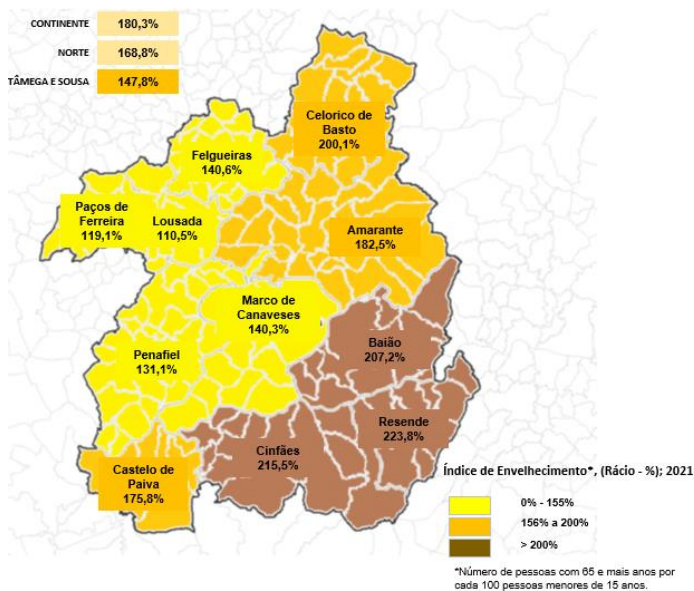


Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Ainda do ponto de vista sociodemográfico, assinala-se outro indicador que pode influenciar a dinâmica das qualificações no território, ou seja, **o envelhecimento pelo topo**, considerando que em 2021, a população residente com mais de 65 anos no Tâmega e Sousa representava 27,8% do total dos residentes, ligeiramente inferior à verificada para este grupo etário na NUTS II Norte (28,3%), mas superior à percentagem registada no Continente (20,5%).

Ainda que o índice de envelhecimento no Tâmega e Sousa em 2021 seja inferior ao índice registado no Norte e no Continente, como se pode observar na figura seguinte. No entanto, existem concelhos com índices de envelhecimento superiores a 200%, nomeadamente os concelhos de Baião, Cinfães, Celorico de basto e Resende. Lousada é o concelho com um índice de envelhecimento mais baixo (110,5%) e Resende apresenta o índice mais elevado (223,8%).

Figura 4- Índice de Envelhecimento, Tâmega e Sousa, por concelho, 2021



Fonte: INE – População Residente; PORDATA

Relatório Final

Quadro 6- Variação da População Residente e variação da atração demográfica (2011-2021) (%)

Neste contexto demográfico de decréscimo da população residente, entre 2011 e 2021, em todos os concelhos, exceto em Lousada, e com uma evolução do saldo natural negativo (nascimentos-óbitos) em 7 dos 11 os concelhos do Tâmega e Sousa, a Região apresenta, uma baixa capacidade de atração de novos residentes em todos os concelhos sem exceção. Mesmo o concelho de **Lousada, que não regista em 2021 perda de população residente e apresenta um saldo natural positivo, isto é, um número de nascimentos superior ao número de mortes**, também evidencia uma fraca atração demográfica (embora a menor face aos restantes concelhos da Região).

	%		
	Saldo Natural	População Residente	Atração Demográfica
Portugal	-22,5%	-2,1%	0,6%
Continente	-22,8%	-1,9%	0,8%
Norte	-20,3%	-2,8%	-0,7%
Tâmega e Sousa	-11,8%	-5,6%	-4,6%
Amarante	-28,6%	-7,4%	-4,6%
Baião	-45,4%	-14,6%	-9,7%
Castelo de Paiva	-30,4%	-6,8%	-3,9%
Celorico de Basto	-46,0%	-12,2%	-7,1%
Cinfães	-44,7%	-13,2%	-7,9%
Felgueiras	9,9%	-3,8%	-4,5%
Lousada	15,7%	0,0%	-1,2%
Marco de Canaveses	-5,8%	-7,3%	-6,9%
Paços de Ferreira	21,3%	-1,3%	-2,9%
Penafiel	1,1%	-3,6%	-3,7%
Resende	-53,5%	-11,6%	-4,5%

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente; PORDATA

48

Em síntese, na sub-região do Tâmega e Sousa:

- A região do Tâmega e Sousa, à semelhança da região norte e do continente, perdeu entre 2011 e 2021, perdeu 24 240 residentes, ou seja, 5,6% do total, uma perda superior ao norte e continente;
- Regista-se decréscimo da população residente, entre 2011 e 2021, em todos os concelhos, exceto em Lousada;
- Comparativamente com outras regiões, o Tâmega e Sousa e particularmente, os concelhos de Lousada e Paços de Ferreira têm uma proporção de jovens até ao 25 anos superior aos indivíduos com mais de 65 anos;
- Outro sinal positivo é o facto de Lousada apresentar uma taxa de natalidade superior à de morte, ou seja um saldo natural positivo, o que contraria a tendência da região e do continente;
- Em contraponto, os concelhos menos industrializados, mais afastados da AMP, sofreram perdas de população assinaláveis, têm um índice de envelhecimento elevado, baixas de natalidade e fraca capacidade de atração de população.

5. EMPRESAS E SETORES DE ATIVIDADE

Os dados mais recentes relativamente à **estrutura empresarial reportam a 2020**, sendo por isso, o ano de referência desta análise.

Em 2020, na sub-região do Tâmega e Sousa, de acordo com os dados dos quadros de pessoal do GEP, existiam **41.181 empresas** de diferentes setores de atividade económica, o que representava 9,2% do total da Região Norte (NUT II).

Como expectável, Felgueiras e Penafiel são os concelhos com maior concentração de empresas, rondando os 6.500 empresas, representando respetivamente, 15,8% e 15,6% do total. Segue-se, Amarante com 5.710 empresas e Paços de Ferreira com 5.569, com percentagens perto dos 14%. No sentido oposto, encontra-se Castelo de Paiva com a menor concentração, 1.340 empresas, a que corresponde 3,3% face ao total no Tâmega e Sousa.

Globalmente, entre 2011 e 2020, o número de empresas aumentou de forma significativa (23,1%), numa percentagem próxima da região Norte (23,6%), acima do continente (16,6%). No período de 9 anos analisado, o crescimento mais significativo ocorre entre 2015 e 2019, o que reflete por certo a recuperação económica pós crise 2008-2013. Importa, contudo, referir o abrandamento no crescimento entre 2019 e 2020, fruto necessariamente da crise pandémica vivida e que afetou alguns setores de atividade, particularmente, as atividades de turismo, restauração, hotelaria ou comércio.

Quadro 7- Evolução do nº de empresas, por concelho, do Tâmega e Sousa

	2011	2015	2020	variação
	N.º	N.º	N.º	
Continente	1 067 119	1 112 804	1 244 194	16,6%
Norte	361 159	396 653	446 312	23,6%
Tâmega e Sousa	33 462	36 911	41 191	23,1%
Amarante	4 657	5 075	5 710	22,6%
Baião	1 220	1 463	1 598	31,0%
Castelo de Paiva	1 142	1 254	1 340	17,3%
Celorico de Basto	1 196	1 581	1 701	42,2%
Cinfães	1 175	1 593	1 722	46,6%
Felgueiras	5 181	5 982	6 528	26,0%
Lousada	3 730	4 059	4 638	24,3%
Marco de Canaveses	3 657	3 816	4 472	22,3%
Paços de Ferreira	5 219	5 043	5 569	6,7%
Penafiel	5 404	5 608	6 414	18,7%
Resende	881	1 437	1 499	70,1%

Relatório Final

No que se refere à evolução do pessoal ao serviço, regista-se um crescimento significativo, embora menor do verificado na região Norte e no Continente. O concelho de Amarante que viu o número de empresas crescer 22,6%, ainda assim diminuiu o número de pessoas ao serviço. Cinfães é o concelho da sub-região onde mais cresceu o número de colaboradores, em mais de 55%.

50

Quadro 8- Evolução do pessoal do serviço, por concelho, do Tâmega e Sousa

	2011	2015	2020	variação
	N.º	N.º	N.º	
Continente	3 496 416	3 455 629	3 989 830	14,11%
Norte	1 193 618	1 219 654	1 395 561	16,92%
Tâmega e Sousa	132 924	136 570	149 417	12,4%
Amarante	16 443	16 307	15 463	-6,0%
Baião	3 613	3 241	4 665	29,1%
Castelo de Paiva	3 583	3 547	3 929	9,7%
Celorico de Basto	3 160	3 891	4 270	35,1%
Cinfães	3 184	3 365	5 007	57,3%
Felgueiras	26 351	29 909	30 421	15,4%
Lousada	16 263	16 482	18 197	11,9%
Marco de Canaveses	15 178	15 244	17 782	17,2%
Paços de Ferreira	21 471	20 841	23 558	9,7%
Penafiel	21 805	21 602	23 805	9,2%
Resende	1 873	2 141	2 320	23,9%

Importa referir que na sub-região do Tâmega e Sousa 64% das entidades correspondem a correspondem mesmo a empresas em nome individual, sendo que, nos concelhos de Cinfães e Celorico de Basto, esta percentagem chega aos 70%.

A tabela 1 permite identificar por setores de atividade os estabelecimentos que registavam maior presença, em número de pessoas ao serviço e estabelecimentos, no Tâmega e Sousa.

	2020			
	Empresas	%	Pessoas	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4 178	10,1	5 223	3,5
Indústrias extrativas	59	0,1	909	0,6
Indústrias transformadoras	4 925	12,0	56 164	37,6
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	116	0,3	128	0,1

Relatório Final

	2020			
	Empresas	%	Pessoas	%
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	37	0,1	729	0,5
Construção	4 435	10,8	29 131	19,5
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	8 812	21,4	24 436	16,4
Transportes e armazenagem	699	1,7	2 809	1,9
Alojamento, restauração e similares	2 945	7,1	6 059	4,1
Atividades de informação e de comunicação	226	0,5	518	0,3
Atividades imobiliárias	1 168	2,8	1 858	1,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2 816	6,8	5 089	3,4
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	3 149	7,6	5 353	3,6
Educação	1 886	4,6	2 492	1,7
Atividades de saúde humana e apoio social	3 066	7,4	4 745	3,2
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	628	1,5	1 072	0,7
Outras atividades de serviços	2 046	5,0	2 702	1,8
Total	41 191		149 417	

51

No que se refere ao número de pessoas ao serviço, é o setor das “Indústrias transformadoras” que se destaca como o grande empregador, abrangendo 37,6% do total. Seguem-se o setor da “Construção” e o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” como os que empregam o maior número de trabalhadores, respetivamente 19,5 e 16,4%. O setor do Comércio por grosso e a retalho e a reparação de veículos automóveis” é o que agrega o maior número de empresas, com quase 8.814, a que corresponde 21,4% do total.

Para além destes três setores de atividade que conjuntamente representam 73,5% do total do pessoal ao serviço na sub-região, cinco outros setores assumem relevância na criação de

Relatório Final

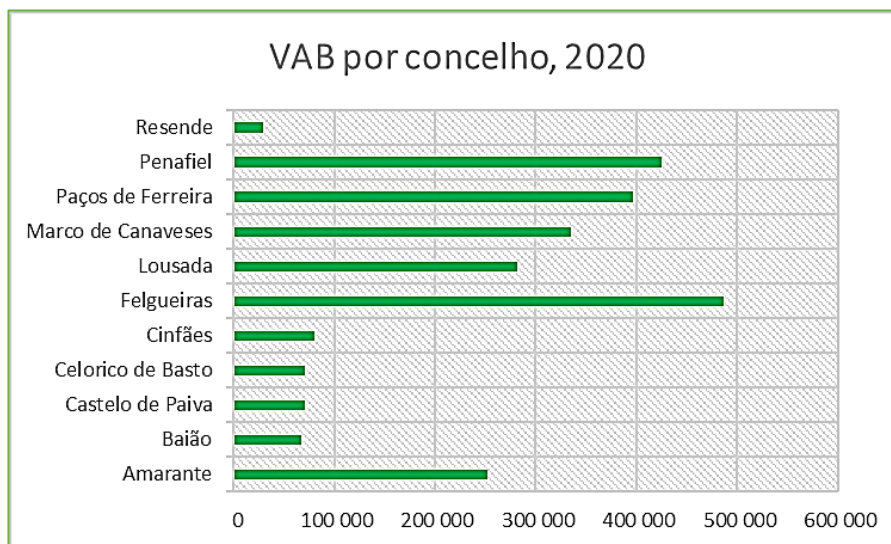
emprego, a saber: Alojamento, restauração e similares (4,1%), Atividades administrativas (3,6), Agricultura e produção animal (3,5%), Atividades de consultoria, científicas e técnicas (3,4%) e Atividades de saúde e apoio social (3,2%).

A taxa de **variação de pessoas entre 2011 e 2020**, os setores onde se verificou um maior acréscimo de pessoas ao serviço a “Agricultura e produção animal” (196,6%), “Atividades de Informação e Comunicação” (90,4%), “Atividades de saúde e apoio social” (67,8%), Serviços Administrativos (46,1%). Em sentido oposto, registe-se a perda de 21% de pessoas ao serviço nas “Indústrias Extrativas”.

O setor das Indústrias Transformadoras onde se integram os Têxteis, Confeções, Calçado, Madeiras, Mobiliário, Metalurgia ou indústrias agropecuárias registaram um crescimento ligeiro quer no número de pessoas ao serviço (4,8%), quer no número de empresas (5,6%). No caso dos setores do Comércio a Retalho e Reparação de Veículos Automóveis, regista-se também um aumento dos trabalhadores, com uma maior relevância no caso das atividades do comércio e reparação de veículos automóveis (9,2%).

Em termos de Valor Acrescentado Bruto por concelho, destaque para Felgueiras e Penafiel acima dos 400.000 euros, o que não surpreende dada a forte concentração de empresas do setor industrial; no sentido oposto, os concelhos com menor peso em termos de VAB, encontramos os concelhos de características mais rurais/florestais.

Gráfico 17- Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras: total e por sector de atividade económica e por concelho, 2020



Fontes de Dados: INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas; Fonte: PORDATA

Nos anexos do relatório diagnóstico, versão final, serão integrados quadros com informação estatística mais detalhada sobre a dinâmica económica, por concelho.

6. DINÂMICA DO EMPREGO E DO MERCADO DE TRABALHO

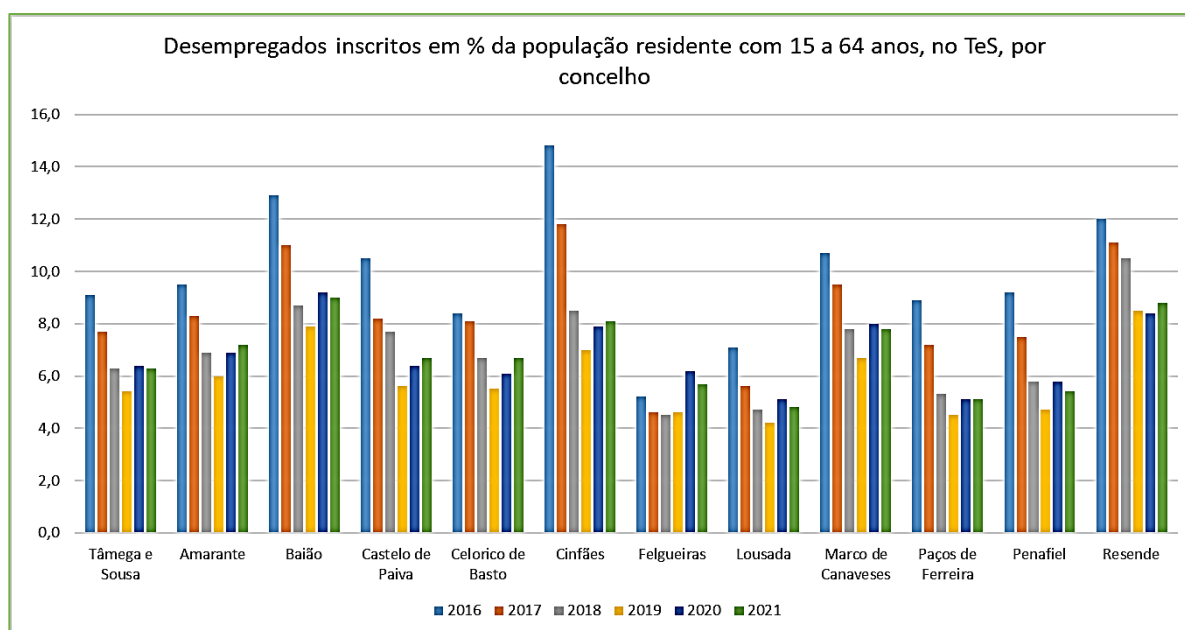
De acordo com o INE, nos últimos 6 anos a taxa de desemprego dos indivíduos entre os 15 e os 64 anos, na sub-região do TeS, **diminui 2,8p.p., fixando-se nos 6,3%**, ou seja, muito próxima da região Norte (6,2%) e ligeiramente acima do Continente (5,8%).

53

A **descida mais significativa acontece entre 2016 e 2017 (-9 p.p.)**, o ano em que se regista o maior crescimento no período pós 2008-2013, tendo atingido os 5,4% em 2019. Esta recuperação é invertida nos anos 2020 e 2021, anos da crise pandémica, em que a taxa de desemprego sobe para os 6,4% e 6,3% respetivamente.

Uma análise por concelho permite constatar que 10 dos 11 concelhos do TeS diminuíram a taxa de desemprego entre 2016 e 2021. No ano de 2016, Cinfães era o concelho onde se registava a taxa de desemprego mais elevada e Felgueiras o concelho com a taxa mais baixa (5,4%). Neste mesmo ano, são 4 os concelhos que apresentavam taxas de desemprego superiores a 10%: Cinfães (14,8%), Baião (12,9%), Resende (12%) e Castelo de Paiva (10,5%). Em 2021, nenhum dos 11 concelhos apresentava taxas superiores a 10%, sendo Lousada o concelho que apresenta a mais baixa (4,8%). Curiosamente, Felgueiras apenas de ser um dos concelhos com taxas de desemprego mais baixas ao longo destes 6 anos, regista uma subida de 0,5p.p. de crescimento, fixando-se em 5,7% em 2021.

Gráfico 18- Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos, no TeS, concelho



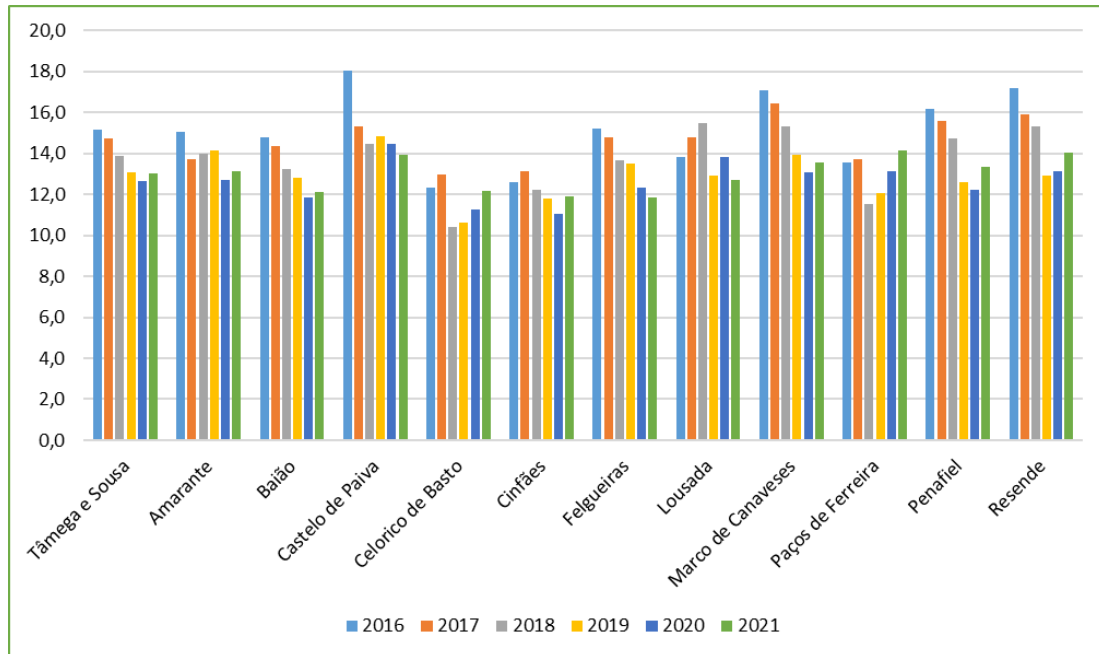
Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente; IEFP/MTSSS-METD

No que se refere ao desemprego jovem, ou seja, em idade inferior a 25 anos, a taxa mais elevada alcançada na sub-região neste período é de 15,4% em 2016 e a mais baixa é de 12,7%

Relatório Final

em 2020. Em 2021, a taxa de desemprego jovem na sub-região foi de 13%, acima da região Norte (10,8%) e do Continente (11%). Conforme se pode verificar no gráfico seguinte, em 2016, Castelo de Paiva tem a taxa de desemprego mais elevada (18%) e Celorico de Basto a mais baixa (12,3%). Em 2021, a taxa de desemprego jovem desceu em todos os concelhos à exceção de Paços de Ferreira que subiu 0,6 p.p..

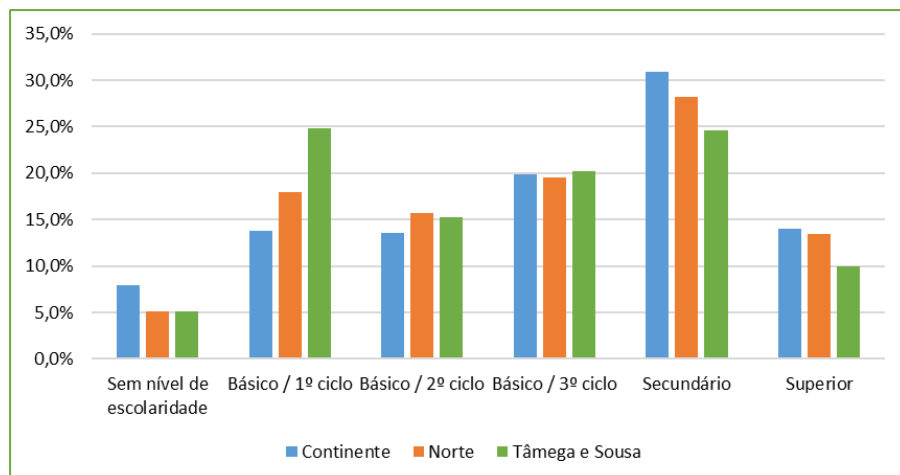
Gráfico 19- Evolução da taxa de desemprego jovem, por concelho



No que diz respeito à taxa de desemprego por níveis de escolaridade, comparativamente com a região Norte e o Continente verifica-se que, em 2021, no TeS, a situação mais gravosa se situava nos ativos com o 1º. Ciclo do ensino básico e com o Ensino Secundário, respetivamente, 24,9% e 24,6%. Os indivíduos com o ensino superior são os menos afetados, ficando-se a taxa de desemprego nos 9,9%, abaixo da taxa verificada na região Norte (13,5%) e no Continente (14%).

Gráfico 20- Desempregados inscritos, por nível de escolaridade (2021)

Fontes de Dados: IEFP/MTSSS-METD



Em síntese, na sub-região do Tâmega e Sousa:

- A atividade económica do Tâmega e Sousa está fortemente ancorada em três setores principais, “Indústrias Transformadoras”, “Construção” e “Comércio e Reparação de Veículos Automóveis”. Em 2020, estes 3 setores representavam 73,5% do pessoal ao serviço, 44,2% das empresas e 79% do VAB;
- As “Indústrias transformadoras”, onde se enquadram os têxteis, confeções, calçado, mobiliário, metalurgia e agroalimentar, são o setor que se assume como tendo a maior representatividade em termos do número de empresas (12%), de pessoas em serviço (37,6%) e VAB (39%).
- Destaque também para os setores da “Construção” e do “Comércio a retalho e reparação de veículos automóveis” como os de maior representatividade em termos de empresas e trabalhadores e de contributo para o VAB regional.
- Em termos de dinâmica, estes setores registaram crescimentos abaixo dos 10%, fruto sobretudo da recuperação pós crise 2008-2013 e nem tanto da expansão da atividade empresarial. Em outros setores com menor expressão no território, como é o caso dos setores da “Agricultura e produção animal”, Atividades administrativas”, “Atividades de informação e comunicação” e “Atividade de saúde e apoio social”, registou-se um crescimento significativo de pessoal ao serviço e número de empresas, o que poderá ser um sinal do crescente peso das atividades do setor primário e terciário (serviços).
- Em termos de distribuição concelhia, o setor da “Indústria transformadora” está especialmente concentrada nos concelhos de Felgueiras, Paços de Ferreira e Penafiel. Já o setor da “Construção”, que apresenta uma representatividade interessante em 8 dos 11 concelhos, está mais concentrada em Marco de Canaveses e Penafiel. As atividades de “Comércio e Reparação de Veículos” apresentam uma distribuição bastante mais uniforme entre concelhos, embora com maior peso nos concelhos de Paços de Ferreira e Penafiel.

7. DINÂMICAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE PARA JOVENS

Este ponto é dedicado à análise da oferta formativa de dupla certificação de nível secundário, destinada a jovens, no território do Tâmega e Sousa. Nesta análise teve-se em consideração a oferta de Cursos Profissionais ministrados nas escolas da rede do Ministério da Educação.

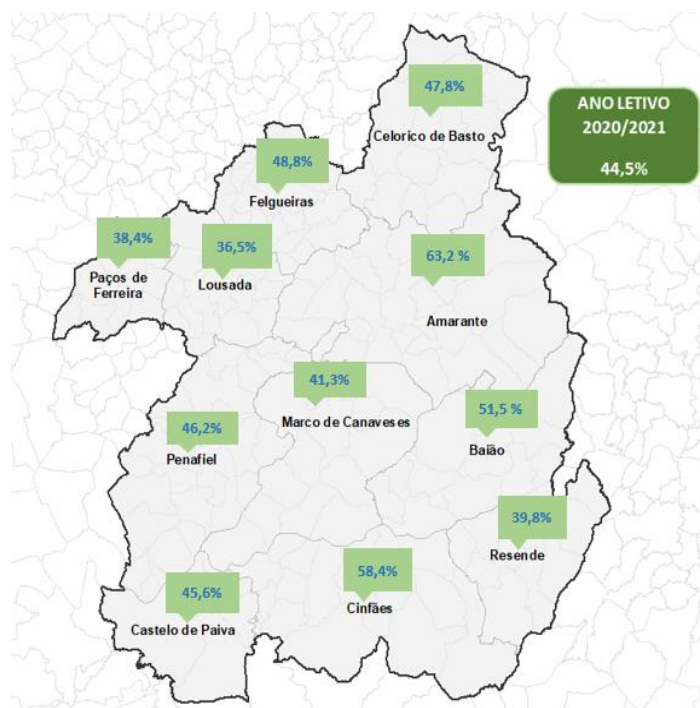
Para além desta modalidade, existem outras modalidades de dupla certificação de nível secundário destinadas a jovens, como é o caso dos Cursos com planos próprios, em funcionamento no Colégio S. Gonçalo de Amarante e os Cursos de Aprendizagem, ministrados na rede de Centros de Formação Direta e Participada do IEFP- Existem ainda os cursos da Escolas do Turismo de Portugal, tutelados pelo Ministério da Economia que, embora possam captar alunos no território, não fazem parte da rede de estabelecimentos em funcionamento no território do Tâmega e Sousa, razão pela qual não são contempladas nesta análise.

O relatório 1 contemplou-se também uma análise aos percursos formativos de continuidade existentes no território, desde os cursos de dupla certificação de nível 2 até ao ensino superior, nomeadamente, para os Cursos Técnico Superior Profissional (CTESP).

Figura 5- Oferta formativa de dupla certificação no território do Tâmega e Sousa, por concelho, ano letivo 2020/21

No ano letivo 2020/2021, o último ano disponível no INE, no território do Tâmega e Sousa, a percentagem de jovens que concluiu o ensino secundário através de modalidades de dupla certificação foi de **44,5%**, ou seja, **4,5p.p. acima da taxa registada no Continente (40%) e 2,7 p.p. acima da região Norte (41,8%)**.

Os concelhos que apresentam taxas mais elevadas de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens são: **Amarante (63,2%), Cinfães (58,14%) e Baião (51,5%)** com taxas superior ao Território do Tâmega e Sousa, do Norte e do Continente; em sentido oposto, surgem Resende (39,8%) e de Paços de Ferreira (38,4%).



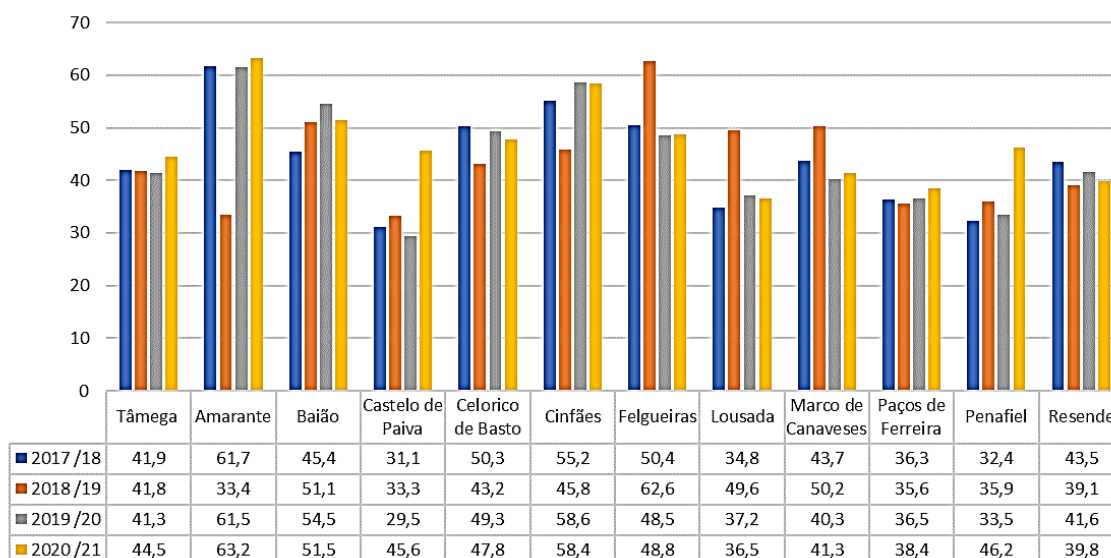
Fonte: INE

A evolução da taxa de participação em modalidades de dupla certificação no território, nos últimos 4 anos letivos, conforme se pode observar no gráfico seguinte, é distinta nos concelhos do território do Tâmega e Sousa. Somente Baião apresenta uma taxa de crescimento ao longo dos últimos anos letivos sem flutuações e de aumento gradual da taxa de participação.

Apesar das flutuações registadas nestes últimos 4 anos, é de salientar o facto de todos os concelhos com oferta de modalidades de dupla certificação terem tido uma evolução positiva nas taxas de participação, alguns dos quais com valores bem acima da média do continente e da região norte.

57

Gráfico 21 - Taxa de participação em modalidades de dupla certificação do ensino secundário orientadas para jovens



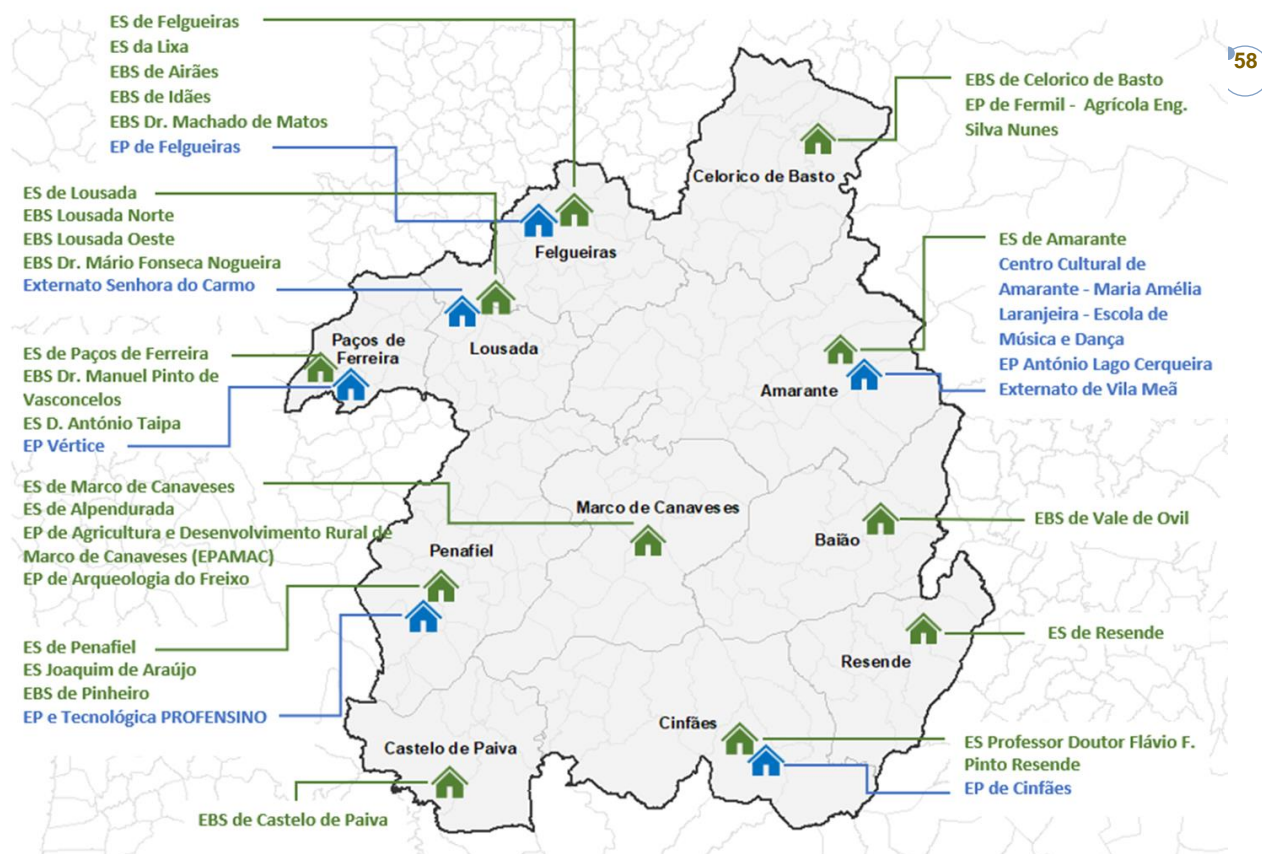
Fonte: INE

8. OS CURSOS PROFISSIONAIS- ALUNOS, TURMAS E CURSOS

No ano letivo de 2022/23, a rede de escolas que ministra Cursos Profissionais, no território do Tâmega e Sousa era constituída por 34 Escolas da rede do Ministério da Educação, sendo 26 Escolas públicas, 1 escola de ensino privado dependente do Estado e 7 escolas de ensino privado independente. No total das 34 escolas: 12 são Escolas Secundárias, 11 Escolas Básicas e Secundárias, 3 Escolas Profissionais públicas e 8 Escolas Profissionais privadas.

Conforme se pode observar na figura seguinte, estão representadas a cor verde, as escolas públicas, e a azul as Escolas Privadas que ministram cursos profissionais no Território do Tâmega e Sousa, na rede do Ministério da Educação.

Figura 6- Escolas do Tâmega e Sousa que ministraram o 1.º ano dos cursos profissionais no ano letivo de 2022/23



Fonte: SIGO

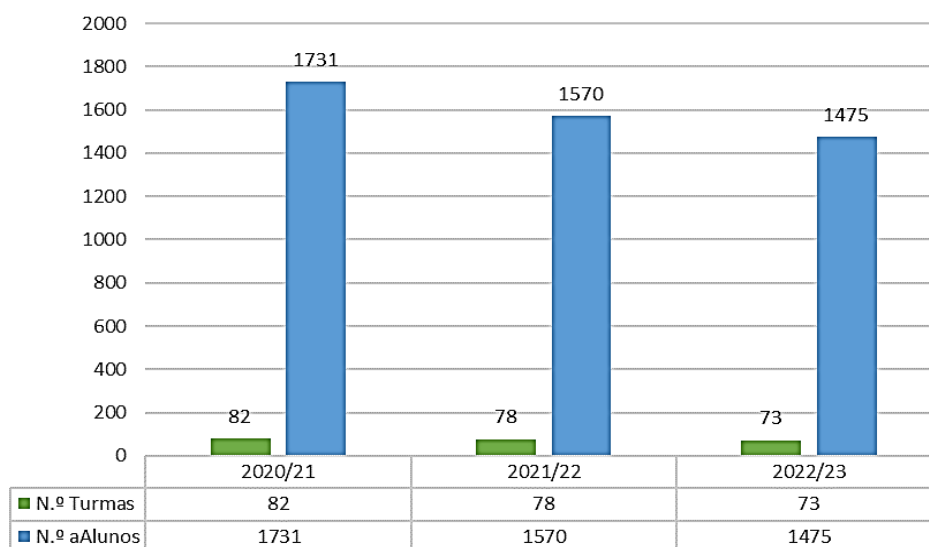
Neste ano letivo, 2022/23, no 1.º ano dos cursos profissionais no Tâmega e Sousa iniciaram um total de 73 turmas, distribuídas por 44 cursos profissionais e 22 Áreas de Educação e Formação (AEF).

Nos últimos três anos letivos, entre 2020/21 e 2022/23, o nº de turmas de 1.º ano nos cursos profissionais **têm vindo gradualmente a reduzir**, registando neste período uma quebra total de 9 turmas, a par da diminuição do número de alunos que sofreu uma perda de 256 alunos neste período em análise. No ano letivo de 2022/23 abriram 73 turmas de 1.º ano dos cursos profissionais no Tâmega e Sousa e um total de 1475 alunos inscritos.

Em termos da média de alunos por turma, situou-se entre os 21,1 e os 20,2, o que representa um número razoável para a implementação de práticas pedagógicas ativas como estes cursos exigem.

Relatório Final

Gráfico 22 - Número de turmas de 1.º ano dos cursos profissionais no Tâmega e Sousa, de 2020/21 a 2022/23



59

Fonte: SIGO

No que se refere às áreas dos cursos ministrados no ano letivo 2022/2023, as AEF que reúnem um maior número de turmas são: Eletrónica e automação (10) Ciências informáticas e Saúde, ambas com (9,5), Hotelaria e Restauração (7,5), e Eletricidade e energia com (5,5), por contraposição às AEF que registam turmas mais reduzidas, nomeadamente, Ciências Farmacêuticas, Contabilidade e fiscalidade e Design, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 9- Número de turmas de 1.º ano dos cursos profissionais no Tâmega e Sousa, por AEF, 2022/23

AEF	N.º Turmas
523 Eletrónica e automação	10
481 Ciências informáticas	9,5
729 Saúde - programas não classificados noutra área de formação	9,5
811 Hotelaria e restauração	7,5
522 Eletricidade e energia	5,5
213 Áudio-visuais e produção dos media	4
341 Comércio	4
525 Construção e reparação de veículos a motor	4
813 Desporto	4
621 Produção agrícola e animal	2,5
815 Cuidados de beleza	2
345 Gestão e administração	1,5
346 Secretariado e trabalho administrativo	1,5
212 Artes do espetáculo	1
542 Indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro	1
543 Materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)	1
521 Metalurgia e metalomecânica	1
762 Trabalho social e orientação	1
812 Turismo e lazer	1
727 Ciências Farmacêuticas	0,5
344 Contabilidade e fiscalidade	0,5
214 Design	0,5
Total	73

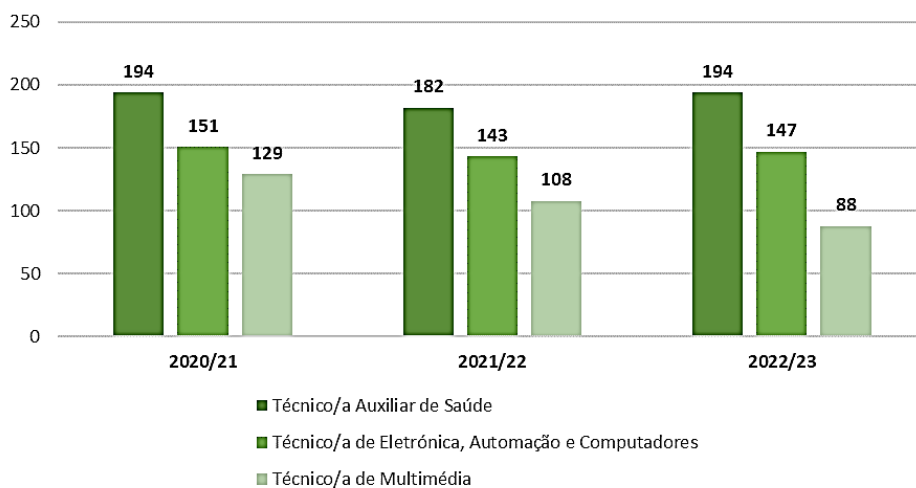
Fonte: SIGO

Relatório Final

Os cursos profissionais que concentram o maior número de alunos no território ao longo dos últimos três anos letivos são os cursos de técnico/a Auxiliar de Saúde, o curso técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores e o de Técnico/a de Multimédia.

60

Gráfico 23 - Cursos profissionais com maior número de alunos no Tâmega e Sousa, entre 2020/21 e 2022/23



Fonte: SIGO

No relatório 1 apresenta-se uma análise mais detalhada da oferta formativa por concelho, em número de turmas e alunos, cursos e áreas de educação e formação.

Em síntese,

- Nos últimos 3 anos, embora a taxa de alunos a frequentar modalidades de dupla certificação tenha vindo a aumentar e esteja até acima da região norte e do continente, o número de turmas e de alunos tem vindo a diminuir.
- A rede de escolas com oferta de cursos profissionais mantêm-se estável, com um total de **34 estabelecimentos**, dos quais, cerca de **1/3 são escolas profissionais, públicas e privadas**.
- Em termos da oferta, as áreas com maior número de turmas e alunos são a Saúde, a Informática, Eletrónica e Automação e Audiovisuais e Multimedia. Nos setores industriais, predominantes em termos de atividade económica e criação de emprego, como é o caso da Indústria Têxtil, Vestuário e Calçado, Indústria das Madeiras, Indústria Metalúrgica e Metalomecânica, o número de turmas e alunos continua a ser baixo. Importa ter em consideração que o diagnóstico considerou apenas a oferta de cursos profissionais e não

Relatório Final

abrangeu os cursos ministrados pelos centros de formação do IEFP que, como sabemos, tradicionalmente possuem oferta nestas áreas.

- As orientações para o ano letivo 2023/2024 atribuíram elevada prioridade a estas áreas, nomeadamente, as abrangidas pelo Centros Tecnológicos Especializados (Energias Renováveis, Indústrias, Hotelaria e Restauração), esperando assim um reforço da ofertas nos cursos destas AEF.

9. DINÂMICAS DA FORMAÇÃO DE ATIVOS NO TERRITÓRIO DO TÂMEGA E SOUSA

Neste ponto apresentam-se as principais dimensões de análise e as ideias de síntese relativas à dinâmica da formação de ativos no Tâmega e Sousa. O tema é tratado de forma desenvolvida no relatório 2, de maio 2023 e poderá ser consultado para um maior detalhe dos aspetos aqui referidos.

62

9.1. A rede de entidades formadoras

A rede entidades formadoras que ministram cursos de formação inicial e/ou contínua destinada a ativos é constituída por diversas entidades: Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, Centros de Formação, Entidades formadoras privadas certificadas pela DGERT e as empresas/empregadores¹³.

Modalidades ministradas					
	EFA Escolar	EFA Profissional	Formação modular certificada	Formação modular (curta e média duração)	Outras formações à medida
Centros Qualifica (em Escolas do ME)	X		X	X	
Centros Qualifica (em Centros de Formação do IEFP)		X			
Centros Qualifica em entidades formadoras privadas		X			
Entidades formadoras certificadas (privadas, associações, etc.)		X	X	X	X
Empresas				X	X ¹⁴

O exercício de diagnóstico realizado teve por base o levantamento das entidades com oferta em funcionamento no ano letivo 2022/2023, tendo por base a tipologia identificada.

Deste modo, em termos do número de entidades, as com maior presença são as entidades tuteladas pelo MTSSS, embora seja também significativo o número de escolas tuteladas pelo ME com centros de formação (Centros Qualifica que realizam processos de Reconhecimento,

¹³ De acordo com o Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, a formação contínua pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente (DGERT, relatório síntese anual)

¹⁴ Inclui as formações realizadas em contexto de trabalho

Relatório Final

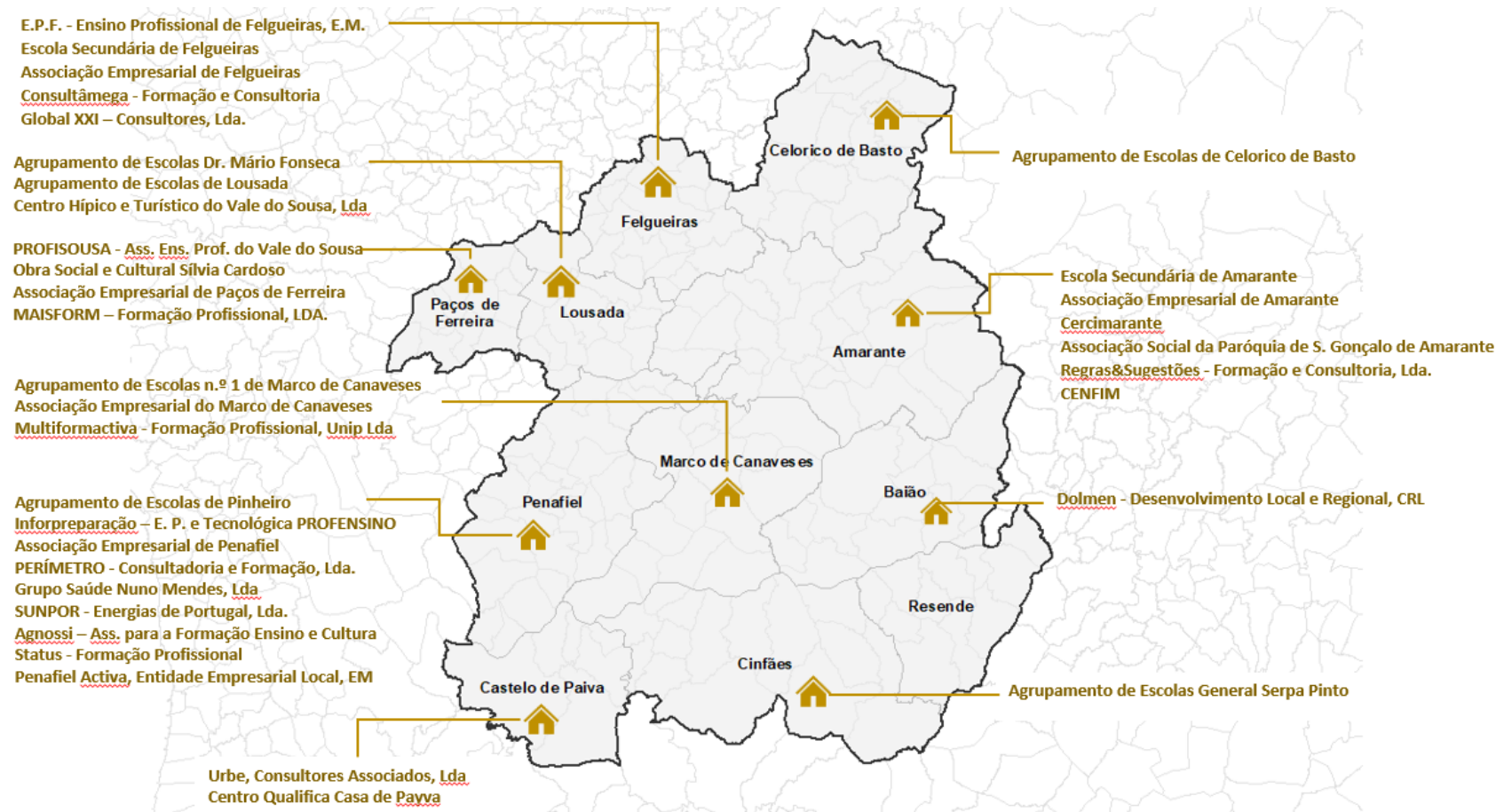
Certificação e Validação de Competências e ministram cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA.

Quadro 10- Tipologias das entidades formadoras

Tipologia	Entidade formadora
Agrupamento de Escolas e Escola Secundária não Agrupada	Centro Qualifica de Cinfães
	CQLF Agrupamento de Escolas de Pinheiro
	Centro Qualifica EBS Lousada Norte
	Agrupamento de Escolas de Lousada
	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Marco de Canaveses
	Agrupamento de Escolas de Lousada
	Agrupamento de Escolas n.º 1 de Marco de Canaveses
	Centro Qualifica da Escola Secundária de Amarante
	Centro Qualifica da Escola Secundária de Felgueiras
Associação (setorial, profissional, regional ou outra)	Dolmen, CRL
	Associação Empresarial de Paços de Ferreira
	Associação Empresarial de Amarante
	Associação Empresarial de Felgueiras
	Associação Empresarial de Penafiel
	Profisousa - Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa
	AGNOSSI - Associação para a Formação, Ensino e Cultura
Obra Social e Cultural Sílvia Cardoso	
Centro de formação de gestão participada do IEFP	CENFIM - Núcleo de Amarante
	MAISFORM Formação Profissional, LDA.
Empresa de formação profissional	Regras & Sugestões- Formação e Consultoria, lda
	Perímetro- Consultadoria e Formação Sociedade Unipessoal, Lda.
	Centro Qualifica Casa de Payva
	Global XXI Consultores, Lda.
	Consultâmega, Consultoria e Formação, Lda.
	Multiformactiva-Formação Profissional, Unip., Lda.
	Urbe, Consultores Associados, Lda
Escola Profissional	Escola Profissional e Tecnológica Profensino
	Escola Profissional de Felgueiras
Empresa Municipal	Penafiel Activa, EM
Entidade Privada, sem fins lucrativas	Cercimarante, C.R.L.

Fonte: construção própria

Figura 7- Entidades formadoras com oferta formativa para adultos, por concelho, no território do T&S, 2023



Fonte: Construção própria (dados das entidades certificadas da DGERT, ANQEP, etc)

9.2. Caraterização da oferta formativa – os dados quantitativos

Como atrás referido, dada a inexistência de fontes de informação que centralizem os dados relativos à formação destinada a adultos, optou-se por apresentar apenas os dados quantitativos considerados fiáveis, oriundos do IEFP e relativos aos Centros de Formação de Gestão Direta e Participada deste Instituto, no território, entre 2017 e 2021.

65

9.2.1. Cursos de educação e Formação - EFA

Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) são um **percurso flexível de formação**, de duração variável, **dirigido a formação inicial de adultos**, que permite o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais requeridas no exercício de uma atividade profissional e a obtenção de um nível básico ou secundário de educação.

Os cursos apresentam diferentes tipos de percursos formativos: **de ensino básico**, de ensino **secundário**, de **dupla certificação** ou apenas **percursos relativos ao desenvolvimento de competências profissionais**.

Os EFA podem funcionar em estabelecimentos de ensino básico e secundário, públicos ou privados e em Centros de formação profissional de gestão direta e protocolares do IEFP e em todas as entidades que façam parte do SNQ (empresas, associações empresariais, etc.)

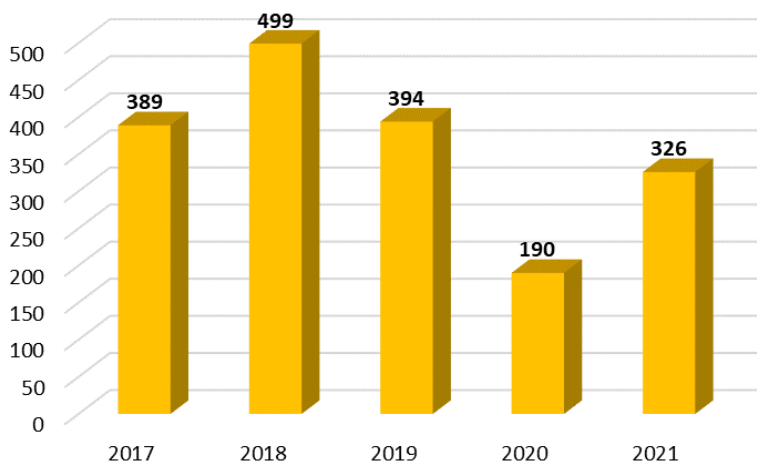
Segundo os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), entre **2017 e 2021**, foram aprovados nos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) um total **1 798** adultos na CIM do Tâmega e Sousa. Desde, **869** aprovados são do nível 2 de qualificação e **929** aprovados do nível 4.

Uma análise da oferta neste período de 4 anos, **o ano no qual se registou maior número de aprovações foi em 2018 com cerca de meia centena de adultos** a serem aprovados nos cursos EFA.

Pelo contrário, 2020, o primeiro ano da pandemia, foi o ano que registou o número mais baixo de formandos, com apenas 190 adultos, dos níveis 2 e 4 de qualificação, a serem aprovados nesta modalidade de formação.

Relatório Final

Gráfico 24 – Número total de alunos aprovados nos cursos EFA (nível 2 e 4) no T&S, entre 2017 e 2021

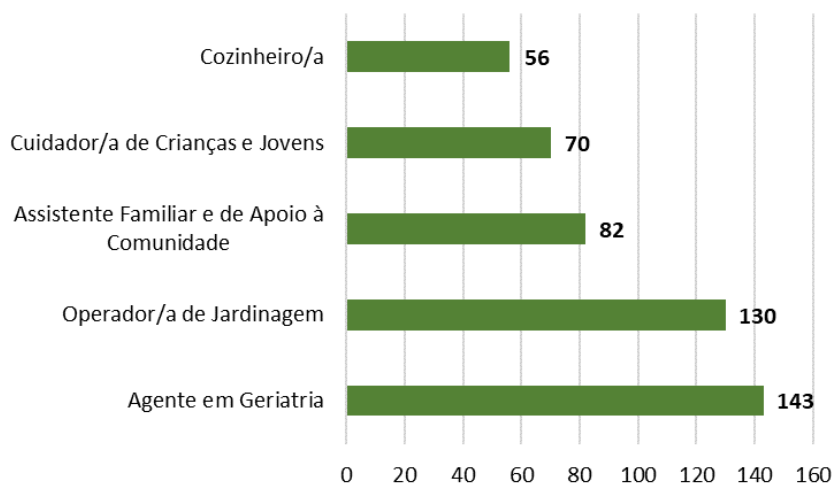


Fonte: IEFP

Resulta da análise dos cursos **EFA de nível 2** os 5 cursos que compõe a oferta do território com maior número de alunos aprovados entre 2017 e 2021. Destacam-se três cursos relacionados com a **área de apoio social** a crianças e idosos: **Agente de Geriatria (143)**, **Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade (82)** e **Cuidador/a de Crianças e Jovens (70)**.

Regista-se ainda o Operador/a de Jardinagem, o segundo curso que regista maior número de aprovações (130) neste período, mas também o de Cozinheiro/a (56) e o de Operador /a de logística (55), conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico 25 – Os 5 cursos EFA de nível 2 com mais alunos aprovados no T&S, entre 2017 e 2021



Fonte: IEFP

No entanto, em 2021, segundo os dados do IEFP, foram realizadas um total de 24 ações de formação em cursos EFA (nível 2), aprovados 148 alunos em 14 cursos diferentes.

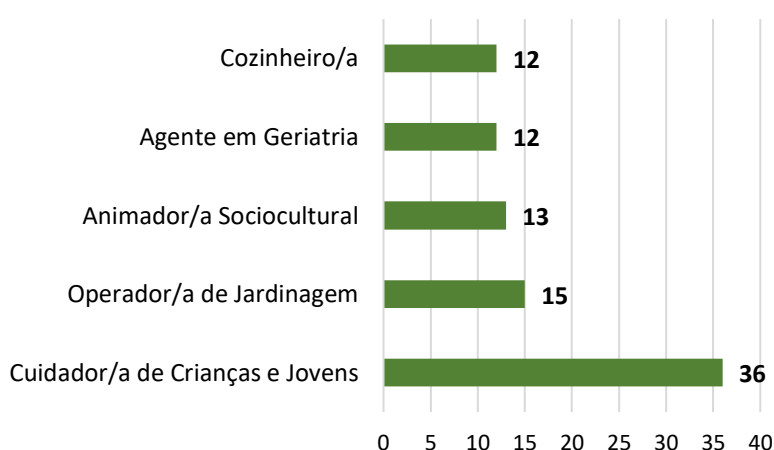
Relatório Final

Os cinco cursos EFA de nível 2 que registam maior número de adultos aprovados em 2021, são: o Cuidador/a de Crianças e Jovens (36), o Operador/a de jardinagem (15), o Animador/a Sociocultural (13) e com o mesmo número de adultos aprovados o de Cozinheiro/a e o Agente de Geriatria, ambos com 12 adultos aprovados.

O curso de **Animador/a Sociocultural** é um curso novo, na medida em que abre pela primeira vez em 2021 no concelho de Cinfães, sendo que todos os outros cursos com maior número de alunos aprovados já são ofertas com histórico em diversos concelhos do território nos últimos cinco anos em análise.

67

Gráfico 26 – Os 5 cursos EFA de nível 2 com maior número de alunos aprovados no T&S, em 2021

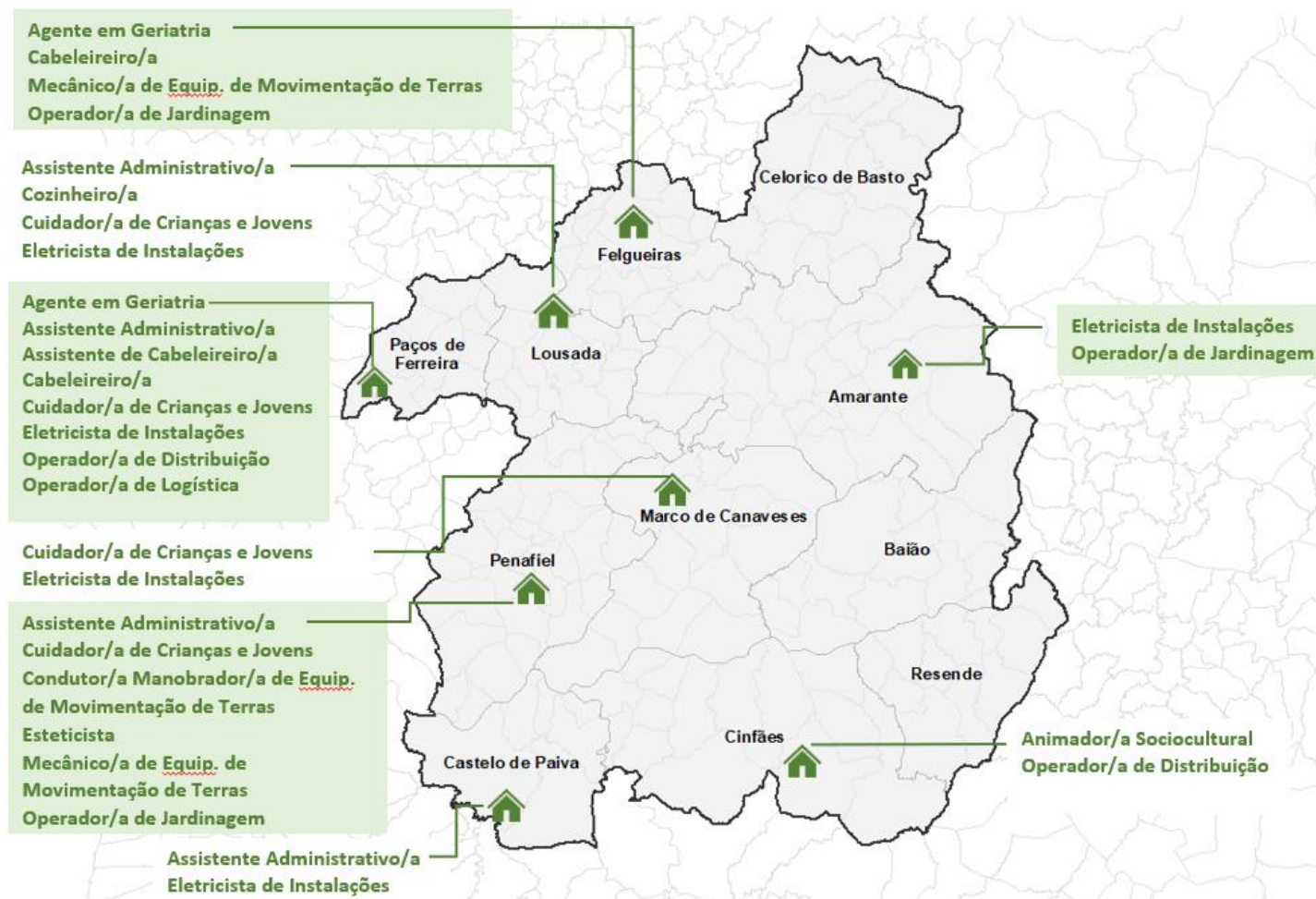


Fonte: IEFP

Ainda no ano de 2021, identificam-se os cursos que constituem **oferta única** nesta modalidade EFA e nível 2 de qualificação CNQ no território do T&S, dirigidos à população adulta, por concelho. Nesse sentido, existem quatro cursos que se apresentam como oferta específica, nomeadamente, o curso de **Operador/a de Logística** em Marco de Canaveses, o de **Esteticista** e o de **Condutor/a Manobrador/a de Equipamento de Movimentação de Terras**, ambos em Penafiel e o de **Animador/a Sociocultural** em Cinfães.

Verifica-se ainda que em 2021 **há concelhos que não registam ações de formação com adultos aprovados no território**, por exemplo, nos concelhos de Celorico de Basto, Baião e Resende. Porém, os concelhos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel apresentam diversas possibilidades de cursos que respondem ao público adulto que procura concluir o percurso de escolaridade obrigatória, através de um percurso flexível e ajustado aos seus interesses. **Ou seja, a oferta de cursos EFA de nível 2 está mais concentrada em quatro concelhos do território e pouco desenvolvida/representada nos outros 7 concelhos do território.**

Figura 8- Cursos EFA nível 2, por concelho, no território do T&S, em 2021



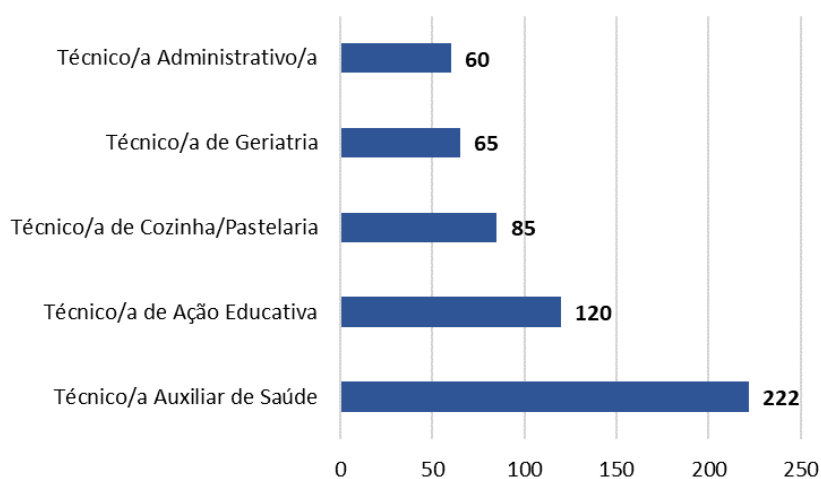
Fonte: IEFP

Relatório Final

Conforme se pode observar na figura seguinte, o curso EFA (de nível 4), que apresenta maior número de adultos aprovados neste período é o **Técnico/a Auxiliar de Saúde**, com 222 adultos aprovados. Com quase menos metade dos adultos aprovados está o curso de Técnico/a de Ação Educativa (120). Os outros três cursos que se apresentam com maior número de alunos aprovados são: Técnico/a de Cozinha/Pastelaria, Técnico/a de Geriatria e Técnico/a Administrativo/a.

69

Gráfico 27 – Os 5 cursos EFA de nível 4 com mais alunos aprovados no T&S, entre 2017 e 2021



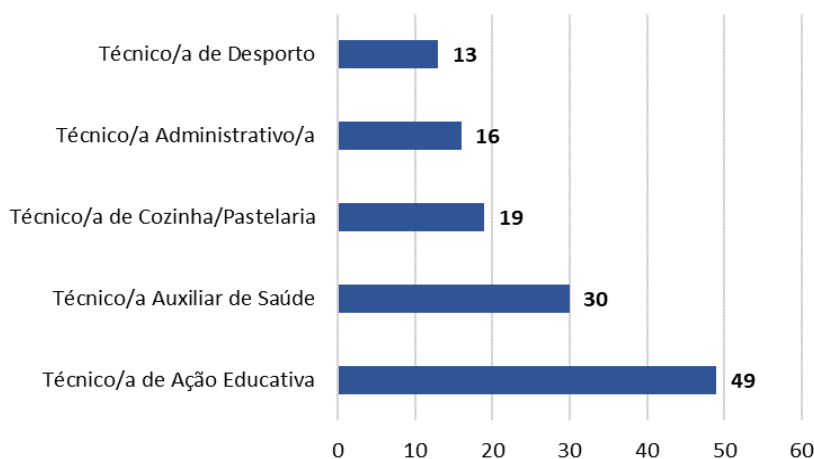
Fonte: IEFP

No que se refere aos cursos EFA de nível 4, em 2021, foram ministradas um total de **35 ações de formação e aprovados 178 adultos em 15 cursos que integraram esta oferta dirigida à população adulta no T&S.**

Os cursos de nível 4 que registam em 2021 maior número de adultos aprovados são: Técnico/a de Ação Educativa (49), o Técnico/a Auxiliar de Saúde (30), o Técnico/a de Cozinha/Pastelaria (19), o Técnico/a Administrativo/a (16) e o **Técnico/a de Desporto (13).**

Relatório Final

Gráfico 28 – Os 5 cursos EFA de nível 4 com maior número de alunos aprovados no T&S, em 2021



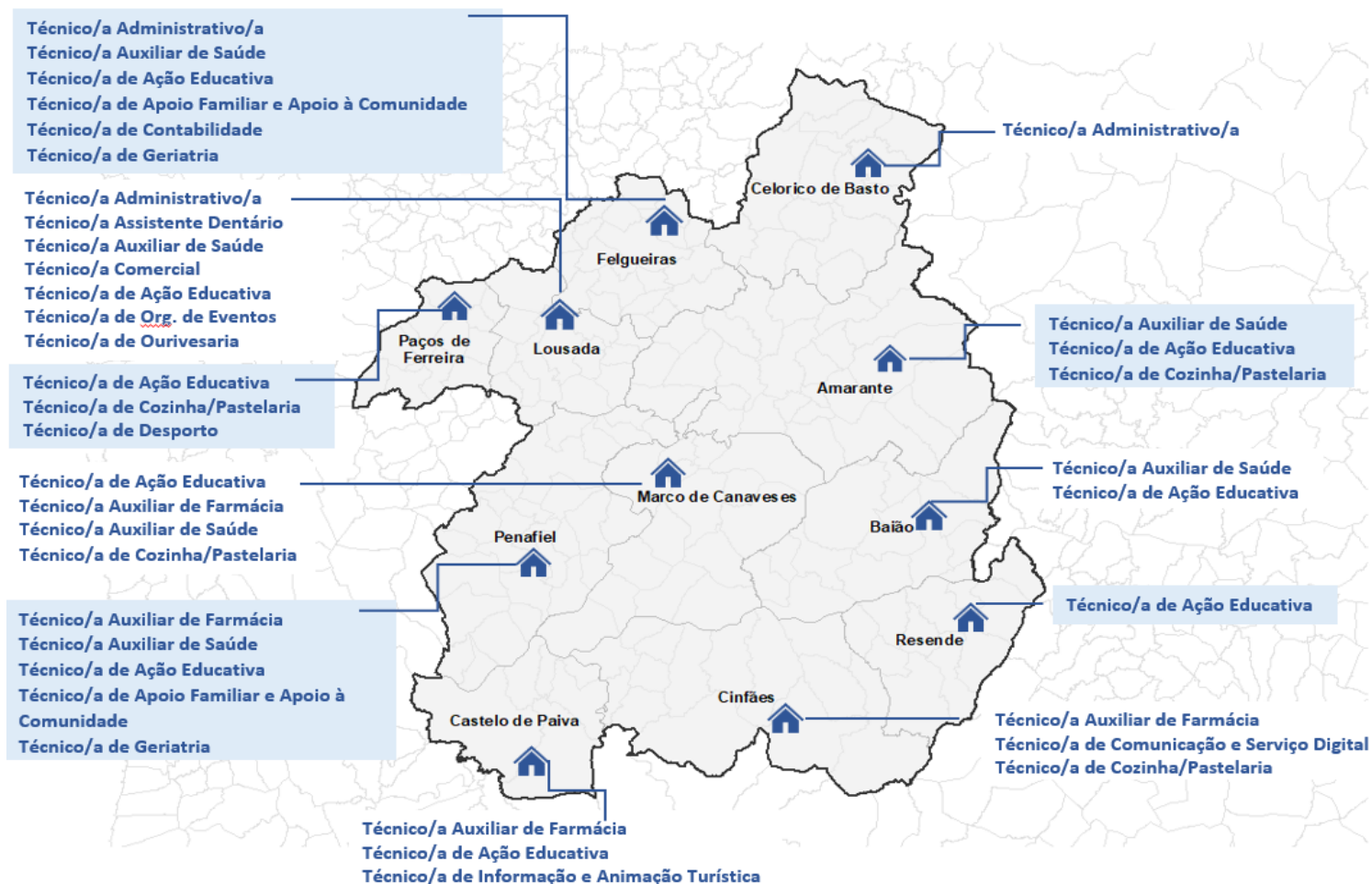
Fonte: IEFP

Em 2021, no território do T&S os cursos EFA de nível 4 mostram que dos 15 cursos que fazem parte da oferta formativa, 7 cursos são oferta única no território. Por exemplo, o curso Técnico/a de Contabilidade existe apenas em Felgueiras, o curso de Técnico/a de Informação e Animação Turística apenas em Castelo de Paiva e o de Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital em Cinfães e Técnico/a de Desporto em Paços de Ferreira.

O concelho de Lousada apresenta 4 cursos de oferta única, especificamente nos cursos de: Técnico/a Assistente Dentário, Técnico/a Comercial, Técnico/a de Organização de Eventos e o de Técnico/a de Ourivesaria

Verifica-se ainda que a distribuição dos cursos EFA de nível 4, à semelhança da oferta de nível 2 se concentra em 4 concelhos, isto é, têm mais de 3 cursos na oferta dirigida a adultos. No entanto há dois concelhos que apenas têm um curso disponível, Celorico de Basto (Técnico/a Administrativo/a) e Resende (Técnico/a de Ação Educativa).

Figura 9- Cursos EFA nível 4, por concelho, no território do T&S, em 2021



Fonte: IEFP

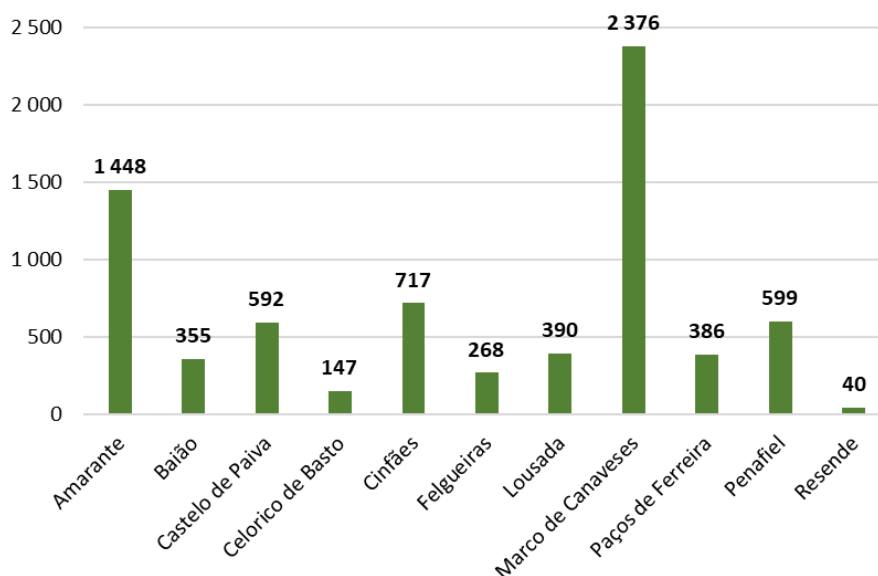
9.2.2. Formação Modular Certificada (FMC)

As Formações Modulares Certificadas (FMC) são organizadas em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) com o objetivo de promover o acesso a qualificações, **através de percursos flexíveis, modularizados e capitalizáveis**, tendo por base os referenciais de competências e de formação associados às qualificações que integram o Catálogo Nacional de Qualificações.

A Formação Modular dirigida a Adultos com idade igual ou superior a 18 anos, empregados ou desempregados tem com o objetivo melhorar as competências em domínios de âmbito geral ou específico de uma profissão, permitindo atualizar e aperfeiçoar os conhecimentos teóricos e práticos, bem como elevar os seus níveis de habilitação escolar e profissional da população adulta.

Em 2021, segundo os dados disponibilizados pelo IEFP, foram realizadas um **total de 766 ações de Formação Modular**, cujas unidades de formação podem ser de nível 2 e 4 do CNQ. O número de adultos aprovados nestas formações atingiu um total de **7 318** do T&S. Na distribuição por concelho, verifica-se um maior número de aprovações de adultos nestas formações modulares, em Marco de Canaveses (2 376) e em Amarante (1 448). Já Resende é o concelho que apresenta um número de alunos aprovados mais reduzido, de apenas 40 adultos.

Gráfico 29 – Número de alunos aprovados em Formação Modular, por concelho no T&S, em 2021



Fonte: IEFP

9.2.3. Cursos de Especialização Tecnológica - CET

Os Cursos de especialização Tecnológica (CET) são cursos de formação pós-secundária não superior, com a duração de 15 meses e que permitem a obtenção do nível 5 de qualificação.

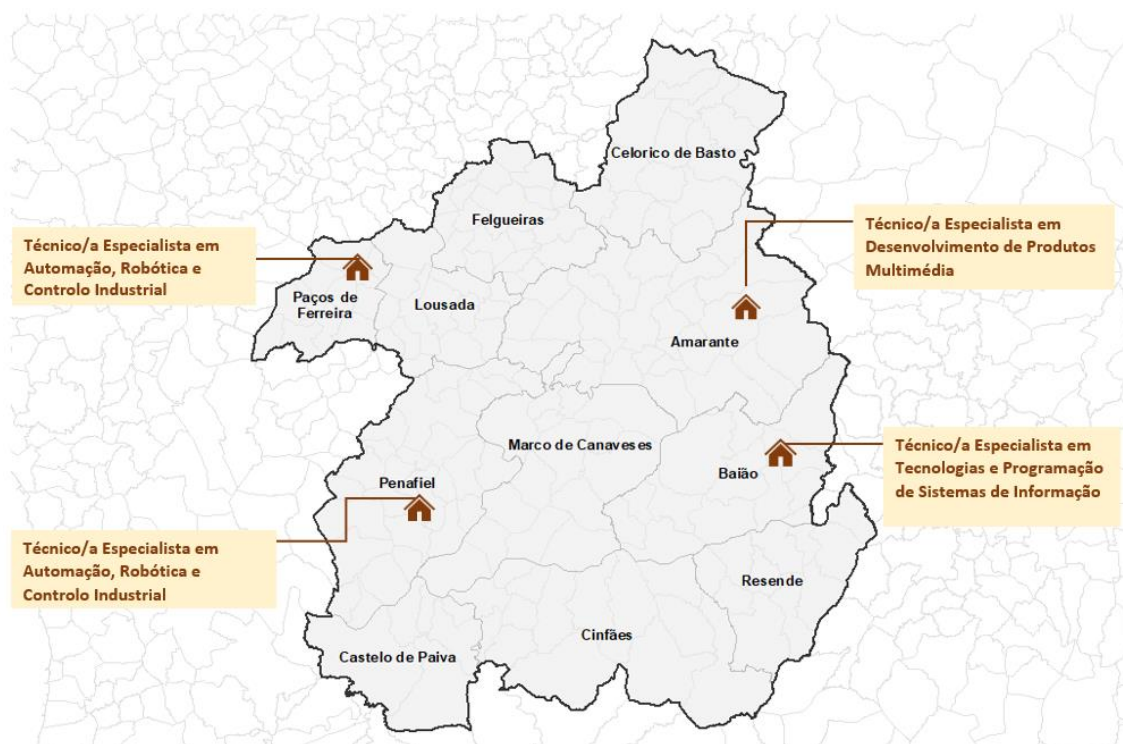
Relatório Final

As entidades que podem desenvolver esta formação são: os centros da Rede do IEPF e as instituições de formação certificadas pela DGERT, com autorização de funcionamento de um CET.

A oferta de CET entre 2018 e 2021 no território está cingida a quatro concelhos: **Amarante, Baião Paços de Ferreira e Penafiel em 3 cursos diferentes. Baião ministrou em 2018 e 2019 o curso de Técnico/a Especialista em Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação.**

Em 2020 e 2021 apenas em Amarante ministrou um CET de Técnico/a Especialista em Desenvolvimento de Produtos Multimédia e em Penafiel o de Técnico/a Especialista em Automação, Robótica e Controlo Industrial. Paços de Ferreira também ofereceu o CET em Automação, Robótica e Controlo Industrial em 2019 e 2020.

Figura 10- Cursos CET (nível 5), por concelho, no território do T&S, entre 2018 e 2021



Fonte: IEPF

9.3. A perspetiva dos atores do sistema formativo para adultos

Neste ponto apresenta-se a visão dos atores do sistema formativo do território do Tâmega e Sousa, conjugando a análise qualitativa, que decorreu da auscultação das entidades formadoras, com a análise quantitativa a partir do inquérito online lançado às entidades formadoras mais relevantes do território no sentido de compreender as suas práticas, necessidades, prioridades e visão sobre o sistema formativo no T&S nos últimos três anos.

74

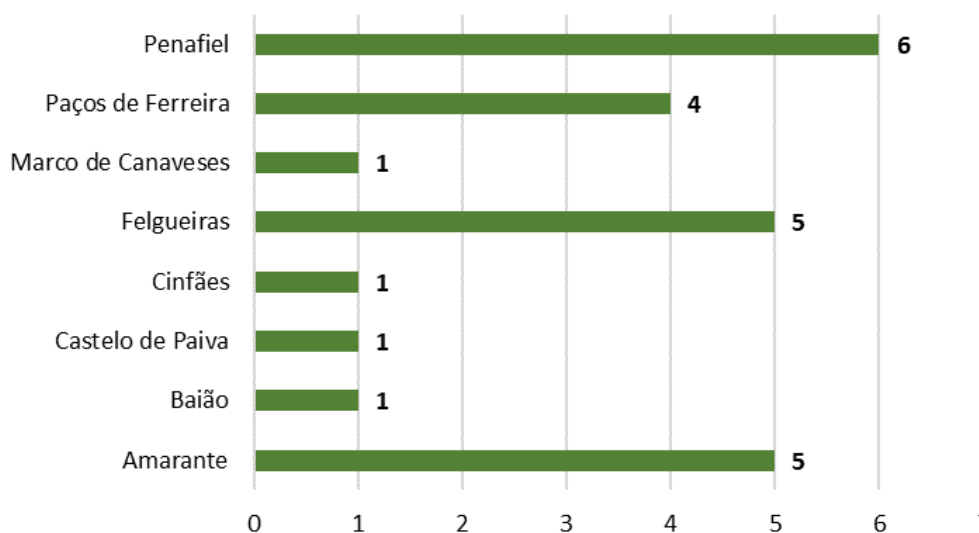
• Inquérito às Entidades Formadoras

Com o objetivo de recolher informação sobre as intenções das entidades formadoras de adultos do Tâmega e Sousa foi lançado um inquérito online em março de 2023, com reforço em abril de 2023. A CIM do Tâmega e Sousa enviou o link do questionário à sua base de dados dos Centros Qualifica, bem como entidades formadoras certificadas pela DGERT 15 que fossem relevantes na resposta de formação de adultos na região.

O inquérito foi lançado a um conjunto de **34 entidades formadoras** do território e foram obtidas **24 respostas que foram objeto de tratamento e análise, ou seja, uma taxa de resposta ao inquérito de 70,5%**.

A análise das respostas ao inquérito permitiu constatar que as entidades de formação de Adultos do T&S respondentes se concentram, sobretudo, nos concelhos de Penafiel, Paços de Ferreira, Felgueiras e Amarante.

Gráfico 30 - Concelho onde se situa o centro de formação (n)



¹⁵ Entidade competente para a divulgação geral das entidades formadoras certificadas ao abrigo dos regimes de certificação previstos na Portaria nº 851/2010, de 6 de setembro alterada e republicada pela Portaria nº 208/201, de 26 de junho.

Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

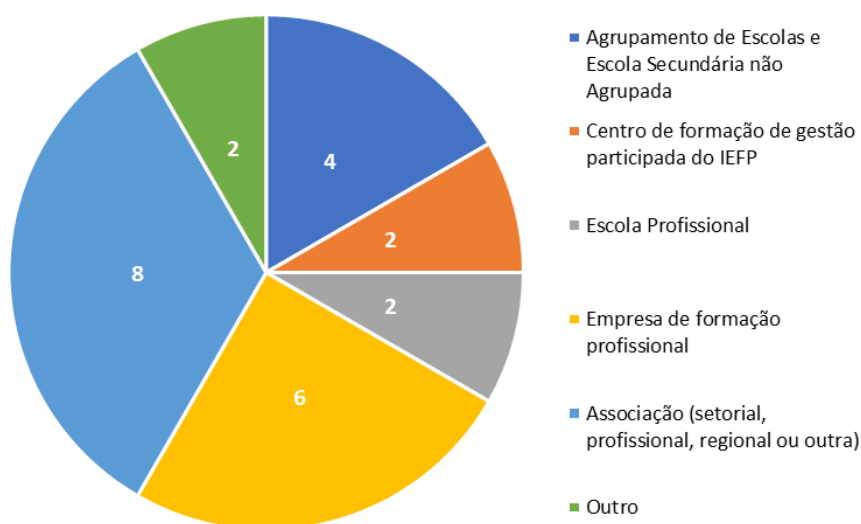
Caracterização das Entidades formadoras

Apresenta-se de seguida uma caracterização das entidades formadoras respondentes, por tipo de entidade e o número de Áreas de educação e Formação (AEF) em que as entidades são certificadas.

Quanto ao tipo de entidades que participaram no inquérito, 8 são Associações (setoriais, profissionais, regionais ou outras), 6 são Empresas de Formação profissionais e 4 Agrupamentos de Escolas ou Escolas Secundárias não Agrupadas. Responderam também 2 duas entidades formadoras de gestão participada do IEFP, 2 Escolas profissionais e 2 outras entidades (uma Empresa Municipal e uma Entidade Privada, sem fins lucrativos).

75

Gráfico 31 – Tipo de entidade formadora (n)

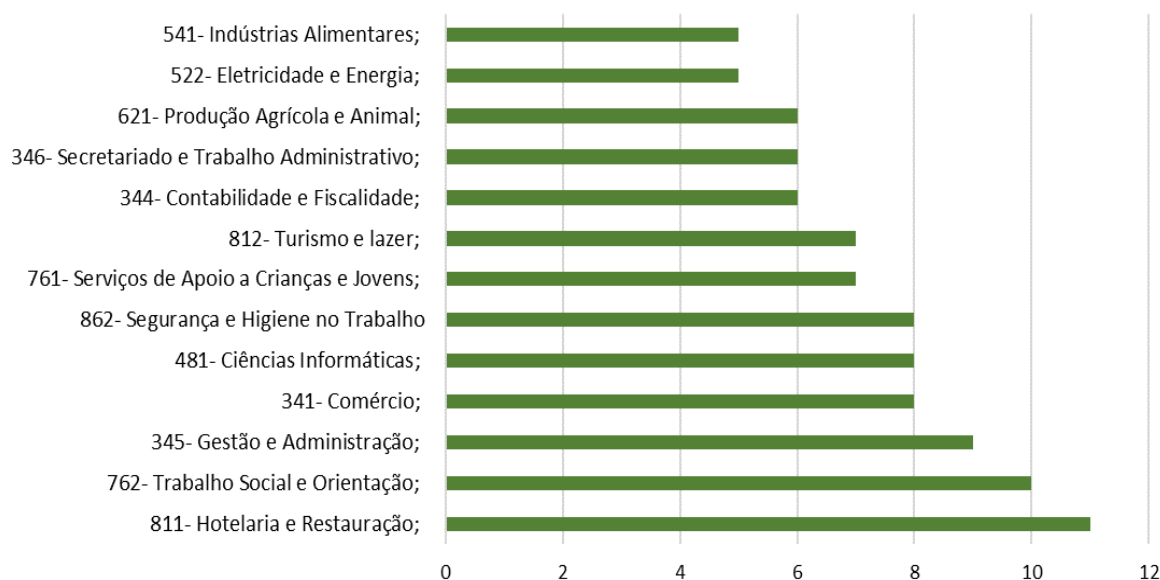


Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

As AEF mais ministradas pelas entidades formadoras nos diferentes percursos de educação de adultos concentra-se em **13 áreas** conforme se pode observar no gráfico seguinte. Destaca-se que das 24 entidades respondentes, quase metade, ou seja, 11 entidades têm cursos na sua oferta dirigida ao público adulto na AEF 811 - Hotelaria e Restauração, 10 entidades têm na AEF 762 - Trabalho Social e Orientação e 9 entidades apostam em cursos da AEF 345 – Gestão e Administração.

Outras AEF mais ministradas pelas entidades são as AEF 344- Contabilidade e Fiscalidade; 346- Secretariado e Trabalho Administrativo; 522- Eletricidade e Energia; 541- Indústrias Alimentares; 621- Produção Agrícola e Animal; 761- Serviços de Apoio a Crianças e Jovens; 812- Turismo e lazer.

Gráfico 32 – As AEF mais ministradas pelas entidades formadoras (n)



Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

Compõem ainda a formação dirigida aos adultos diversas AEF expressivas na oferta. No entanto, existem também entidades formadoras com ofertas únicas, nomeadamente, nas AEF: 312- Sociologia e outros estudos; 313- Ciência política e cidadania; 521- Metalurgia e Metalomecânica; 524- Tecnologia dos Processos Químicos; 525- Construção e Reparação de Veículos a Motor; 582- Construção Civil e Engenharia Civil; 623- Silvicultura e Caça; 723- Enfermagem; 727- Ciências Farmacêuticas; 813- Desporto; 861- Proteção de Pessoas e Bens.

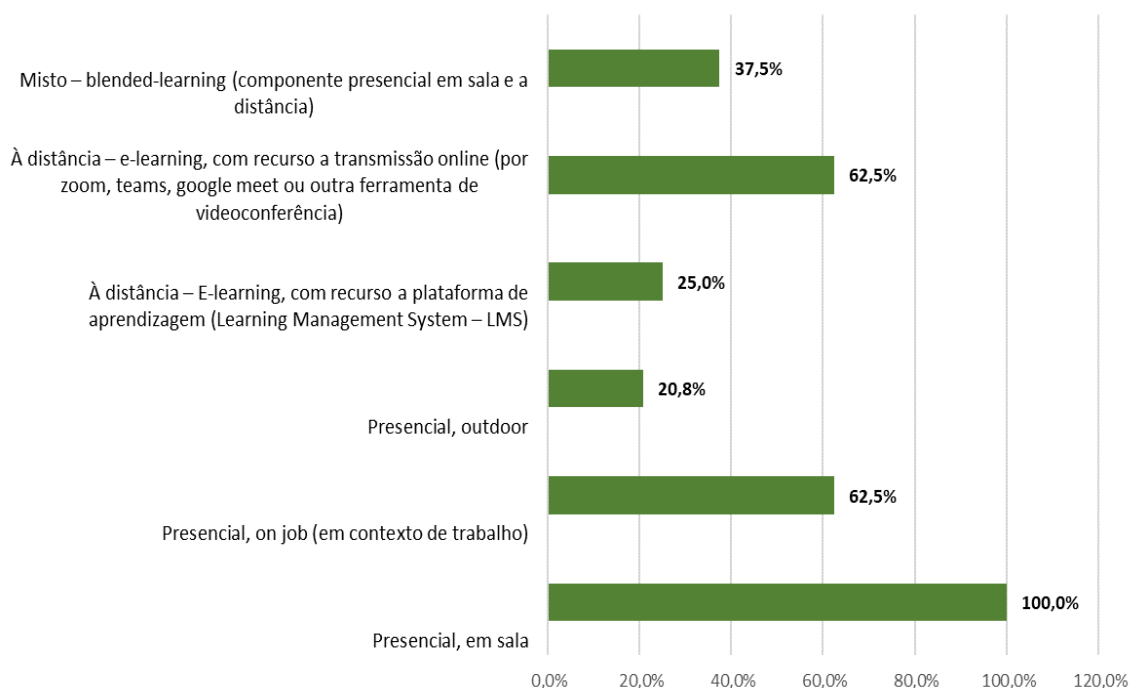
Formas de organização da formação

As entidades formadoras de adultos desenvolvem a formação de diferentes formas e atualmente a totalidade das entidades opta pela formação “**presencial, em sala**”. Porém, também utilizam outras formas de organizar formação, nomeadamente, a formação “**presencial on job** (em contexto de trabalho)” e a “**formação à distância – e-learning, com recurso a transmissão online** (por *zoom, teams, google meet* ou outra ferramenta de videoconferência)”, ambas utilizadas por 62,5% das entidades. A formação “mista – *blended-learning* (componente presencial em sala e a distância)” é desenvolvida por 37,5% das entidades e a forma menos utilizada é a “presencial, *outdoor*” (20,8%).

Relatório Final

Gráfico 33 – Entidades desenvolvem formação nas seguintes formas de organização (%)

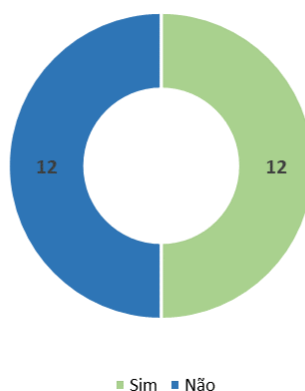
77



Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

Note-se que metade das entidades respondentes têm **Centros Qualifica (CQ)**, essas 12 entidades que declaram ter CQ todas desenvolvem “**RVCC escolar**” no 4.º, 6.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade e 10 entidades desenvolvem processos de “**RVCC Profissional**”.

Gráfico 34 – Entidades desenvolvem formação nas seguintes formas de organização (%)

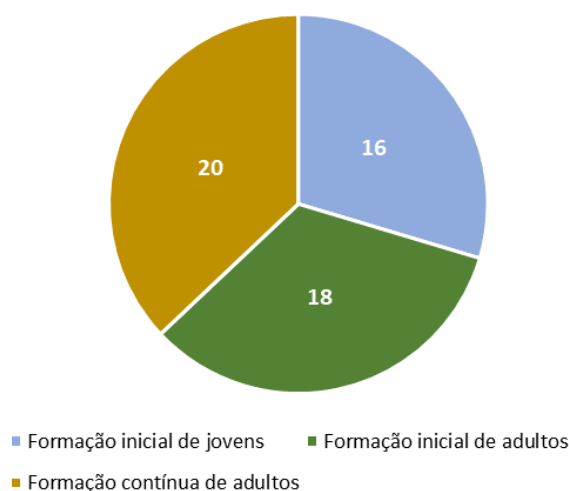


Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

Caracterização da oferta formativa

Apresenta-se seguidamente a caracterização da oferta formativa. A maioria das entidades formativas desenvolve formação contínua de adultos (20), mas também formação inicial de adultos (18).

Gráfico 35 – Tipo de oferta formativa ministrada pelas entidades formativas (n)

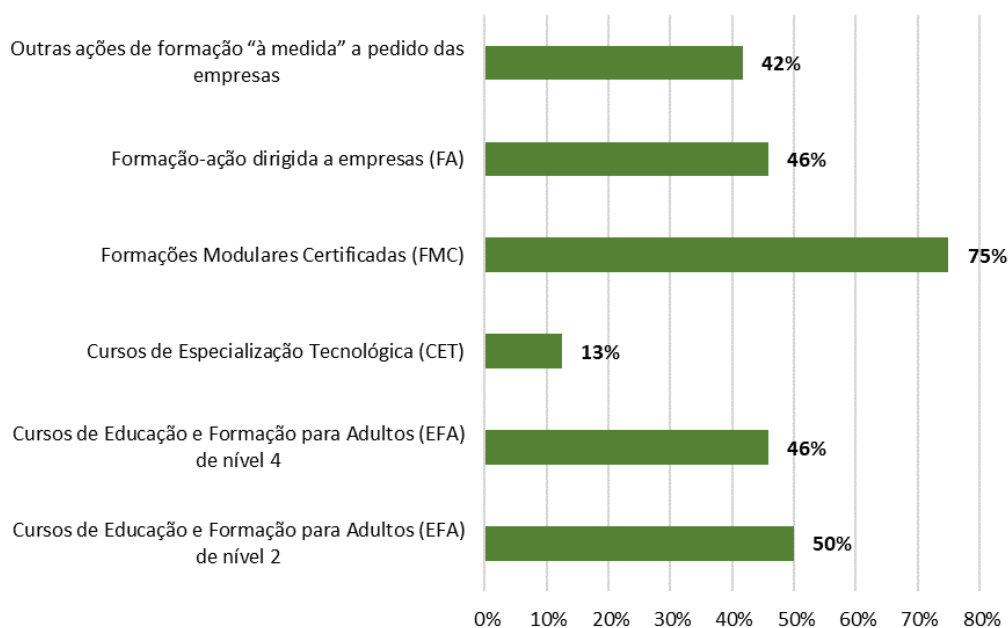


Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

No que diz respeito à **Formação Inicial e Contínua de Adultos**, as “**Formações Modulares Certificadas (FMC)**” são ministradas por 75% das entidades respondentes ao inquérito, ou seja, pela maioria das entidades formadoras. Recorde-se que estas formações são organizadas em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) ou Unidades de Competência (UC) com o objetivo de promover o acesso a qualificações, através de percursos flexíveis, modulares e capitalizáveis, tendo por base os referenciais de competências e de formação associados às qualificações que integram o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). As Formações Modulares Certificadas (FMC) podem ainda ser desenvolvidas com base nos percursos de curta e média duração previamente organizados.

A modalidade de “**Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) de nível 2**” é ministrada por 50% das entidades formadoras. Com um peso mais reduzido na oferta, 12,5% das entidades ministra os “**Cursos de Especialização Tecnológica (CET)**”, de nível 5 de qualificação.

Gráfico 36 – Modalidades destinadas a formação de adultos ministradas (n)

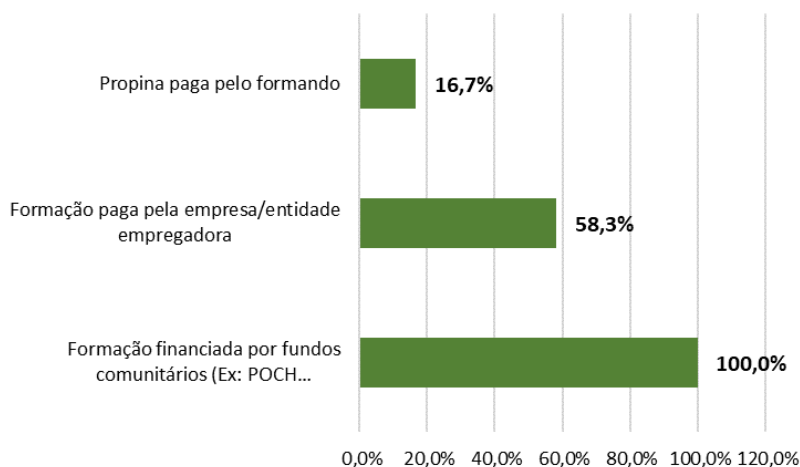


Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

As entidades identificaram como principal forma de financiamento da formação ministradas nos últimos 3 anos a **"formação financiada por fundos comunitários"**, por exemplo, do Programa Operacional do Capital Humano (PO CH). A formação paga pela empresa/entidade empregadora é a segunda forma de financiamento sinalizada por 58,3% das entidades. Por último, a menos expressiva são as "propinas pagas pelo formando", que apenas assumem apenas 16,7% das formas de financiamento destas entidades respondentes.

Gráfico 37 – Formas de financiamento da formação ministradas (últimos 3 anos) %

Relatório Final



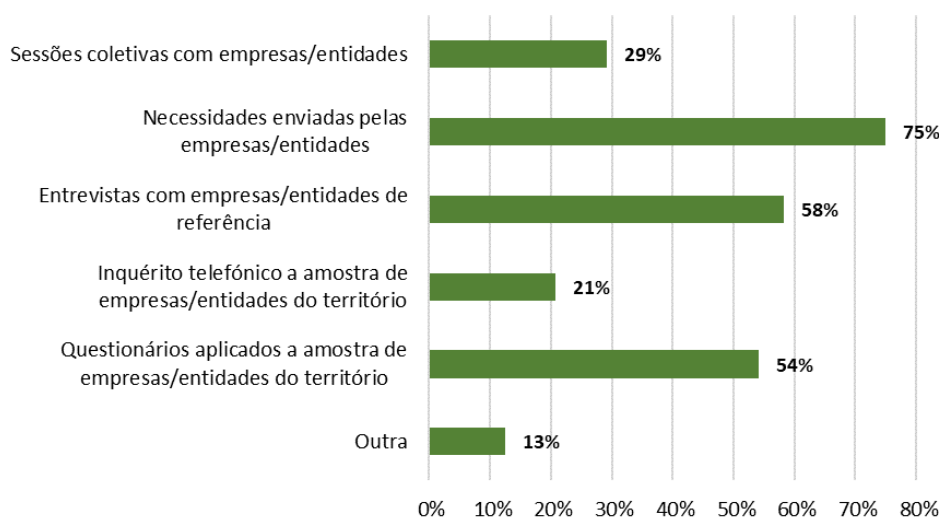
80

Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

Práticas de diagnóstico de necessidades de formação

No que se refere às práticas de identificação de necessidades de formação que as entidades recorrem para definir a oferta formativa, verifica-se que mobilizam diferentes práticas, mas 75% das entidades indicam que tomam em consideração as **“Necessidades enviadas pelas empresas/entidades”**, mas também recorrem a **“Entrevistas com empresas/entidades de referência”** (58%), bem como a aplicação de **“Questionários aplicados a amostra de empresas/entidades do território”** (54%). Embora menos mobilizadas, existem outras práticas que as entidades realizam para suportar a oferta formativa: **“Sessões coletivas com empresas/entidades”** (29%), a realização de um **“Inquérito telefónico a uma amostra de empresas/entidades do território”** (21%) e **“Outras”** práticas de identificação de necessidades de formação como, por exemplo, a recolha de informação junto do centro de emprego.

Gráfico 38 – Práticas de identificação de necessidades de formação para definir a oferta formativa (%)



Relatório Final

Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

Quem são os destinatários destas modalidades de formação? Nas **Formações Modulares Certificadas (FMC)** as entidades registam que os seus destinatários principais são: “ativos, empregados” (18), os “ativos, desempregados” (16), “jovens à procura do 1.º emprego” (12) e apenas 6 entidades registaram que são os “adultos beneficiários do RSI”.

Na modalidade de **Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) de nível 2** as entidades assinalaram que os seus destinatários principais são “ativos desempregados” (11) e os “adultos beneficiários de RSI” (7), exatamente os mesmos destinatários do **nível 4** de qualificação dos cursos EFA. Os **Cursos de especialização tecnológica (CET)** de nível 5 de qualificação têm sobretudo como destinatários os “jovens à procura do 1.º emprego” (3). Já a **Formação-ação dirigida a empresas (FA)** tem como público destinatário alvo os ativos, empregados (11).

Por fim, as “Outras ações de formação “à medida” a pedido das empresas têm como destinatários preferenciais os “ativos, empregados” (14).

Quadro 11- Destinatários das formações ministradas (n)

Necessidades	Ativos, empregados	Ativos, desempregados	Jovens à procura do 1.º emprego	Adultos, beneficiários de RSI
Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) de nível 2	2	11	4	7
Cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) de nível 4	5	11	5	7
Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	1	1	3	
Formações Modulares Certificadas (FMC)	18	16	12	6
Formação-ação dirigida a empresas (FA)	11	1	–	–
Outras ações de formação “à medida” a pedido das empresas	14	1	1	1

Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

As entidades formadoras identificaram as necessidades mais requeridas pelas empresas e outras entidades do território. **Destacaram as competências em TIC – Literacias Digitais, as Línguas estrangeiras, as competências técnicas transversais, e as comportamentais. Estes resultados traduzem-se em solicitações “muito frequentes” e “frequentes” no que toca à formação de adultos.**

Neste sentido, as necessidades ligadas às [TIC- Literacias digitais (Correio eletrónico, office, teletrabalho, etc)] são assinaladas como “Frequentes” por 57,1% das empresas e “Muito frequentes” por 23,7%, ou seja, **81%** das entidades referem que o domínio das **TIC- Literacias digitais** são frequente e muito frequentemente pedidas pelas empresas.

Relatório Final

As competências de **[Línguas estrangeiras]** também são referidas como “Muito frequentes” por 36,4% das entidades e “Frequente” por 40,9% delas, indicando que no total, **77,3%** reportam que as empresas do território solicitam frequente e muito frequentemente competências no domínio das línguas estrangeiras.

As **[Competências técnicas transversais: gestão, contabilidade, secretariado, marketing, direito, etc.]** são necessidades apresentadas como “frequentemente” por 52,4% e “muito frequentes” por 23,8% das empresas. Já as **[Competências comportamentais- (comunicação, trabalhar em equipa, cooperação, resolver conflitos, etc.)]** foram identificadas como uma necessidade “frequente” por parte de 54,5% das empresas.

No entanto, as empresas de setores de atividade como Indústria do Calçado e da Marroquinaria, Indústria Têxtil, ou da Construção civil só “ocasionalmente/em situações específicas” apresentam necessidades de formação. Exceto o setor da **Hotelaria, Restauração e Turismo** que muito frequentemente (30%) solicita competências técnicas específicas no seu setor de atividade.

Quadro 12- Necessidades identificadas pelas entidades formadoras do território (%)

	Raramente / nunca	Ocasionalmente / em situações específicas	Frequente	Muito frequente
[Competências comportamentais- (comunicação, trabalhar em equipa, cooperação, resolver conflitos, etc.)]	9,1%	22,7%	54,5%	13,6%
[TIC- Literacias digitais (Correio eletrónico, office, teletrabalho, etc.)]	4,8%	14,3%	57,1%	23,8%
[Línguas estrangeiras]	9,1%	13,6%	40,9%	36,4%
[Competências técnicas- Indústria do calçado e marroquinaria]	47,1%	35,3%	11,8%	5,9%
[Competências técnicas - Indústria do têxtil]	27,8%	38,9%	27,8%	5,6%
[Competências técnicas - Indústria do mármore]	75,0%	12,5%	12,5%	
[Competências técnicas - indústrias da metalurgia e metalomecânica]	50,0%	31,3%	12,5%	6,3%
[Competências técnicas - Hotelaria, Restauração e Turismo]	10,0%	30,0%	30,0%	30,0%
[Competências técnicas - construção civil]	44,4%	33,3%	22,2%	
[Competências técnicas transversais: gestão, contabilidade, secretariado, marketing, direito, etc.]	14,3%	9,5%	52,4%	23,8%
[Outra]		14,3%	57,1%	28,6%

Fonte: Inquérito às Entidades Formadoras

As entidades formadoras referiram outras necessidades reportadas pelas empresas com alguma frequência, por exemplo, ao nível das competências escolares e/ou profissionais nas áreas de certificação e nos processos de licenciamentos industrial/Turismo, formação em

Relatório Final

HACCP, em primeiros socorros, e na área da segurança e saúde no trabalho, nomeadamente, formação em equipamentos de trabalho (Condução e manobra de empilhadores, tratores, gruas, andaimes, etc). A Indústria da madeira também solicita com frequência formação bem como outras áreas específicas de alguns associados e público em geral, como Eletricidade e Cuidados de Beleza.

As **necessidades reportadas** pelas empresas/entidades do território, incluindo as que **consideram mais críticas, frequentes e ainda não satisfeitas** estão associadas a diversas áreas, como de formação técnica como o CAD, CNC, CAM, Eletricidade e Automação Industrial, Robótica, Serralharia e Soldadura. Mas também em áreas técnicas específicas, nomeadamente, tecnológicas, de Informática (sobretudo o domínio do *excel*), Digital, Marketing Digital, Comércio Eletrónico, presença empresarial no mundo virtual; internacionalização, com destaque para o domínio de línguas estrangeiras, em especial a língua inglesa. Outras áreas da Gestão Empresarial e dos Processos de Licenciamentos Industrial/Turismo e HACCP. No setor agrícola (Modo de Produção Integrado), no setor social (geriatria, primeiros socorros), e no setor têxtil e do calçado. Muitas empresas solicitam formação em medidas de autoproteção e combate a incêndios e em competências comportamentais (Gestão de Equipas, Comunicação Interpessoal e Gestão de Conflitos).

Se por um lado, reconhecem que a **formação à medida das empresas** e do público da região nem sempre vai ao encontro das reais necessidades da empresa /trabalhadores/público em geral, por outro lado, consideram que não é difícil satisfazer as necessidades das empresas desde que disponibilizem os trabalhadores para a formação, pois existem no território diversas entidades formadoras, mas as empresas têm de estar sensibilizadas para apostar na formação.

Globalmente, as entidades formadoras fazem um **balanço positivo** entre as necessidades de formação referidas pelas entidades e a oferta formativa existente no território, mas consideram que a oferta formativa para desempregados/as nem sempre está em linha com as necessidades de formação das empresas e que as condições de transporte/mobilidade e a distância podem dificultar o acesso à formação por parte da população adulta.

A visão dos atores inquiridos

Relação entre as entidades formadoras e as empresas

A visão das entidades formadoras relativamente à relação com as empresas é díspar.

- No caso das entidades formadoras em áreas mais generalistas, como é o caso das formações comportamentais, TIC, línguas ou segurança e saúde no trabalho, referem grande dificuldade de contacto, nomeadamente, são dificilmente mobilizáveis para iniciativas de auscultação de necessidades (“a inquirição é feita por inquérito e frequentemente com baixas taxas de resposta”)
- No sentido apostado, as entidades formadoras especializadas referem excelente ligação e proximidade com as empresas e associações setoriais (“ligação umbilical”).
- Embora refiram que existem necessidades de formação não satisfeitas, a grande maioria destas necessidades são respostas pela oferta formativa ministrada pelas entidades formadoras

Relatório Final

Relação entre as entidades formadoras e as empresas

especializadas.

As entidades referem que o que falta são as formações realizadas *à medida* e de curta duração. As entidades formadoras referem que as empresas identificam necessidade de mão de obra qualificada nas seguintes áreas:

- Têxtil, pedra/extração, construção civil, electricista, canalizadores, etc.
- Polidores, operadores de CNC, manufatura – a introdução da robotização/robot –o trabalho dos operadores (eletrónica e robótica)

As formações mais requisitadas são as específicas para os setores:

- Desenho técnico, Autocad, Software de desenho, Programação CNC, Gestão da Produção, Condução de empilhadores;
- Eletricidade; Serralharia; Soldadura; Serralharia mecânica;
- Gestão da produção e manutenção de máquinas;
- Design de produto (indústria das madeiras e mobiliário);
- Marketing e vendas.
- Comércio internacional.

Em termos de dificuldades/constrangimentos, são referidos os seguintes:

- Nem sempre as empresas facilitam a saída dos trabalhadores para a frequência de formação;
- Não existe comparticipação nos transportes e, em muitos casos, não existem transportes para assegurar as deslocações.

84

Evolução das dinâmicas da formação de adultos

As perceções recolhidas junto das entidades formadoras são distintas. Por um lado, algumas referem que:

- Consideram que a formação de adultos realizada não é suficiente para dotar os ativos das competências necessárias ao desenvolvimento socioeconómico da região;
- As empresas não cedem tempo aos seus trabalhadores para frequentarem formação dentro do horário de trabalho;
- A formação não é valorizada nem por empregadores, nem por trabalhadores;
- Consideram que existem um constrangimento fundamental no desenvolvimento da indústria do calçado: o facto de não ser atrativo para os jovens; os ativos do setor ainda têm níveis de qualificação bastante baixos, inferiores ao 9º ano, o que dificulta até a formação em matérias mais complexas.
- Embora tenha havido uma afluência interessante na formação destinada a ativos, poderia ter sido mais elevada; os empregadores não dispensam os trabalhadores para participar em formações ou em processos de reconhecimento de competências.
- Devido ao elevado número de imigrantes a vir para o território, estão a ministrar cada vez mais aulas de português para estrangeiros e esta parece ser uma tendência de continuidade.
- Sugerem maior proximidade das escolas com o mundo empresarial, nomeadamente, dos setores industriais chave do território
- A introdução da formação a distância trouxe grande dinamismo à formação para ativos; é claramente uma forma de organização em crescimento e que facilita muito a participação dos formandos (evita deslocações, permite uma melhor articulação entre a vida profissional e familiar, permite aprendizagem ao ritmo individual)
- O grande desafio passa por melhorar as condições salariais dos trabalhadores; a agenda de trabalho

Relatório Final

- digno deveria ser mais divulgada junto das empresas do território.
- Podiam ser criados mecanismos de incentivo ou distinção das empresas com boas práticas de gestão de recursos humanos (salários, condições, regalias, etc.)
 - Excesso de oferta formativa modular certificada, padronizada, generalista, desadequada dos contextos, leva a uma perceção negativa dos formados.
 - Os Centros Qualifica deveriam apostar mais no RVCC profissional
 - Deveria ser dado algum apoio financeiro para mobilizar potenciais formandos.

85

Nos anexos apresenta-se o quadro síntese das entrevistas realizadas.

Ações de melhoria propostas pelas entidades auscultadas

As entidades formadoras identificaram aquelas que são as principais iniciativas/ações que consideram importantes para a melhoria do sistema educativo e formativo do Tâmega e Sousa, em especial, para a formação de adultos. **São estas as 5 ações/iniciativas indicadas como prioritárias:**

86

Propostas	Prioridade
<ul style="list-style-type: none"> • Ações de divulgação/informativas acerca das vantagens da formação e da relação direta com o aumento da competitividade das empresas. • Ações de promoção de profissões socialmente desvalorizadas de importância elevada para a região; • Apostar na qualificação escolar e profissional dos trabalhadores em horário misto; • Constituir uma rede regional e local de oferta formativa concertada entre entidades formadoras; • Divulgação alargada e transversal das ofertas formativas das entidades da região através de plataforma digital; • Criar “conselho consultivo regional” com função de realizar diagnósticos de necessidades periódicos relativos às necessidades de mão de obra qualificada e necessidades de formação; • Apostar na orientação profissional e apoio à definição de percursos formativos para adultos. 	<p>1</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ações de acompanhamento das ofertas formativas com vista a um maior rigor, qualidade e credibilidade; • Maior fiscalização das empresas em matéria de cumprimento da legislação aplicada à formação; • Melhoria dos acessos e da mobilidade dos formandos à formação. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os jovens adultos com escolaridade de nível superior na aquisição/desenvolvimento de competências que facilitem a inserção no mercado de trabalho; • Apostar no desenvolvimento generalizado das competências digitais do cidadão; • Desenvolver plataformas e cursos de formação on-line adaptadas ao contexto regional; • Promover, no âmbito da CIM, uma grande Mostra de Emprego e Formação Profissional dirigida a jovens e adultos. 	

Relatório Final

Em síntese,

- A visão das entidades formadoras acerca da relação com as empresas no que se refere ao desenvolvimento de formação não é consensual;
- As entidades formadoras especializadas referem uma excelente relação e proximidade com as empresas, dando resposta efetiva à maioria das suas necessidades formativas, de uma forma personalizada – formação à medida, seja através do seu plano de formação anual, seja pela disponibilização de formação para necessidades de abertura de novos estabelecimentos, instalação novos equipamentos e introdução de novos produtos;
- As dificuldades e constrangimentos mencionados por estas são a falta de interesse e motivação por parte dos jovens e adultos em aderir às formações e trabalhar nestes setores industriais;
- No caso das entidades formadoras mais generalistas, com oferta de formação em áreas comportamentais, TIC, línguas ou segurança e saúde no trabalho, a visão é distinta referindo estas grande dificuldade em mobilizar as empresas para realizar diagnóstico de necessidade e divulgar a sua oferta formativa;
- Deste modo, parece existir uma desvalorização por parte das entidades empregadoras das formações não técnicas, como sejam as formações em trabalho em equipa, comunicação e relacionamento interpessoal, gestão de conflitos e/ou stress, entre outras das áreas socioemocionais. O foco das formações realizadas é habitualmente nas áreas operacionais, relacionadas com manuseamento de equipamentos, processos produtivos, técnicas e procedimentos específicos;
- De referir ainda a total ausência de formações relacionadas com as questões da sustentabilidade e gestão eficiência de recursos, quer por parte da oferta quer por parte da procura;
- No caso da oferta formativa nas áreas das TIC, é de realçar que a oferta disponível é bastante tradicional (sobretudo centradas nos software de produção- word, excel,..), pese embora as formas de organização se tenham alargado com a introdução da formação a distância (importaria conhecer melhor as práticas de ensino a distância em prática no território a fim de verificar se efetivamente as mais valias do e-learning estão a ser mobilizadas ou estamos perante uma mera transposição do modelo presencial para a distância);
- De igual modo, é de registar a fraca adesão dos ativos às formações padronizadas, generalistas e longas, como é o caso das formações modulares certificadas que, apesar de serem habitualmente financiadas, não consegue captar ativos empregados;
- Tal facto pode estar relacionado com os seguintes fatores: i) falta de incentivo ou mesmo obstáculos da entidade formadora (não cedência de tempo para a formação; não reconhecimento da formação realizada), ii) dificuldade de acesso aos locais de formação devido à rede de transporte deficitária, iii) desmotivação e desinteresse por formações demasiado teóricas, descontextualizadas da realidade e das reais necessidades dos formandos, iv) dificuldade em aceder a informação acerca da oferta formativa existente no território, ausência de serviços de orientação profissional para ativos empregados e de mecanismos de apoio à construção de percursos para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Relatório Final

10. ANTECIPAÇÃO DE NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS- DIMENSÃO PROSPETIVA

Neste capítulo dedicado à análise prospetiva, procuram-se identificar as grandes tendências dos drivers de mudança com impacto no emprego e ao nível das qualificações a nível internacional e nacional tendo em consideração os efeitos e desequilíbrios macroeconómicos da pandemia.

89

10.1. Linhas de tendência de evolução macro - a perspetiva dos estudos internacionais

Perceber a floresta na diversidade das árvores da prospetiva de qualificações e competências

A literatura sobre prospetiva de necessidades de qualificações e competências é muito vasta, mobiliza praticamente todas as principais instituições internacionais (Comissão Europeia e entidades associadas como o CEDEFOP, Banco Mundial, OCDE, Fórum Económico Mundial), além de suscitar a atenção dos “think-tanks” mais prestigiados, com as estruturas de investigação da McKinsey no topo dos que apresentam estudos prospetivos mais diversificados e com maior notoriedade.

Os problemas de adaptação de materiais tão ricos resultam, essencialmente, do facto de tais exercícios prospetivos serem conduzidos seja no plano das grandes tendências, seja na perspetiva dos países que comandam e fazem evoluir a fronteira tecnológica. Neste contexto, quando se ensaia a transposição de tais referenciais prospetivos para territórios como o do TeS é óbvio que temos de considerar “lags” por vezes consideráveis na concretização das mencionadas tendências prospetivas. Estamos a falar de territórios que não comandam a evolução da fronteira tecnológica e estão fortemente dependentes de processos de difusão da tecnologia que outros inovam. É conhecida a complexidade dos processos de difusão de tecnologia, não só em termos de rapidez como ela se processa, mas também do ponto de vista do cálculo económico das empresas que vão utilizar as novas tecnologias, capaz de medir as vantagens potenciais dessa tecnologia em termos de produtividade e resultados de produção no contexto específico das empresas em que isso irá acontecer.

Existe, no entanto, um fator de aceleração desse processo de difusão de tecnologia que está associado ao facto de se tratar ou não de empresas que operam em mercados internacionais, sujeitas por isso a uma forte concorrência. A concorrência internacional não é senão uma outra maneira de perceber as vantagens últimas associadas a uma determinada tecnologia. O processo de difusão tecnológica quando influencia os padrões de competitividade internacional (e as grandes feiras internacionais são uma via para se compreender essa

dimensão) tende a generalizar rapidamente o conhecimento das tecnologias em processo de disseminação acelerada. Ora, embora não seja de modo algum comum a todo o tecido empresarial do TeS, uma grande parte dele opera já em mercados internacionais. Adicionalmente, sabemos que uma parte do dinamismo empresarial observado no território não ocorreu aí *ex-novo*. Uma parte desse dinamismo resultou da extensão de dinâmicas pioneiramente observadas em territórios de contiguidade, como acontece por exemplo com setores como o têxtil e vestuário e calçado. Desse ponto de vista, trata-se assim de empresas que praticaram já em investimentos iniciais o acesso à difusão de nova tecnologia. Daí a probabilidade dos tais “lags” de difusão tecnológica poderem ser substancialmente encurtados.

Quando se analisa a vastíssima literatura atrás mencionada, é possível concluir que ela se organiza essencialmente em torno de **dois modelos**.

Por um lado, os exercícios de prospetiva são organizados em **dimensões temáticas concretas**. Assim, atualmente, as **previsões macroeconómicas** divulgadas por diferentes organismos internacionais identificam quatro principais drivers de mudança com impacto no emprego: **económicas, tecnológicas, demográficas e ambientais**.

Por outro lado, grande parte desses exercícios prospetivos incide em domínios muito precisos de revolução tecnológica, cuja dificuldade de estabilização ao longo do tempo é notória. Desde muito cedo, a progressiva generalização do paradigma das TIC comandou a prospetiva. E a palavra “paradigma” não é utilizada em vão. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) foram interpretadas como um paradigma técnico-económico, logo suscetível de influenciar os processos de trabalho, os modelos de gestão e de empresa, os processos de formação intermédia, superior e avançada (fundamentais para potenciar o avanço das novas tecnologias), os modelos de consumo e os próprios modelos de organização urbana e social.

Mais à frente, foram as matérias da automação e da robotização que dominaram os exercícios de prospetiva, com maior incidência nas questões das transformações do emprego, já que, historicamente, as revoluções tecnológicas mais profundas sempre suscitaram a velha questão de saber se a destruição de emprego que podem provocar é apenas um fenómeno de ajustamento transitório, tendendo as oportunidades de novos empregos acabar por mais do compensar os empregos destruídos pela nova tecnologia.

Mais recentemente, os desafios da economia verde e da transição para uma economia de mais baixo carbono vieram suscitar um amplo processo de prospetiva de novas qualificações e competências. Por um lado, no que pode ser designado de “esverdeamento” (*greening*) das economias, as novas tecnologias para a sustentabilidade tendem a impactar os processos produtivos existentes, exigindo seja processos de requalificação, seja novos empregos com os padrões de novas qualificações e competências associados. Mas, por outro lado, as chamadas

tecnologias verdes têm de ser produzidas *ex-novo*, logo suscitando a criação de novos empregos e contribuindo assim diretamente para as exigências de novas qualificações e competências. Em Portugal, o estudo realizado para o CRL (Centro de Relações Laborais) por uma equipa da Universidade do Minho constitui um dos primeiros exercícios de prospetiva realizados nessa matéria em Portugal¹⁶.

91

Mais recentemente ainda, a transformação digital e especialmente a componente da inteligência artificial.

Podemos considerar a transformação digital como uma mudança tecnológica de largo espectro, com a inteligência artificial a situar-se mais no topo da fronteira tecnológica.

De todos estes materiais considerados, os drivers tecnológicos com um maior potencial de materialização no TeS são, em nosso entender, os da transformação ou transição digital, sobretudo pela sua transversalidade, embora em graus diversos de intensidade, a praticamente todo o tecido empresarial, incluindo a dimensão dos serviços públicos e o das tecnologias para a sustentabilidade na sua dupla dimensão de “esverdeamento” da economia existente, reduzindo a sua intensidade em carbono, e de novas tecnologias verdes. Ambas as tendências, tenderão a impactar as qualificações de quem já está empregado e a criar novas oportunidades de empregos com novos padrões de qualificações e competências associados.

Em matéria de efeitos sobre as necessidades de novas qualificações e competências determinados por estes **drivers de mudança tecnológica**, haverá ainda que distinguir entre dois tipos de situações.

A um **nível mais transversal** e tendo em conta a riqueza das reflexões já tornadas disponíveis pelas instituições internacionais atrás referidas e pelos *think-tanks* de maior notoriedade, existe já um amplo consenso sobre qualificações e competências básicas que é necessário acautelar seja através dos processos de formação inicial de jovens (ensino básico e secundário público e ensino profissional), seja através dos processos de formação contínua de ativos empregados, de adultos empregados e desempregados e de reconversão profissional para profissionais atingidos precisamente por este tipo de grandes alterações tecnológicas. A resposta a este tipo de necessidades não dependerá das estratégias empresariais de resposta à digitalização e à descarbonização da economia. A oferta pública e privada de educação e formação pode perfeitamente assumir esse desígnio, conduzindo a um **reforço da literacia digital no TeS**.

¹⁶ CRL. Economia Verde e a Evolução do Mercado de Trabalho em Portugal, Novembro de 2022 (estudo realizado por Francisco Carballo-Cruz, João Cerejeira, Rita Sousa e Sergey Volozhenin).

Mas existe um outro nível de necessidades de novas qualificações e competências, sobretudo no plano da transformação digital e envolvendo o elevado potencial de concretização de novos modelos de negócio empresarial, que não é possível concretizar sem um elevado envolvimento das empresas. Estamos a falar de inovações que trazem consigo alterações organizacionais indiscutíveis, como é o caso, por exemplo, da possibilidade de introduzir novos modelos de negócio nas empresas. Neste caso, estaremos perante situações que vão muito além do reforço da literacia digital. Só um trabalho com as empresas pioneiras nestes processos permitirá dar conta do tipo de exigências de qualificações e competências, criando condições para a partir dessa introdução pioneira desse tipo de inovações para uma disseminação mais ampla no território do TeS, explorando as conhecidas formas de relacionamento entre empresários, o papel da mão-de-obra nesse processo de disseminação e o papel assumido pelos serviços de consultoria às empresas e dos centros de formação contínua nessa mesma disseminação.

92

Alguns exemplos de prospetivas mais específicas

Entre a vasta literatura de referências prospetivas atrás mencionada, os parágrafos seguintes destacam alguns elementos concretos que permitem dar conta da diversidade de elementos de informação disponíveis.

O relatório “*The future of the jobs*” produzido pelo Fórum Económico Mundial, em outubro de 2020, destacava um conjunto de mudanças tecnológicas, que apesar de não constituírem uma novidade, se prevê serem reforçadas face às recentes mudanças económicas, nomeadamente:

- (i) o aumento do ritmo de reforço da tecnologia em algumas áreas e setores de atividade;
- (ii) a aposta no armazenamento e tratamento de “*big data*” e do comércio eletrónico como grandes prioridades por parte dos líderes empresariais;
- (iii) um aumento significativo na segurança e confidencialidade dos dados;
- (iv) investir na robótica e da inteligência artificial.

O relatório sublinha ainda que esse o reforço de tecnologias pelas empresas irá **transformar empregos e competências até 2025**. Estima-se que cerca de **85 milhões empregos** podem ser substituídos por via de uma mudança na divisão de trabalho entre humanos e máquinas, enquanto 97 milhões de novos empregos podem aparecer como mais adaptados à nova divisão do trabalho entre humanos, máquinas e algoritmos. Mas não só as tecnologias que produzirão impactos no emprego. A Mckinsey estima que o impacto mais óbvio do COVID-19 no trabalho tenha sido o aumento exponencial de funcionários em teletrabalho (Mckinsey, 2021), uma realidade que se antecipava no período pós-pandemia e que começa a confirmar-

se, sobretudo por via do crescimento dos chamados “nómadas digitais”, profissionais da área das tecnologias digitais e dos serviços que desenvolvem a sua atividade em qualquer local do planeta para clientes em qualquer lado do planeta.

Os **efeitos da pandemia nos setores económicos e do emprego na Europa assumiram um impacto desigual**. Em parte essas desigualdades estão relacionadas com os diferentes graus de exposição às tecnologias digitais adquiridas previamente pelos trabalhadores. Os resultados do primeiro inquérito europeu de competências e empregos do Cedefop, realizado em 2014 aos trabalhadores adultos da UE, revelaram uma acentuada variação na exposição tecnológica e digital nos empregos. A crescente necessidade de estabelecer relação entre consumidores, prestadores de serviços e agentes económicos que resultaram da crise do coronavírus, quer seja através de reuniões remotas/à distância, de trabalho baseado em TIC ou mesmo na interação com o cliente online (comércio eletrónico), acentuou ainda mais com impacto negativo da pandemia no trabalho e nos rendimentos dos trabalhadores menos capacitados/habilitados para as tecnologias. **Este driver de mudança suscita a necessidade de qualificar e promover competências que contribuam para a melhoria da literacia digital.**

93

As **alterações climáticas** apresentam-se como um importante *driver* de mudança e apontam para uma **inevitável transição energética e para uma economia que aposta na neutralização carbónica**. Implica uma forte redução nos impactos sobre o meio ambiente, na medida em que fenómenos meteorológicos extremos, alterações nos padrões de pluviosidade e outras consequências registadas (incêndios florestais, vagas de calor, secas, inundações, etc.) provocam danos patrimoniais, nas infraestruturas e na saúde humana e representam pesados encargos para a sociedade e para a economia. Este impacto negativo, em particular nos setores fundamentais para toda população mundial, podem ser fortemente afetados na medida em que estão dependentes de determinadas temperaturas e níveis de precipitação, como a agricultura, a silvicultura, a energia e o turismo. Deste modo, as respostas às alterações climáticas implicam mudanças nas formas de produção e consumo.

Nesse sentido, assume-se que a **driver de mudança com maior impacto no emprego está dependente das necessidades de qualificações de nível intermédio no sentido de contribuir para o robustecimento do tecido económico e a melhoria da qualidade do emprego para enfrentar os desafios sociais futuros**. Apesar dos progressos nas qualificações dos portugueses nas últimas décadas, ainda persiste um défice de qualificações significativo, sobretudo ao nível das qualificações intermédias (ISCED 3-4), correspondentes ao ensino secundário e profissional (25,9% da população dos 25 aos 64 anos, face a 46,8% na União Europeia, em 2019), mas também ao nível das qualificações superiores (26,3% face à média europeia de 31,6%).

Em 2018 o relatório da Comissão Europeia sobre Portugal “*European Semester: Country Reports*”, destacava a evolução positiva das condições do mercado de trabalho como resultado

da retoma económica em curso, mas relembra que o desemprego dos jovens continuava a ser um desafio.

A crise pandémica obrigou a uma revisão das projeções macroeconómicas com impacto na sociedade portuguesa, e em particular no mercado de emprego jovem. **Recorde-se que a taxa de desemprego de jovens (15 a 24 anos) tem vindo a crescer progressivamente, situando-se nos 23,4% no 4º. Trimestre de 2021, ou seja, 6,7p.p. acima do 1º trimestre de 2019.**

94

A nível nacional, as grandes tendências de mudança com impacto previsível no emprego são influenciadas pelas tendências internacionais. O relatório “*The Future of Jobs*” do Fórum Económico Mundial (2020) salienta a importância da expansão e uso das tecnologias no mercado de trabalho como acelerador da digitalização dos processos de trabalho (através da utilização de ferramentas digitais, videoconferência, etc...), também identifica perfis de competências que as organizações requerem e valorizam, por setor de atividade. Por exemplo, no setor dos serviços sociais e de saúde as três competências mais valorizadas são o relacionamento interpessoal, a iniciativa e a tomada de decisão; já no setor financeiro são valorizados o pensamento analítico e a inovação, o pensamento crítico e a criatividade, a originalidade e a iniciativa.

Por fim, um importante *driver* de mudança transversal a todos os setores de atividade económica, sobretudo os países do continente europeu, está associado às **alterações demográficas que resultam do aumento da esperança média de vida que se caracteriza pelo crescente envelhecimento populacional, mas também pela redução da taxa de natalidade.** Para além do impacto nas dinâmicas económicas e sociais dos países europeus, estas alterações demográficas têm um previsível impacto nas necessidades de qualificação e emprego. “No recente relatório da União Europeia sobre cenários demográficos, conclui-se que sem imigração de países terceiros à UE, o declínio natural da população resultante da baixa fertilidade e do aumento da esperança média de vida, induzirá à diminuição real da população e ao envelhecimento acentuado da população nativa” (Observatório das Migrações, 2021:75).

Essa quebra demográfica também se reflete na educação e formação e não é um fenómeno recente. No mais recente relatório Educação em Números, publicado pela DGEEC em 2022, apresenta-se os dados relativos a 2020/2021 que evidenciam a continuidade da redução do número de alunos em todos os subsistemas de ensino, com uma quebra de mais de 20.000 alunos (1,5%) face ao ano anterior e, mais de 70.000 (4,7%) quando comparado com 5 anos letivos anteriores.

No relatório 1, de fevereiro de 2023, é apresentado um quadro mais detalhado com as principais drivers de mudança e o seu impacto no emprego em Portugal.

10.2. Antecipação das necessidades – dimensão prospetiva – visão dos atores

Neste ponto, apresenta-se, de forma sistematizada, a visão dos vários atores auscultados, municípios e empregadores, acerca das **dinâmica de desenvolvimento económico, das necessidades de qualificações e dos investimentos esperados** com potencial para a criação de emprego, de nível intermédio.

95

Desenvolvimento económico- principais dinâmicas e setores mais relevantes

- Os setores mais relevantes de aposta na região do TeS são as indústrias transformadoras e indústrias de retalho, sobretudo nos setores: i) **têxtil** e do **calçado**; ii) **construção civil**; iii) indústrias da **metalurgia, metalomecânica**, cada vez mais requisitadas; iv) Indústria da **pedra** (ex: extração de granito) com relevância nas exportações; v) e indústria do **mobiliário**, na qual se destaca a importância do concelho de Paços de Ferreira, designada de “Capital do Móvel”, mas também de outros concelhos.
- Apesar do peso das atividades industriais, regista-se um crescimento do comércio e serviços, em grande medida devido à expansão do turismo (em torno do Douro), digitalização da economia e crescimento da internacionalização (logística, transportes, comércio internacional).
- Existe intenção de atrair de empresas e profissionais do **setor tecnológico** (nómadas digitais).
- **Profissões em maior carência no município** e com procura mais significativa do mercado de trabalho são as relacionadas com Turismo, sobretudo na **hotelaria** e **restauração**, setor do **têxtil** e no **calçado**, mobiliário, mas também para as atividades agrícolas (o que tem obrigada a recorrer a mão de obra imigrante - Índia, Paquistão, etc., mas que se tem revelado insuficiente ou desajustada).
- A dificuldade de recrutamento resultado por um lado da inexistência de mão de obra qualificada, sejam de ativos, seja de jovens; no caso dos jovens, claramente, as profissões tradicionais são desvalorizadas e não reconhecidas socialmente;
- Desfasamento entre o nível de industrialização e a oferta formativa existente.

Investimentos esperados, de curto e médio prazo

- Novos polos empresariais e incubadoras de empresas privada (consórcio) que permitirá dinamizar o tecido económico e local.
- Instalação de empresas na área da metalomecânica, da indústria farmacêutica (saúde) e da eletricidade.

Relatório Final

- Expansão da produção fabril na área da Marroquinaria.
- Turismo: previstos diversos investimentos, campo de golf, hotéis em diferentes municípios, novos estabelecimentos de restauração e empresas de animação turística no território (Douro, enoturismo, turismo de natureza, turismo náutico)
- Construção urbanística de alguma dimensão em vários concelhos
- Reconstrução de um CACE (ninho de empresas) na área tecnológica, em parceria com IEFP;
- Criação de um centro tecnológico/acolhimento empresarial de componentes da indústria automóvel especializada compartilha de recursos e know how (necessidades de mecatrónica automóvel);
- Na área da saúde está previsto um abertura de hospital privado que espera empregar cerca de 300 pessoas;
- No setor do mobiliário está previsto grande investimento em software top solid para trabalhar com as máquinas (CAM).

96

10.3. Orientações e prioridades para a rede oferta formativa em 2023/2024

Decorrente das conclusões do diagnóstico retrospectivo e prospetivo realizado, **três orientações centrais nortearam a proposta de áreas de aposta** em cursos profissionais para o ano letivo de 2023/2024. Estas orientações foram revertidas no mapa de relevâncias para a região e remetidas para a ANQEP para validação.

97

- 1. Reforçar as ofertas associadas aos setores e fileiras que predominam na economia regional**, que se têm revelado com **potencial de crescimento** e com necessidade de reforço de mão-de-obra qualificada, por via de renovação e/ou de reforço dos quadros de pessoal. Eis as áreas de educação e formação identificadas a considerar em **níveis de relevância elevada**
 - ✓ **Indústrias transformadoras**: indústria da madeira, mobiliário, vestuário e calçado, considerando as atividades de produção e manutenção de máquinas e equipamentos;
 - ✓ **Metalurgia e metalomecânica**: soldadura, eletromecânica, mecatrónica, CNC e afins
 - ✓ **Comércio**: Curso de Logística, Comércio online, Comércio internacional
 - ✓ **Construção**: condução de obras, eletricidade, eletrónica, automação
 - ✓ **Turismo**: Animação de Turismo (Natureza, Património/Cultural, ...)
- 2. Manter as ofertas associadas aos setores e atividades que correspondem a necessidade nacionais e também regionais, diversificando o leque de cursos em resposta a desafios de inovação e/ ou áreas de maior procura, atual e potencial, de profissionais, nomeadamente:**
 - ✓ **Saúde, Social e serviços à comunidade**: Apoio familiar e à comunidade, apoio psicossocial;
 - ✓ **Ciências informáticas**: programação, redes e sistemas (aposta em cursos com planos de curso mais recentes);
 - ✓ **Hotelaria e restauração**: opção por cursos com referenciais mais recentes, nomeadamente, Alojamento Hoteleiro (que abrange receção, houseking, turismo acessível e sustentável, manutenção de espaços verdes e piscinas), Cozinha-Pastelaria, Restaurante-Bar com variantes (p.e. escanção)
 - ✓ **Tecnologias digitais/Multimedia** – mas diversificar Técnico Desenho Digital 3D ou Animação 2D e 3D
 - ✓ **Energia** – Cursos de Instalação e Manutenção de Sistemas Energias Renováveis
 - ✓ **Agropecuária** – com aposta na área da Vitivinícola

3. Conter e/ou renovar ofertas formativas com reconhecida baixa empregabilidade ou que se encontram em fase de saturação:

- ✓ Cursos com referenciais de 2005/2006 (p.e. Técnico GPSI, Técnico de Turismo, ...)
- ✓ Desporto e gestão desportiva
- ✓ Renovar e/ou construir planos de curso com variantes que permitam uma melhor adequação às necessidades do território/comunidade.

98

Para além destas **três linhas de orientação**, considera-se também importante **desenvolver nichos de qualificações diferenciadoras**, de reconhecida valorização social e relevância para a identidade cultural do território, nomeadamente:

- ✓ **Artes do espetáculo**, sobretudo nos perfis que se relacionam com a dinâmica cultural e de eventos;
- ✓ **Cultura/Património** – Assistente de arqueólogo.

IV. PLANO DE INTERVENÇÃO PARA O SISTEMA EDUCATIVO E FORMATIVO REGIONAL

1. QUADRO DE REFERÊNCIA PARA A INTERVENÇÃO

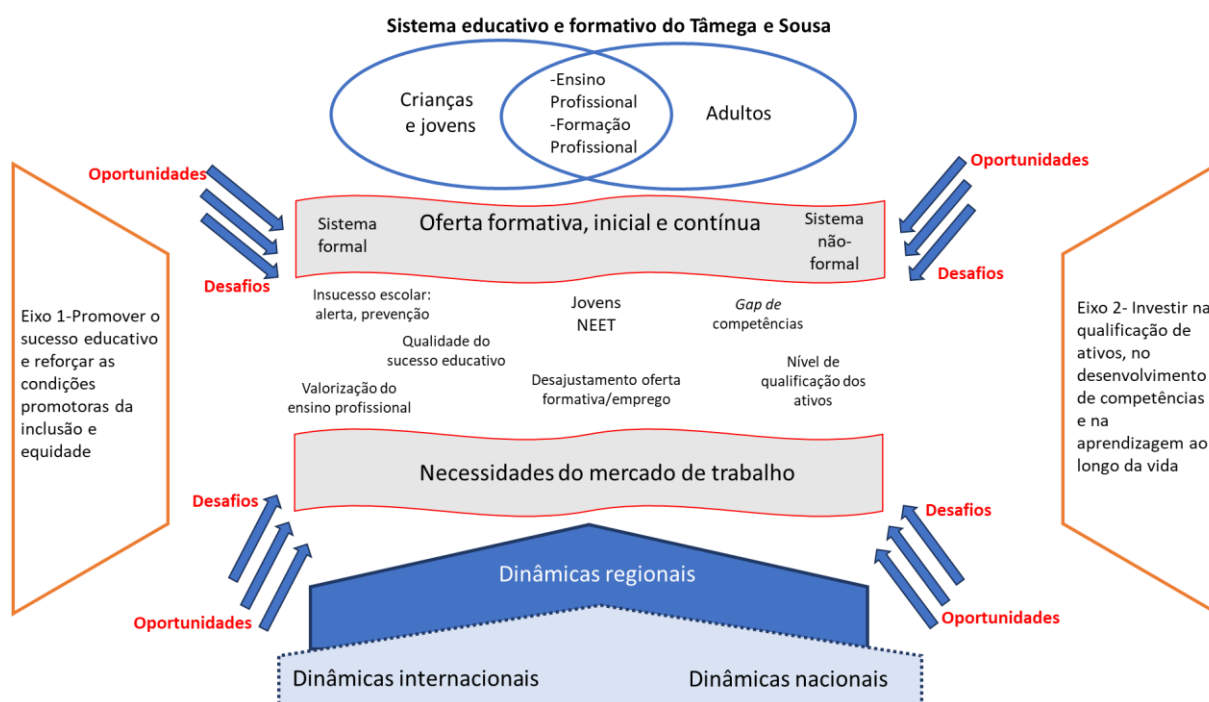
99

Este capítulo é dedicado à proposta de quadro de referência para a intervenção no sistema educativo e formativo, de nível não superior, do Tâmega e Sousa.

Resulta assim das conclusões da atualização do diagnóstico retrospectivo e prospetivo das necessidades de competências e de qualificações e da avaliação dos resultados e impactos do PIICIE, face aos desafios e oportunidades de desenvolvimento do território.

O quadro de referência organiza-se em torno de dois eixos, para os quais foram definidos objetivos, metas e resultados esperados. São também propostos programas/iniciativas associados com as metas, que foram identificados como boas práticas ou práticas promissoras e merecem ser replicadas, reforçadas e melhoras ou novas ações que resultam de novas necessidades não cobertas.

Figura 11- Quadro de referência para a intervenção no sistema educativo e formativo do TeS



Relatório Final

Fonte: Construção própria

Eixo 1- Promover o sucesso educativo e reforçar as condições promotoras da inclusão e equidade

100

Objetivo específico 1: Reforçar o sistema de prevenção do insucesso e abandono escolar e promover ativamente o sucesso escolar e a qualidade do sucesso

Projeto-âncora

- i. Sistema de alerta e de rede de referenciação de entidades promotoras do sucesso educativo:** Estruturar e implementar sistema de prevenção, de génese local para antecipação de situações de risco de insucesso ou abandono escolar

Considera-se este projeto como “âncora” na medida em que deverá ser o mobilizar e organizador dos restantes programas e atividades.

No ponto 2 deste capítulo apresenta-se a proposta de modelo de Sistema de Alerta, já testado com duas escolas do território.

Estratégias/Recursos

- Painel de indicadores
- Rede de referenciação
- Modelo de governação

Outros programas/projetos/iniciativas

i) Programa de desenvolvimento de competências socioemocionais para crianças e jovens. Este programa de desenvolvimento de competências socioemocionais deverá ser organizado localmente, de acordo com as necessidades dos destinatários e em função dos recursos disponíveis. As competências sociais, tal como, autoconhecimento, autoestima, resiliência, resistência à frustração, gestão emocional, relacionamento interpessoal, empatia, entre outras, têm sido identificadas como fundamentais, em termos de suporte, do desenvolvimento das competências cognitivas (leitura, escrita, matemática, etc.). O seu desenvolvimento está também mais dependente da estabilidade do contexto familiar, dos modelos parentais, da existência de relações de suporte (pessoas de referência, amigos,...), portanto, mais fora do âmbito de intervenção da escola. Neste sentido, a criação de programas específicos para o desenvolvimento destas competências poderá estar prevista

nas atividades extra-curriculares e, sempre que possível, também nas atividades curriculares¹⁷, desenvolvidos por especialistas e implementados ou co-implementados com a sua colaboração, poderão constituir um dos fatores críticos para o sucesso escolar e, sobretudo, a melhoria do sucesso.

Várias foram as iniciativas já desenvolvidas neste domínio no anterior PIICIE (caso do **Educar pel'Arte**) que, no novo programa deverá ser aprofundado e melhorado. Apresenta-se um exemplo de um projeto designado por "**Hora da empatia**" que desenvolve competências de empatia em crianças, através das artes performativas.

ii) Desenvolvimento de programas de tutoria inter-pares para jovens

Na linha do programa anterior, e considerando a especificidade das questões socioemocionais dos jovens, propõe-se a criação de programas de tutoria inter-pares de nível local, constituídos por jovens voluntários que apoiam outros jovens, seja através de apoio ao estudo, seja em situações comportamentais. As iniciativas deverão ser preparadas, implementadas e monitorizadas com apoio de especialistas mas dando autonomia e responsabilidade aos jovens tutores.

ii) Reforço dos programas de inclusão de crianças e jovens estrangeiros.

Iniciativas de caráter local, desenvolvidos de forma colaborativa entre a equipa de EMAI da escola e equipa municipal que integre um mediador cultural, como forma de propor atividades que permitam uma maior integração das crianças, jovens e suas famílias na comunidade. Partilha tradições culturais, gastronomia, música, dança e outras expressões culturais são excelentes opções que servem simultaneamente para reforçar as competências comunicacionais e de relacionamento interpessoal, mas também abertura à mudança, empatia e multiculturalidade.

Estratégias/Recursos

- Estabelecimento de parcerias com entidades do setor cultural, recreativo e desportivo para a construção dos programas e apoio à sua implementação;
- Estabelecer parcerias com entidades de apoio ao imigrante;
- Partilha de recursos e infraestruturas, incluindo locais para realização das atividades, recursos humanos de apoio, recursos materiais, etc.

Meta	Indicadores de realização	Indicadores de impacto
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a oferta de programas de desenvolvimento de competências socioemocionais para crianças (1º e 2º ciclo) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de crianças e jovens inscritos em programas de desenvolvimento de competências socioemocionais; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de conclusão e melhoria das classificações dos alunos

¹⁷ Conforme previsto no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

Relatório Final

<p>em 20% até 2025</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a oferta de programas de desenvolvimento de competências socioemocionais para jovens (3º ciclo e secundário) em 50% até 2025 ▪ Aumentar a taxa de participação crianças, jovens e famílias estrangeiras em atividades multiculturais em 50% até 2025 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de jovens inscritos em programas de tutoria inter-pares ▪ Taxa de participação de crianças, jovens e famílias portuguesas e estrangeiras 	
---	--	--

102

Para além das propostas integradas neste eixo 1, considera-se fundamental avaliar de forma mais aprofundada os programas e iniciativas levadas a cabo no PIICIE, dando continuidade, aprofundando e sistematizando as boas práticas de modo que possam ser replicadas em outras comunidades escolares.

Em concreto, sugere-se o **reforço do sistema de orientação vocacional**, a iniciar em fases precoces da vida, permitindo acompanhar as crianças e jovens ao longo do seu desenvolvimento enquanto pessoas e apoiá-los na construção do seu projeto de vida.

Eixo 2: Investir na qualificação de ativos, no desenvolvimento de competências e na aprendizagem ao longo da vida

Objetivo geral: Aumentar o nível de qualificação escolar e profissional dos ativos e melhorar o nível de competências de empregabilidade

103

Objetivo específico 1: Reforçar as competências transversais dos ativos, empregados e desempregados, enquanto pilar de sustentação das competências técnicas.

Programa/projeto/iniciativa:

- ii. **Programa de Capacitação de Competências Digitais:** Oferecer, a nível municipal, através de protocolos com entidades formadoras públicas e/ou privadas, programas de formação em competências digitais para adultos, abrangendo tópicos como navegação na internet, aplicações e ferramentas de produtividade, e-learning, teletrabalho, segurança da informação e outras. Esse programa pode ser organizado em parceria com as empresas e/ou associações empresariais, em função das suas necessidades específicas;
- iii. **Programa de microcertificações:** Oferecer, em colaboração, com entidades formadores e/ou estabelecimentos de ensino superior, programas de formação de curta duração, capitalizáveis, para atribuição de uma certificação profissional numa área técnica específica. Exemplo: Certificação em Marketing Digital, dividida em 4 programas de microcertificação: i) Redes sociais; ii) Marketing por email; Marketing de conteúdo.
- iv. **Programas de formação em sustentabilidade aplicado aos vários setores de atividade:** organizar programas de formação sobre sustentabilidade aplicada aos vários setores de atividade e aos diferentes grupos de profissionais (dirigentes e chefias, técnicos, administrativos, outros). Por exemplo: Eficiência Energética e Redução de Resíduos na Indústria Automóvel, Economia Circular na Indústria Têxtil, Certificações de sustentabilidade da indústria têxtil, etc.

Estratégias/Recursos

- Atribuição de bolsas de estudo para adultos interessados em realizar cursos de qualificação inicial ou contínua. As bolsas podem cobrir parcialmente as despesas do curso, por exemplo, transporte e refeições, incentivando a participação e conclusão dos programas de formação.
- Estabelecer parcerias com provedores de internet para oferecer descontos ou planos especiais para famílias carenciadas, visando aumentar o acesso à internet nos locais de residência.
- Plataforma de apoio à orientação profissional e gestão de carreiras para ativos que poderá combinar serviços de apoio dado por profissionais (psicólogos, educadores sociais, etc.). A plataforma disponibilizar informação sobre a oferta de emprego, estágios, oferta formativa disponível no território, base de dados de entidades formadoras, percursos

profissionais possíveis, instrumentos de autodiagnóstico e de apoio à gestão de carreira.

Meta	Indicadores de realização	Indicadores de impacto
Aumentar a taxa de participação de adultos em programas de formação inicial ou contínua em 20% até o final de 2025	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de adultos inscritos em programas de formação contínua, em áreas de educação e formação consideradas prioritárias; ▪ Taxa de conclusão dos programas de formação inicial ou contínua. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de empregabilidade dos adultos que concluíram os programas formação contínua

104

Objetivo específico 2: Melhorar o conhecimento sobre a situação dos jovens NEET e contribuir de forma ativa para a sua inserção no mercado de trabalho e/ou retoma do percurso escolar

Programa/projeto/iniciativa:

- v. **Sistema de monitorização e acompanhamento:** Criação, a nível municipal, de sistema de recolha de informação e cruzamento de dados relativamente a todos os jovens que saem da escola, com ou sem a escolaridade obrigatória concluída. Decorre da aplicação do sistema de alerta e rede de referência e implica a articulação entre a escola, os serviços educativos e sociais do município, a segurança social, o centro de emprego, as entidades formadoras; deverá implicar a recolha de informação de forma periódica e a sua partilha numa plataforma de gestão da informação (ver a proposta de estruturação do sistema de alerta);
- vi. **Programa de formação em competências de empregabilidade:** Oferecer, em colaboração, com entidades formadoras e/ou estabelecimentos de ensino superior, programas de formação de curta duração para o desenvolvimento de competências de empregabilidade. Cada programa deverá ser feito à medida do jovem, tendo por base um diagnóstico prévio das suas motivações, interesses e expectativas. Poderá incluir programas de formação para a criação de pequenos negócios ligados com os setores tradicionais, culturais e artísticos;
- vii. **Programa de mentorias:** criar uma base de dados de mentores, que sejam profissionais reconhecidos, incluindo figuras públicas, políticos, empresários de vários setores de atividade, *influencers* que assumem a função de mentor de um jovem, com a responsabilidade de o motivar e envolver numa determinada profissão. Poderá estar associado a projetos de Responsabilidade Social das empresas e/ou iniciativas da Agenda

Objetivo específico 2: Melhorar o conhecimento sobre a situação dos jovens NEET e contribuir de forma ativa para a sua inserção no mercado de trabalho e/ou retoma do percurso escolar

do Trabalho Digno

Estratégias/Recursos

- Estabelecer parcerias com entidades do setor social e/ou instituições do setor cultural e artístico para participação no desenho de programas de formação (comunicação, relacionamento interpessoal, empatia, autoconhecimento, desenvolvimento pessoal, gestão emocional, ...);
- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas e figuras públicas do território que queiram participar no programa de mentores;
- Plataforma de apoio à orientação profissional e gestão de carreiras para ativos que poderá combinar serviços de apoio dado por profissionais (psicólogos, educadores sociais, etc.). A plataforma disponibilizar informação sobre a oferta de emprego, estágios, oferta formativa disponível no território, base de dados de entidades formadoras, percursos profissionais possíveis, instrumentos de autodiagnóstico e de apoio à gestão de carreira.

105

Meta	Indicadores de realização	Indicadores de impacto
Diminuir a taxa de jovens NEET em 50% até ao final de 2025	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de jovens NEET inscritos em programas de formação inicial ou contínua ou com emprego ▪ Número de parceiros do programa de mentoria ▪ Taxa de conclusão dos programas de formação dos jovens NEET 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxa de inserção no mercado de trabalho ou retoma do percurso formativo

2. SISTEMA DE ALERTA

106

Conceito de sistema de alerta e relação com o sistema integrado de promoção do sucesso educativo

O insucesso e o abandono escolar estão associados a maiores riscos de desemprego, de pobreza, a problemas de saúde, a situações de exclusão social¹⁸. Como atrás referido, a primeira geração dos PIICIE teve como objetivos prevenir e intervir nas questões do insucesso e do abandono escolar, com especial enfoque nos primeiros ciclos de estudo, nas medidas e estratégias de prevenção das questões prioritárias e críticas, mais facilmente modificáveis, como sejam as questões da saúde física ou mental, estilos de vida saudáveis, etc.

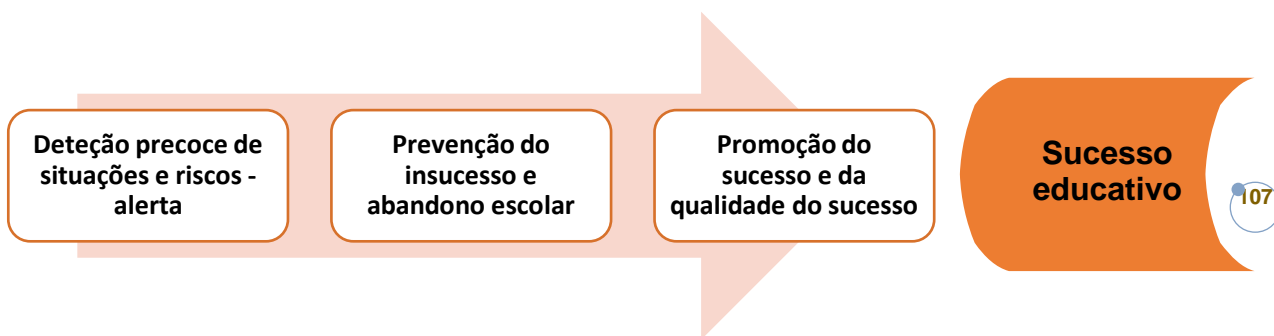
Os resultados obtidos, de acordo com os estudos de avaliação publicados, colocam em evidência a melhoria dos indicadores no combate ao insucesso e abandono escolar até ao ano letivo 2020/21, com especial incidência no ensino básico.

Uma das conclusões que se retira deste estudo sobre o sistema educativo e formativo do Tâmega e Sousa é a necessidade de desenvolver medidas preventivas o mais precocemente possível e, especialmente, junto de alunos do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, porque são momentos decisivos de intervenção para a prevenção do insucesso.

Neste sentido, os próximos Planos Integrados de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE) deverão integrar no seu âmbito de intervenção um conjunto de mecanismos e iniciativas de deteção precoce das situações de risco, que se designa por **Sistema de Alerta**. Este sistema é, na verdade, um subsistema de um outro mais alargado que mantém e reforça os mecanismos de prevenção do insucesso e intensifica as iniciativas relacionadas com a promoção do sucesso e da qualidade do sucesso educativo¹⁹, conforme se representa no diagrama seguinte.

¹⁸ *Minimising early leaving from vocational, education and training in Europe, CEDEFOP, Working Papers Series, nº 11, Julho 2022*

¹⁹ *Entende-se o conceito de Sucesso educativo mais adequado do que o Sucesso Escolar, na medida em que este se relaciona apenas com os resultados escolar, devendo na nossa perspetiva, esta apenas uma das dimensões a considerar no sucesso educativo.*



Eis os conceitos associados a cada um destes subsistemas²⁰.

Alerta

Subsistema que pretende **identificar e prevenir problemas de índole escolar/educativo, antes que eles se tornem graves e crónicos.**

Implica a recolha de dados dos resultados escolares e comportamentais dos alunos, como notas, faltas, questões disciplinares, comportamentos dentro e fora da aula, e o uso destes dados para identificar alunos que poderão correr riscos de cair em insucesso.

A deteção é feita por uma rede de atores que abrange toda a comunidade escolar (auxiliares de educação, professores, diretores de turma, colegas, pais e EE), mas também outras entidades (clubes internos, associações desportivas, escuteiros, bombeiros, forças de segurança, etc.).

Após a identificação/deteção destas situações (via indicadores) são emitidos alertas para professores, diretores de turmas, tutores, ou outros atores que deverão intervir internamente ou mobilizar os apoios da rede de recursos para ajudar o aluno a ter sucesso na escola.

Prevenção

Conjunto de medidas e estratégias que têm como objetivo evitar que os alunos tenham dificuldades em acompanhar o processo de aprendizagem e, em última instância, abandonem a escola.

²⁰ Fonte: adaptado de *Guia de Implementação do Sistema de Alerta Precoce para Prevenir o Abandono Escolar na Educação Primária*, CEDEFOP, 2022

Esse sistema deve conjugar medidas e iniciativas orientadas para as questões da aprendizagem em sala de aula (da responsabilidade fundamentalmente da Escola) e complementares, entendidas como as prévias ou facilitadoras do processo de aprendizagem (relacionadas com condições socioeconómicas, situações de saúde física, mental, competências sociais emocionais, entre outras).

A prevenção antecipa situações de risco de insucesso ou abandono escolar com o objetivo de lançar ações proativas, de forma a que todos os alunos tenham sucesso escolar e realizem todo o seu potencial.

Promoção

Conjunto de estratégias e práticas que visam melhorar o desempenho e a aprendizagem dos alunos, ou seja, aumentar os níveis de sucesso e a qualidade do sucesso avaliado segundo um painel de indicadores que considerem, nomeadamente, a taxa de aprovação dos alunos, a média de notas dos alunos, a taxa de conclusão dos programas de estudo no tempo previsto, taxa de empregabilidade dos graduados, Número de alunos que continuam os estudos em níveis superiores, entre outros.

As estratégias em favor do sucesso escolar recorrem a instrumentos como programas de tutoria/mentoria, comunidades de aprendizagem, atividades promotoras de competências socioemocionais, recursos didáticos inovadores, entre outras iniciativas. O objetivo é **ajudar os alunos a criar condições para superar as dificuldades do percurso escolar e alcançar melhores resultados**, além de promover o desenvolvimento de competências importantes para a vida.

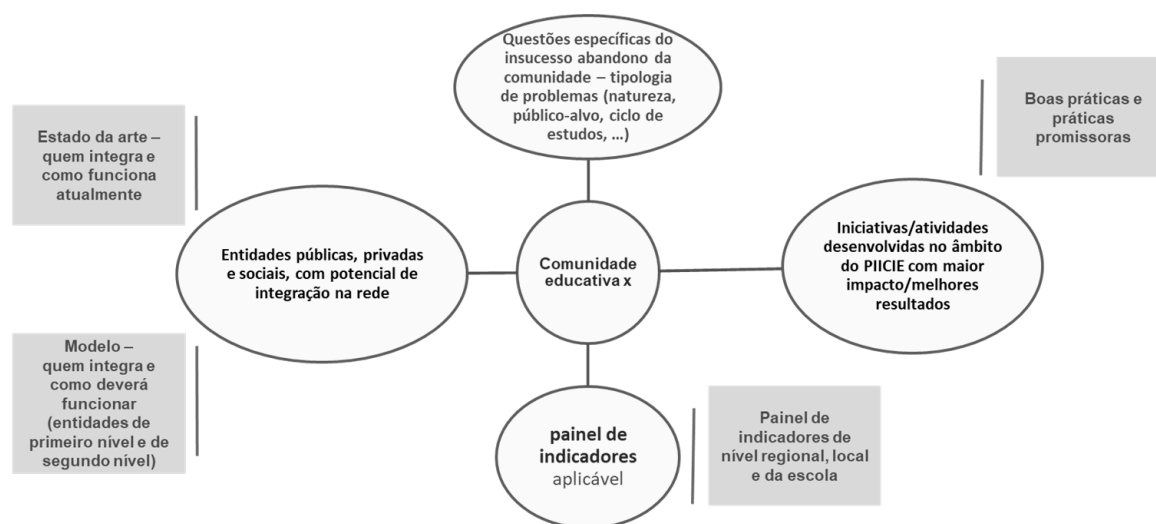
Destacam-se as seguintes práticas internacionais de referência nesta matéria:

- **Early Warning System (EWS) nos Estados Unidos:** O EWS é um sistema que ajuda a prevenir o insucesso escolar ao identificar alunos em risco de abandonar a escola antes que eles efetivamente desistam. Ele utiliza dados como notas, presenças e comportamento para identificar os alunos em risco e fornecer intervenções personalizadas.
- **Sistema de Informação de Aprendizagem (LIS) na Finlândia:** O LIS é um sistema que ajuda os professores a entender o progresso e o desempenho dos alunos em tempo real. Ele permite que os professores monitorem o desempenho dos alunos e identifiquem aqueles que precisam de ajuda adicional.

- **Sistema de Alerta Precoce (SAP) na Austrália:** O SAP é um sistema que ajuda a prevenir o insucesso escolar, identificando os alunos em risco de não completar o ano escolar.

Um sistema de alerta é constituído por um conjunto de componentes que se interligam e articulam no cumprimento da função de alerta e de apoio à tomada de medidas e ações para combater as situações de risco, conforme ilustrado no diagrama seguinte. Uma das componentes desse sistema é o painel de indicadores que permite identificar as situações de risco e, em consequência, espoletar todo o conjunto de medidas para precaver, o mais cedo possível, situações de insucesso e abandono escolar.

109



Fonte: adaptado de Sistema de Alerta do Nevada, EUA, 2022 (disponível [aqui](#))

O Painel de indicadores

Os indicadores de alerta têm como principal função evidenciar, o mais precocemente possível, os riscos de insucesso e de abandono escolar pelo que a sua formulação deve considerar e exprimir as causas e manifestações que estão na origem do insucesso. Os setores relevantes para a identificação de sinais de alerta de insucesso e do abandono escolar são a educação, a saúde e a ação social.

Conforme sabemos, o insucesso e o abandono escolar são processos complexos e com origem em diferentes fatores. Os principais riscos de insucesso encontram causas relacionadas com o insuficiente desempenho cognitivo dos alunos, com a deficiente organização e funcionamento

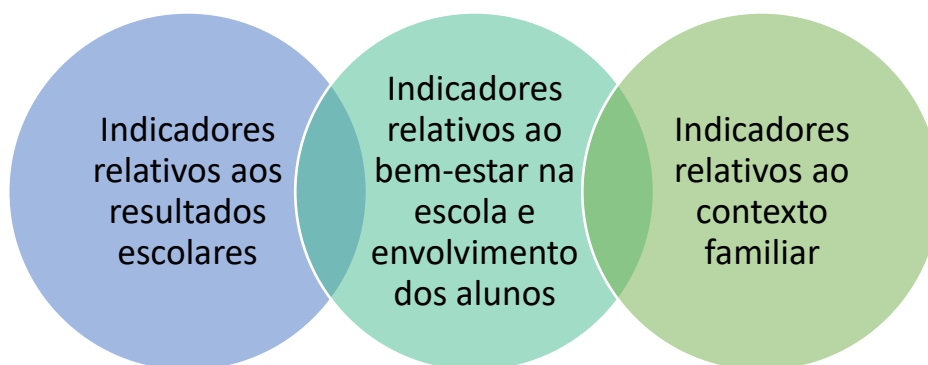
da escola, com a desvalorização da educação por parte das famílias e com fatores de contexto. Estes fatores tendem a ser mais ou menos valorizados consoante as perspetivas – dos alunos, das famílias e dos professores. Variam, também, segundo os níveis de ensino – básico e secundário.

No caso do ensino básico os fatores de insucesso estão sobretudo associados ao desempenho cognitivo dos alunos afetado por razões de saúde (auditivas, fala, atenção, etc.), que provocam dificuldades de leitura e escrita, pela ausência de hábitos de estudo, por dificuldades de relacionamento interpessoal e por situações de contexto familiar que não valoriza as aprendizagens. No caso do ensino secundário ganham destaque fatores como práticas pedagógicas desajustadas, oferta formativa insuficiente e desajustada, programas demasiado extensos, dificuldade dos alunos perspetivarem a utilidade das aprendizagens para a construção de percursos profissionais e ainda situações de saúde mental como ansiedade e depressão.

Os problemas de insucesso e abandono são frequentemente potenciados por um conjunto de condições relacionadas com situações familiares (desemprego, destruturação, baixo nível económico, social e cultural), com condições de saúde dos alunos e com situações do contexto como a distância a percorrer entre a residência e a escola e, conseqüentemente, o tempo excessivo que alguns alunos são obrigados a permanecer na escola, especialmente penalizador no caso dos alunos do ensino básico.

Estes fatores afetam diretamente o desempenho escolar dos alunos estando na origem de situações de desmotivação, dificuldade de aprendizagem e de baixo desempenho escolar que levam a situações de insucesso e eventualmente de abandono.

As situações de risco de insucesso e de abandono são detetadas através de um conjunto de indicadores que importa monitorizar o mais precocemente possível. Destacam-se indicadores relativos a três categorias de situação, as seguintes:



Os indicadores relativos aos resultados escolares e ao bem-estar dos alunos e seu envolvimento na escola observam-se na escola através dos resultados das aprendizagens, de aspetos comportamentais e pela participação dos alunos nas atividades escolares. Os indicadores relativos ao contexto familiar podem ser detetados na escola, através da relação entre os Professores e os Encarregados de Educação, mas podem também ser detetados em espaços exteriores à escola como por exemplo o serviço de saúde, serviço de ação social, associações desportivas ou culturais frequentadas pelos alunos, etc...

111

O estudo de avaliação do PICIE do Tâmega e Sousa e os estudos de caso efetuado em duas escolas do território permitiram identificar um conjunto de indicadores, conforme se explica nos pontos que se seguem.

▪ **Indicadores relativos aos resultados escolares**

São indicadores que se colocam ao nível do desempenho cognitivo do aluno que importa monitorizar no sentido de identificar precocemente situações que possam conduzir ao insucesso e ao abandono e assim antecipar as ações adequadas à resolução dos problemas. Destacam-se os seguintes:

- Dificuldades de leitura e escrita;
- Nos alunos do 1º Ciclo verificação da classificação de suficiente a pelo menos uma disciplina;
- Nos alunos dos 2º e 3º ciclos verificação de níveis inferiores a 3 a qualquer disciplina
- Dificuldade com disciplinas específicas, nomeadamente a Português e a Matemática.

▪ **Indicadores relativos ao bem-estar do aluno e ao envolvimento dos alunos na escola**

São indicadores que evidenciam o bem-estar do aluno em termos físicos e psicológicos, da sua estabilidade em termos socioemocionais e a sua motivação para participar ativamente na vida escolar. A relação entre as competências cognitivas e as competências socioemocionais tem vindo a ser estudada por diversas entidades com responsabilidade política mas também pela academia e os resultados são inequívocos: as competências socioemocionais das crianças e jovens são o pilar fundamental para o desenvolvimento das competências cognitivas, na medida em que são estas, as relacionadas com a autoimagem, autoconceito, autoestima, resiliência, estabilidade emocional, permitem ultrapassar os desafios da aprendizagem das de tipo mais cognitivo (língua portuguesa, matemática, ciências, etc.)

A verificação destes indicadores, à semelhança dos anteriores, realiza-se sobretudo em contexto escolar a partir de uma diversidade de fontes, nomeadamente registos relativos à assiduidade, informações quanto à participação dos alunos em atividades organizadas pela

Relatório Final

escola, observação dos seus comportamentos em sala, com os colegas, em atividades individuais ou de grupo. Destacam-se os seguintes:

- Limite de faltas correspondente a 1/3 da carga semanal;
- Atrasos frequentes ao 1º tempo;
- Problemas de comportamento (ansiedade, agressividade, hiperatividade, apatia, conflitualidade, imprevisibilidade nas reações, baixa autoestima resiliência e tolerância à frustração na resolução de problema);
- Problemas de saúde (distúrbios alimentares, visão, fala,...);
- Isolamento, nomeadamente detetável nos momentos de intervalo das atividades letivas;
- Relações interpessoais conflituosas;
- Não participação nas atividades organizadas pela escola além das atividades letivas.

112

▪ Indicadores relativos ao contexto familiar

São indicadores relacionados com o contexto em que o aluno vive, situações de desestruturação familiar, de conflitualidade em casa, desinteresse dos pais relativamente ao aluno e ao seu desempenho, são situações que prejudicam o equilíbrio emocional dos jovens e que prejudicam o seu aproveitamento escolar. Destacam-se os seguintes:

- Não envolvimento dos pais ou encarregados de educação nas atividades organizadas pela escola;
- Ausência dos pais ou encarregados de educação nas sessões de atendimento;
- Problemas familiares (doença, conflitualidade, divórcio,...).

Estes indicadores valem de per si, mas são particularmente significantes quando lidos em conjunto. A verificação, em simultâneo, de alguns destes indicadores indicia situações de maior risco e abandono escolar e exigem respostas céleres e ajustadas à complexidade dos problemas que evidenciam.

A rede de atores locais

Como referido, o sistema de alerta pretende detetar precocemente situações de risco, antecipando-as e prevenindo o seu agravamento. Neste sentido, entende-se ser necessário dotar o sistema de alerta com uma rede de atores pertinente, centrada na comunidade educativa e alargada a outras entidades fora do sistema educativo, mas do contexto local, como elementos a mobilizar na ação de deteção precoce das situações de insucesso e abandono escolar. A configuração da rede de atores a mobilizar deve garantir condições para

Relatório Final

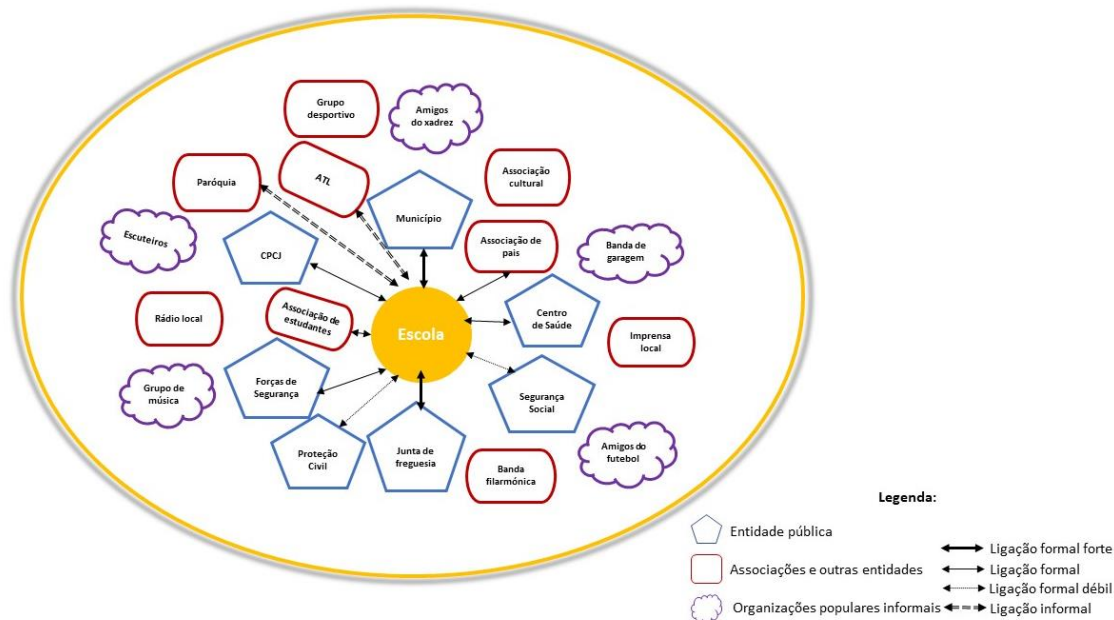
detetar precocemente os problemas e intervir na sua resolução não só no contexto escolar, mas também, de forma articulada e complementar, junto da família e da comunidade local.

A cooperação e coordenação entre essas entidades é fundamental para garantir que as situações de risco são identificadas precocemente para que sejam acionadas as respostas necessárias tão breve quanto possível.

113

A figura 11 apresenta o tipo de entidades que podem integrar a rede de referênciação.

Figura 12- Entidades da rede de referênciação



Fonte: adaptado de Guia de Implementação do Sistema de Alerta Precoce para Prevenir o Abandono Escolar na Educação Primária", CEDEFOP, 2022

Os projetos Municipais do PICIE do Tâmega e Sousa mobilizaram parcerias locais alargadas e diversificadas constituídas em torno das Câmaras Municipais, envolvendo entidades da administração pública com responsabilidades nas áreas social, cultural, da saúde, educação e da segurança e entidades associativas locais de diversa índole – associações desportivas e culturais, misericórdias, bombeiros, etc.... Estas redes alargadas tiveram concretização diversa no terreno, consoante os projetos, mas, em todos os casos, acabaram por envolver ativamente um número mais restrito de entidades, particularmente de entidades nas áreas da educação, saúde e assistência social. Durante os períodos de confinamento, as Juntas de Freguesia tiveram, também, um papel muito relevante ao disponibilizar respostas locais às necessidades dos alunos, nomeadamente em matéria de acesso a meios informáticos e à internet.

A análise às redes dos projetos municipais realizada no âmbito do Estudo de Avaliação do PICIE e a testagem deste modelo junto de duas escolas do território, permitiu identificar dois círculos de organização das redes de acordo com o grau de envolvimento e cooperação entre os atores, os seguintes:

- O primeiro círculo, constituído pela Autarquia (e Equipa Multidisciplinar), pelo Agrupamento Escolar, pelo Centro de Saúde e Serviço Social. Este círculo,

Relatório Final

funcionalmente organizado a partir da relação entre a Autarquia (e a Equipa Multidisciplinar) e o Agrupamento Escolar, envolveu de forma permanente entidades das áreas sinalizadas para dar enquadramento e sequência a situações que mereceram acompanhamento a alunos e famílias nas respetivas áreas de intervenção. O funcionamento articulado e cooperativo entre estas entidades foi de primordial importância para o sucesso das ações enquadradas no Programa;

- O segundo círculo, constituído pela CPCJ, GNR, PSP, Bombeiros, Misericórdias e outras associações locais, complementou a ação do primeiro círculo através de intervenções para responder a situações específicas que os projetos ocasionalmente justificaram;

O Estudo de Avaliação concluiu sobre a importância da organização da rede de atores locais no combate ao insucesso escolar, aconselhando que a sua organização tenha um caráter estratégico, focada na natureza dos problemas a resolver. Nesta perspetiva importará evitar a constituição de redes demasiado extensas, com sentido pouco estratégico e pouco operativas. Ainda de acordo com as conclusões do mesmo estudo, **“as redes deverão assentar num eixo motor, constituído pelo Agrupamento Escolar e pela Autarquia (Equipa Multidisciplinar), segundo um ordenamento de atividades e responsabilidades devidamente articulado e acordado, a partir do qual se federam as contribuições e respostas das outras entidades que integram o primeiro círculo da rede de forma a endereçar as respostas aos problemas diagnosticados”**.

Mecanismos e procedimentos de alerta e de endereçamento de respostas

O sistema de alerta tem de ser tempestivo na deteção das situações problema de forma a permitir um rápido endereçamento das respostas adequadas. Os procedimentos a desenvolver centram-se na Escola e organizam-se em três momentos, que obedecem a procedimentos próprios. São os seguintes:

- O primeiro momento é a deteção e a sinalização do problema;
- O segundo momento é a avaliação do problema e a tomada de decisão quanto ao que fazer e quem envolver;
- O terceiro momento é o da intervenção propriamente dita e o seguimento da situação.

A deteção e sinalização do problema faz-se, na maioria das situações, nas organizações que fazem parte da primeira linha de intervenção, particularmente na escola através da verificação

Relatório Final

do conjunto de indicadores referidos no painel de indicadores, mas pode também acontecer noutros espaços e contextos externos à escola como a autarquia, os serviços de saúde e os serviços de segurança social. Contudo, consoante a natureza do problema, a decisão quanto à intervenção e a intervenção propriamente dita caberá às instituições competentes nas respetivas áreas, sempre com o envolvimento da escola e da autarquia. Em caso de risco para as crianças, nas situações em que é necessário assegurar a sua proteção, deve ser envolvida a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

116

Modelo de Governação

O modelo de governação é uma dimensão crucial para o funcionamento do sistema de alerta. Conforme se referiu em pontos anteriores o problema do insucesso e abandono é multidimensional e complexo e envolve a relação entre um número elevado de atores. Manifesta-se na Escola, mas a sua origem tem, frequentemente, causas que são externas à Escola e que extravasam a estrita dimensão escolar, situando-se essas causas nos planos familiar e no contexto cultural, social e económico local. As respostas a estes problemas devem ser endereçadas através da ação conjugada e coordenada entre diferentes atores locais que importa mobilizar para este sistema de alerta.

Existem diferentes modelos de governação que podem ser aplicados a um sistema de alerta do insucesso escolar que envolva vários intervenientes, como a escola, as entidades de ação social, saúde ou município. Algumas possibilidades incluem:

1. **Modelo de governação colaborativa** - Esse modelo envolve a colaboração entre os diferentes intervenientes para atingir metas e objetivos em comum. Neste modelo, a escola e as outras entidades trabalhariam em conjunto para criar um sistema integrado de alerta e intervenção precoce para alunos em risco de insucesso escolar.
2. **Modelo de governação em rede com centro na Escola** - Esse modelo envolve a criação de uma rede de intervenientes que estão interligados e trabalham juntos para atingir objetivos comuns. Neste modelo, a Escola seria o centro da rede, com outras entidades trabalhando em colaboração com ela para criar um sistema integrado de alerta e apoio.
3. **Modelo de governação por comité** - Esse modelo envolve a criação de um comité responsável pelo sistema de alerta e intervenção precoce.

A governação de um sistema de alerta deve assentar num conjunto de **princípios** que se consideram fundamentais, nomeadamente os seguintes:

Relatório Final

- **Proximidade** – a proximidade às situações problema, o conhecimento do meio, o conhecimento entre os atores, o desenvolvimento de relações informais entre as pessoas que se ocupam dos serviços relevantes envolvidos facilita o despiste das situações, a circulação de informação, o alinhamento de ações corretivas, a sua implementação e monitorização;
- **Agilidade** – a resposta às situações problema para ser eficaz tem de ser tempestiva, não pode ficar presa em constrangimentos burocráticos ou de articulação entre serviços; a existência de mecanismos e de procedimentos fáceis que permitam a confluência das ações e a coordenação entre atores é decisiva;
- **Corresponsabilização** - conforme referido anteriormente a complexidade e multidimensionalidade dos problemas exige respostas coletivas e solidárias entre os atores relevantes; cada um tem de assumir a responsabilidade pelas suas intervenções e sentir-se corresponsável pela ação e pelo resultado coletivo alcançado pela rede;
- **Sincronização nas ações** – a sincronia é fundamental para o sucesso da ação coletiva; importa que as respostas de cada um cheguem no tempo certo e em condições de encadear na ação dos restantes atores.

117

De facto, o elemento central da rede de atores assenta no **binómio Escola – Autarquia**. Os problemas manifestam-se na escola, mas a sua origem está, muitas vezes, num plano exterior, no qual a escola não tem condições para se movimentar de forma ágil. Essas situações problema são frequentemente objeto da intervenção dos serviços sociais das autarquias e, portanto, a ação a desenvolver no sentido de prevenir o problema tem de assentar numa estreita cooperação entre a autarquia e a escola.

O modelo de governação que se propõe assenta no seguinte conjunto de componentes:

- **Binómio Escola – Autarquia** como elemento central e estruturante do modelo de governação, assente em princípios de cooperação aceites pelas partes e alimentado por fluxos de informação permanente sobre os alunos, a escola, as famílias e o meio.
- **Articulação estreita entre as entidades** que integram o núcleo de primeira linha de resposta, ou seja, entre o binómio Escola - Autarquia e as instituições de saúde e os serviços de assistência social de forma a detetar, desenhar e endereçar as respostas às situações de risco identificadas;

117

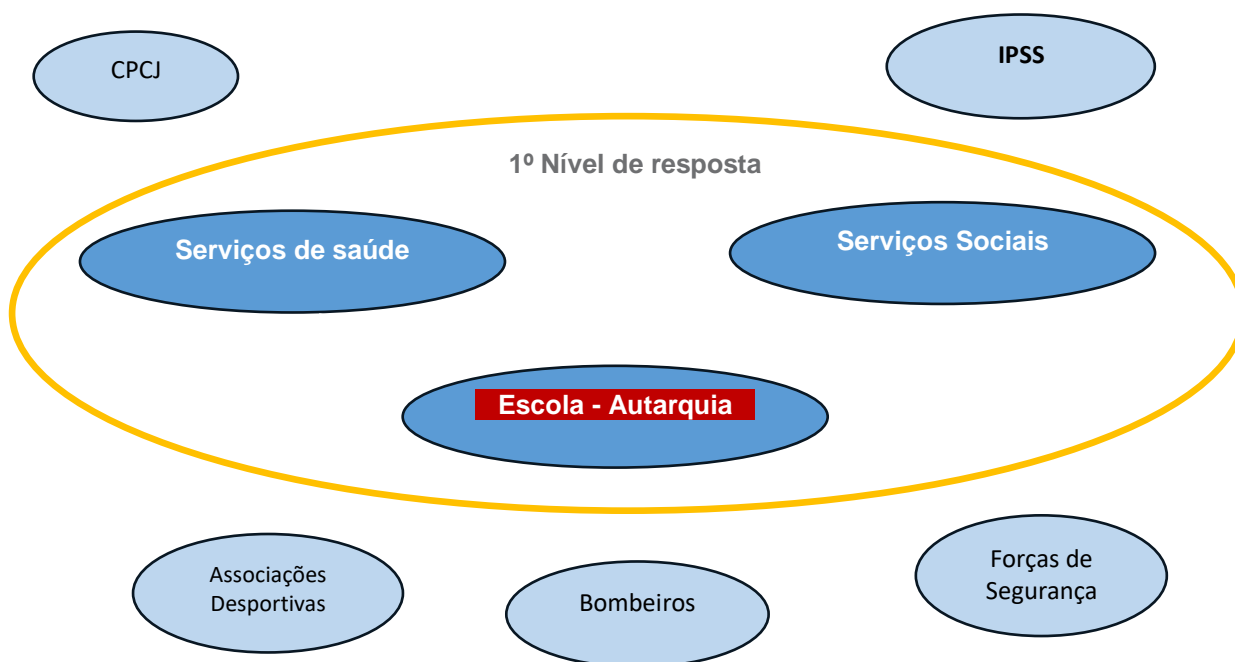
Relatório Final

- **Articulação deste primeiro núcleo com um núcleo de segunda linha**, constituído por outras organizações, públicas, privadas (empresas) e associativas de forma a encontrar soluções estruturais para os problemas identificados; referem-se, a título ilustrativo, organizações como a CPCJ, Misericórdias, Associações desportivas e culturais locais, Bombeiros, forças de segurança; merece ainda referência o grupo constituído pelas empresas locais, o seu envolvimento nas questões relacionadas com o risco de insucesso e abandono também lhes diz respeito, a criação de condições mais favoráveis às famílias para poderem acompanhar os seus filhos poderá ser facilitado pelas empresas.

118

A articulação entre as entidades referidas poderá ter no **Conselho Municipal de Educação** o quadro organizativo necessário à governação do sistema de alerta.

O diagrama seguinte ilustra o modelo de governação proposto nos pontos anteriores.



3. AÇÕES QUE VISEM A MELHORIA DO DESEMPENHO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, NOMEADAMENTE NA QUALIDADE DE RESPOSTA A NECESSIDADES PRESENTES E EMERGENTES

A melhoria do desempenho do sistema de educação e formação no território do TeS passa pelo estabelecimento e cumprimento de um **conjunto diversificado de condições**, explicitadas nos parágrafos seguintes.

119

O primeiro princípio a estabelecer é o que surge associado à designação escolhida para o sistema cujo desempenho pretendemos melhorar. Falar de sistema de educação e formação implica assumir um patamar de organização sub-regional que declaradamente inova relativamente às práticas correntes. Trata-se de pugnar por que as questões da educação e da formação surjam consideradas de modo integrado, estabelecendo nexos de relacionamento permanente entre a formação inicial de jovens, a formação de dupla certificação com relevo para os cursos profissionais, a formação de adultos e a formação contínua em geral. Este princípio deve produzir os seus efeitos do ponto de vista da monitorização do sistema, já que, como se compreende, pode envolver tutelas públicas diferentes, exigindo que, no plano da NUTS III e da ação da CIM TeS, sejam criadas as condições para a criação de um espaço institucional de concertação regular em que este sistema de entidades crie hábitos de cooperação e de interação.

Este primeiro princípio gera vários corolários, dos quais dois merecem destaque:

- Por um lado, é necessário que a CIM TeS seja dotada de elementos de informação regular para monitorizar a evolução deste sistema, agregando informação que é produzida e publicada atomizadamente em função das suas diferentes tutelas;
- Por outro lado, tem uma importante implicação em matéria de formação de professores, abrangendo a totalidade dos agentes de formação que exercem a sua função neste sistema e não apenas implicando os professores das escolas públicas; a evolução do sistema de educação e formação suscita desafios a todas as modalidades de educação e formação que o integram, designadamente à medida que evoluem os públicos, daí a necessidade da formação de todos os agentes de formação ser considerada para uma melhoria do desempenho do sistema.

O segundo princípio respeita ao equilíbrio entre necessidades presentes e emergentes, tal como decorre do próprio enunciado desta secção.

A resposta consistente às necessidades presentes com base no conhecimento existente sobre o território e sobre os desafios do seu sistema de educação e formação constitui uma condição necessária de um elevado nível de desempenho. E quando se fala aqui de conhecimento existente considera-se sobretudo o conhecimento disseminado generalizadamente por todo o sistema e por todos os seus agentes e não a existência de bolsas de conhecimento que não se

Relatório Final

generalizem a todo o sistema de educação e formação. Para aumentar a consistência desta dimensão, é fundamental que o sistema vá realizando a sua própria avaliação de experiência, valorizando a aprendizagem organizacional e a consolidação da prática profissional de todos os seus agentes.

Mas como o enunciado da secção o sugere, a melhoria do desempenho do sistema depende ainda da sua capacidade de antecipação de necessidades emergentes. Para isso, é necessário dotar o sistema de educação e formação do TeS de um permanente olhar prospetivo sobre as tendências que atravessam as áreas da educação e da formação (por exemplo, analisar em profundidade os desafios da digitalização), mas também do modo como as instituições e as empresas do TeS evoluem em matéria de perceção de necessidades de novas qualificações e competências. Para esse acompanhamento prospetivo não é estritamente necessário que o TeS acolha ou promova a criação de um *think-tank* regional sobre estas matérias. Existem modalidades de animação do sistema mais flexíveis, como por exemplo trazer regularmente ao território especialistas nacionais e internacionais sobre as novas tendências que cruzam a educação e a formação. Ou também, por exemplo, **patrocinar prémios de investigação que acolham trabalhos focados nas problemáticas da educação e formação no TeS.**

A capacidade de **antecipação de necessidades emergentes** surge indissociavelmente ligada a um terceiro princípio que definimos como a capacidade do sistema se manter permanentemente atento à evolução da procura de formação. Temos o entendimento de que um sistema de educação e formação que atenda apenas à organização e ao primado da oferta terá dificuldades de aspirar a uma significativa melhoria de desempenho. Estar atento ao comportamento da procura e, frequentemente, trabalhar sobre ela para a ajudar a explicitar necessidades de formação e a estimular comportamentos e processos de avaliação do retorno da formação nas organizações que a promovem são vias aceleradas para melhorar o desempenho do sistema.

Este princípio tem importantes implicações organizativas, já que se torna necessário manter e animar espaço de interação com *stakeholders*, sobretudo com aqueles que se revelem mais capazes de liderar processos, abrindo caminhos que outros poderão seguir seja por simples processos de contágio territorial, seja por processos explícitos e organizados de imitação (na verdade uma forma específica de disseminação de novas tecnologias educativas e de formação). Será assim fundamental que a CIM TeS **crie um espaço-fórum** que permita através da animação de um conjunto de stakeholders com participação rotativa ir monitorizando necessidades emergentes de novas qualificações e de novas competências, discutindo as formas e as técnicas de educação e formação mais apropriadas para a elas responder.

120

4. CONDIÇÕES DE CONTEXTO PARA UMA ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO E ATRAÇÃO DE QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS PARA O TERRITÓRIO

A **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)** desenhada pela CIM TeS para o período de programação 2021-2027 e alguns dos projetos estruturantes que têm sido concebidos em articulação com os Municípios visam robustecer as condições de desenvolvimento do território e contribuir por essa via para o reforço da sua matriz identitária no seio da diversidade que o caracteriza.

Esse esforço de robustecimento é seguramente indissociável de uma estratégia complementar de produção e atração de qualificações e competências para o território.

Não podemos ignorar que, nas condições generalizadas de declínio demográfico já generalizadamente instaladas na Região Norte, que até há relativamente pouco tempo ainda apresentava condições de vitalidade demográfica, o TeS acolhe alguns dos poucos municípios que resistem à queda do crescimento natural da população. Isto significa que o TeS tem ainda à sua frente o enorme desafio de promover a melhoria de qualificações dos fluxos de população jovem que chegam ao mercado de trabalho. Esse esforço de melhoria dos fluxos de novas qualificações é crucial para que o território do TeS possa ir mitigando o caráter fortemente penalizador dos stocks de desqualificação de ativos que durante muitas gerações se acumulou neste território. A melhoria do desempenho do sistema de educação e formação proposta no capítulo anterior insere-se obviamente nesse grande desígnio.

A proximidade que pelo menos uma parte do território do TeS apresenta face à aglomeração metropolitana do Porto e ao seu significativo potencial de criação de emprego tem funcionado historicamente como um sério obstáculo à fixação nos municípios do TeS da população jovem que chega ao mercado de trabalho com melhores qualificações, isto pelo menos, no que respeita às qualificações secundárias, seja dos cursos científico-humanísticos, seja do ensino profissional e de dupla certificação. Além disso, em termos de formação superior, universitária e politécnica, aquela mesma proximidade à AMP tem dificultado a criação de centros de ensino superior no território do TeS, contribuindo também para que a continuidade da melhoria entretanto observada de qualificações secundárias incida na frequência de formação superior que se concretiza predominantemente no exterior do território, dificultando a sua fixação.

Porém, as condições atuais de procura de nova habitação e o significativo aumento de montantes de rendas e de valores de aquisição de habitação própria no espaço metropolitano têm conduzido a que os novos casais e famílias mais jovens alarguem consideravelmente os territórios de busca de soluções residenciais. O TeS como território de proximidade à AMP pode beneficiar desse alargamento de territórios de busca de habitação, desde que os municípios nas suas Estratégias Locais de Habitação organizem as suas políticas de habitação

Relatório Final

com esse desígnio. Diríamos, assim, que é na **ação combinada de políticas de habitação mais generosas a cargo dos municípios e de promoção de investimento estruturante no TeS** que poderá estar a chave para a criação de condições mais favoráveis para a fixação e atração de qualificações e competências no território.

Sabemos que na **atração de investimento a territórios como o do TeS** a existência de um sistema de educação e formação robusto, atento às tendências de evolução da procura e sobretudo ágil na resposta às necessidades evidenciada pelos investidores, pode representar nas condições atuais de escassez de mão de obra uma vantagem competitiva significativa.

O tema da atração de investimento é nas condições atuais ainda muito suscetível de protagonismos municipais, com os municípios mais dinâmicos a quererem protagonizar processos autónomos de promoção e atração de investimento. Mas existe espaço para a CIM TeS poder desenvolver iniciativas próprias nesse sentido, em cooperação com os municípios cuja dimensão os impede de enveredar por esforços autónomos com êxito nessa matéria.

Relativamente à atração de formação superior e avançada ao território do TeS, não esquecendo o papel da Escola de Tecnologia e Gestão do IPP em Felgueiras e algumas instituições de ensino privado localizadas por exemplo em Penafiel, existe um campo de atração de iniciativa empresarial que poderia contribuir para potenciar essa atração. Devido ao já referido efeito de proximidade à AMP, o TeS não dispõe de uma oferta de serviços às empresas, designadamente de serviços tecnológicos, que a densidade empresarial existente pelo menos nos municípios mais industrializados já justificaria. Na medida em que for possível colmatar progressivamente este défice de serviços às empresas, estariam criadas condições para a atração de qualificações superiores ao território. Os serviços às empresas representam oportunidades de emprego para qualificações superiores, abrindo assim caminho à atração dessas qualificações ao território.

Mas a **criação de um sistema de educação e formação** robusto em estreita interação com a procura, explícita e implícita em empresas que não têm condições para identificar com rigor as necessidades de qualificações e competências, pode ser considerada uma espécie de condição necessária ou de alicerce para políticas mais ambiciosas de produção e atração de qualificações e competências para o território.

A realidade do sistema de educação e formação em Portugal é ainda bastante difusa e aguarda por modelos de governação que mitiguem o baixo grau de colaboração existente entre as entidades públicas que tutelam as diferentes matérias envolvidas. Nas condições institucionais atuais, a CIM TeS emerge como a principal instituição que, em cooperação permanente com Municípios, Escolas e Agrupamentos escolares e estruturas de formação, pode abrir caminho na governança de tal sistema. A evolução para esse modelo pode ser incremental e sempre sujeita a rigorosa avaliação, num modelo de pequenos passos. Do ensino profissional (em que

Relatório Final

a CIM TeS assume já um papel valioso) à organização no TeS da oferta de CTeSP, alargada depois à formação profissional contínua para adultos empregados e desempregados e à formação profissional *on demand* e à medida das necessidades das empresas, existe um espaço de experimentação e de progressão.

Entendemos assim que a organização por iniciativa liderante da CIM TeS do sistema de educação e formação instalado neste território **constitui a peça principal de atração de investimento e de produção de qualificações e competências para o território**. Na sua organização, é fundamental assegurar a criação e animação regular de mecanismos de interação com as empresas localizadas no território. Há um trabalho a fazer de organização de processos de cooperação regular com associações empresariais industriais e comerciais. Mas existe também a possibilidade de trabalhar com associações empresariais e clusters não necessariamente localizados no TeS (em termos de sedes e estrutura de serviços) mas que sejam representativos dos setores de especialização mais relevantes do TeS. Será assim necessário colocar na linha da frente desses contactos as empresas e seus representantes com maior expressão no perfil de especialização do TeS.

A proposta que avançamos é a da **criação de um Espaço-Fórum Empresas-Formação que poderia assumir várias dimensões possíveis:**

- A organização de um painel regular com empresas do TeS, de composição rotativa, destinado a tipificar necessidades de formação em função dos ciclos de investimento das empresas;
- A criação de momentos regulares de diálogo entre entidades com responsabilidades na oferta de formação e as empresas, de maneira a intensificar os processos de matching entre quem oferece qualificações e procura competências para aplicação em contextos concretos de trabalho e produção;
- A criação de uma estrutura técnica mínima de apoio ao Fórum Empresas-Formação;
- A organização de momentos de formação alargados a toda a comunidade do sistema de educação e formação focados em temas relevantes como (i) a avaliação do retorno da formação, (ii) metodologias de identificação de necessidades de formação, (iii) novas metodologias de formação, trazendo ao Fórum especialistas nos temas numa lógica de disseminação e consolidação do conhecimento no interior do sistema.

123

ANEXOS

I - Quadros-síntese dos estudos de caso realizados em junho de 2023

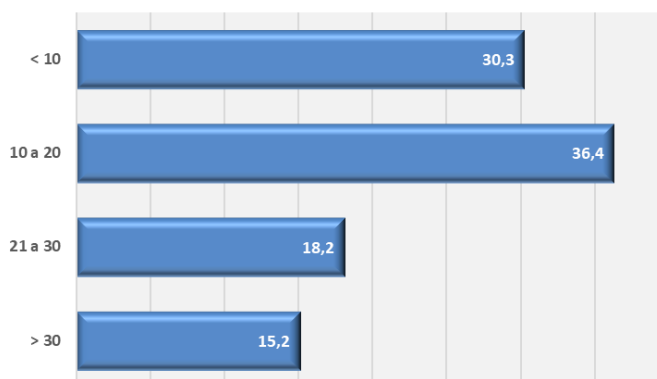
124

Estudos de caso	Escolas	Grupos Focais	Data
Agrupamentos Escolares	Dr. Mário Fonseca Nogueira, Lousada	Vera Cunha – Técnica Superior do Município de Lousada Goreti Moreira – SPO Ana - SPO	26 de junho – 10:00h
	Paços de Ferreira	Carmen Carvalho – Subdiretora do AE de Paços de Ferreira Paula Pinto – Município de Paços de Ferreira	26 de junho – 14:30h

II - Inquérito online às Escolas - Resultados

Professores e formadores que ministram as UFCD da componente técnica

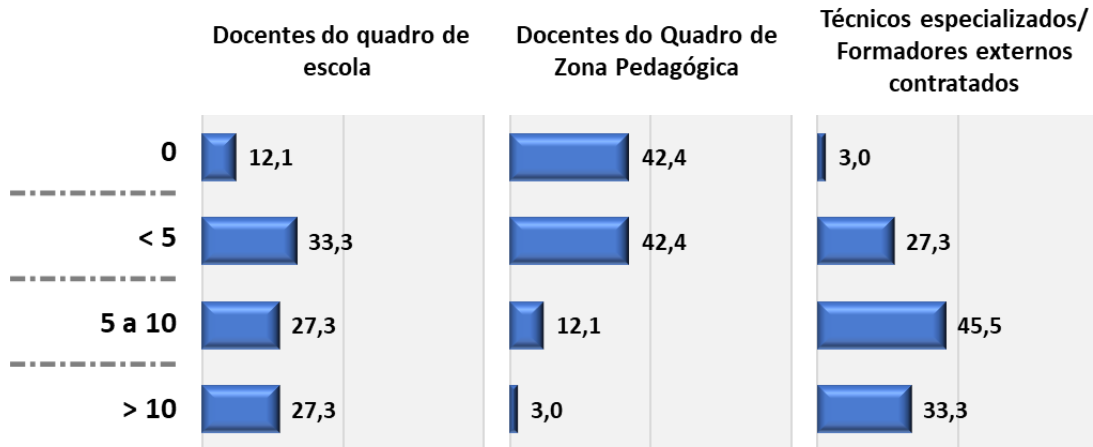
Número total de professores e formadores que ministram as UFCD da componente técnica/tecnológica do currículo (%)



Relatório Final

Fonte: Inquérito online às Escolas

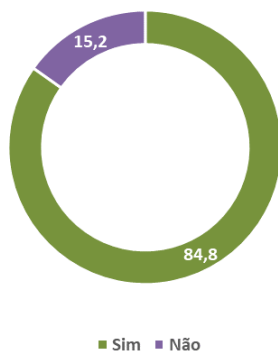
Do número total de professores e formadores que ministram as UFCD da componente técnica/tecnológica do currículo quantos são... (%)



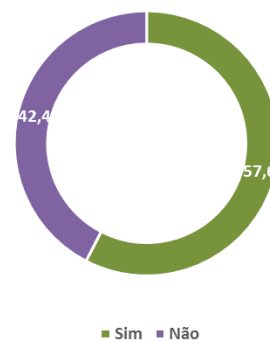
125

Fonte: Inquérito online às Escolas

% de Professores e formadores dos módulos das áreas técnicas com formação académica e/ou profissional específica na área ministrada



% de Professores e formadores dos módulos das áreas técnicas com formação pedagógica e didática

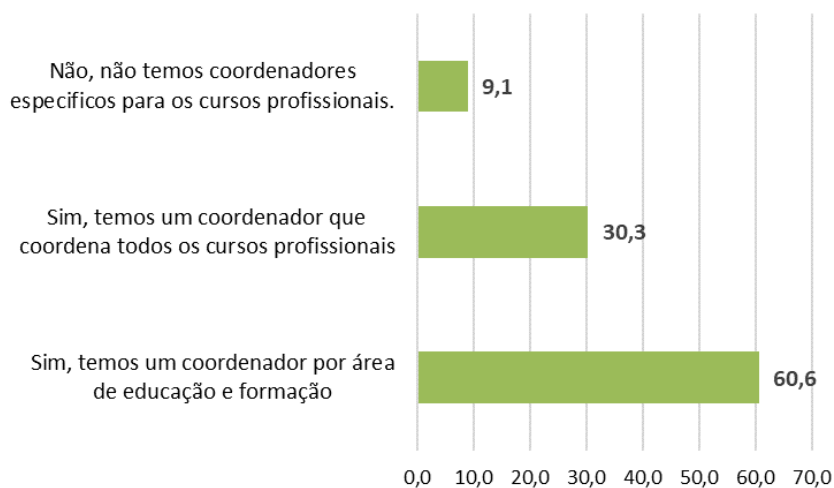


Fonte: Inquérito online às Escolas

Relatório Final

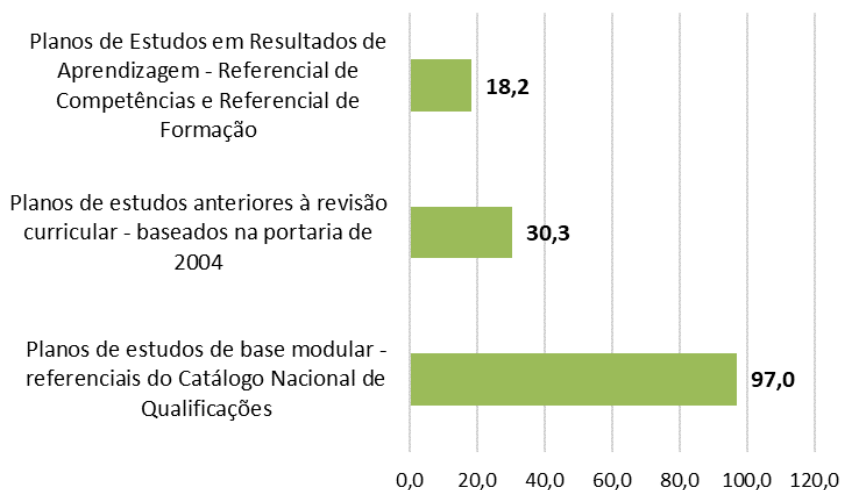
Existência de coordenadores para as diferentes áreas de educação e formação

126



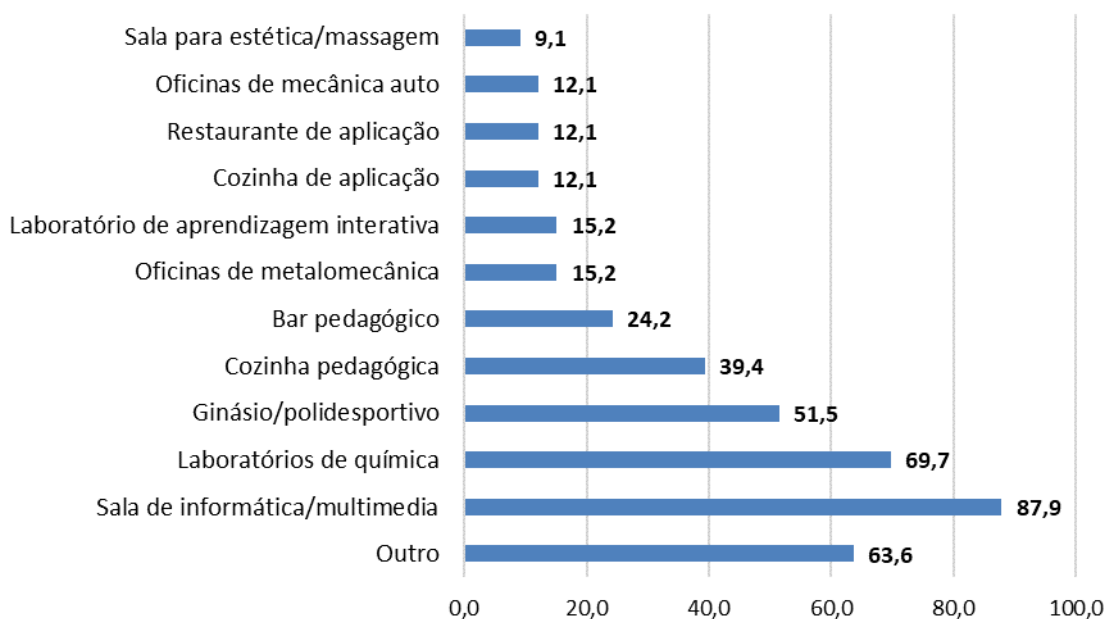
Fonte: Inquérito online às Escolas

Planos de estudos utilizados nos cursos profissionais (%)



Fonte: Inquérito online às Escolas

Existência de salas de aula específicas para as áreas técnicas (%)

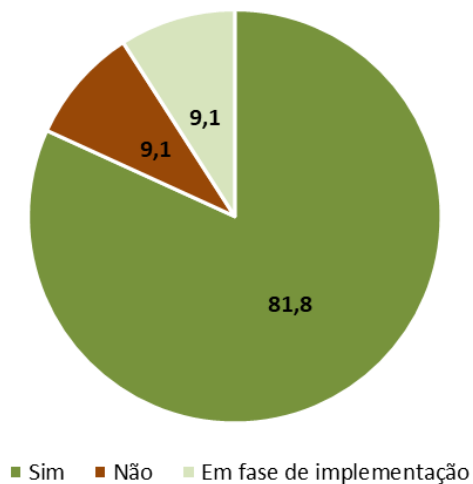


Fonte: Inquérito online às Escolas

Sistema de garantia de qualidade EQAVET

Certificação EQAVET (n)

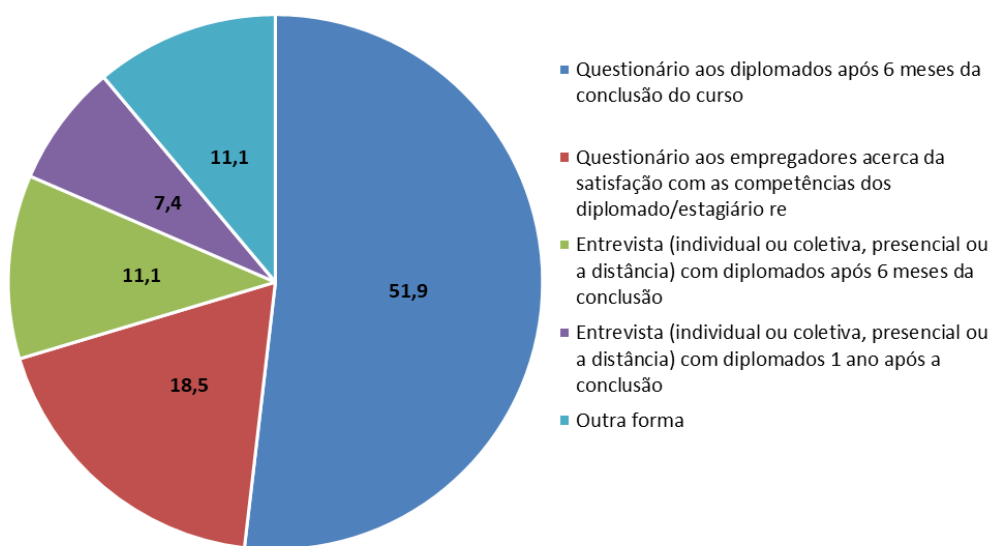
Relatório Final



128

Fonte: Inquérito online às Escolas

Metodologia de avaliação implementada (%)



Fonte: Inquérito online às Escolas

Relatório Final

Quadro-síntese das entrevistas realizadas às entidades formadoras, do T&S

Entidade	Relação com as empresas	Evolução das dinâmicas da formação de adultos
Associação Empresarial de Penafiel	<p>Consideram ter a relação com as empresas de Penafiel é difícil; os empresários são dificilmente mobilizáveis para iniciativas de auscultação de necessidades; a inquirição é feita por inquérito e frequentemente com baixas taxas de resposta.</p> <p>As áreas de formação com maior procura são: Literacias digitais; Línguas estrangeiras; SSHT; Linguagem gestual Carências de pessoal qualificado reportadas: têxtil, pedra/extração, construção civil, electricista, canalizadores, etc.</p>	<p>Consideram que a formação de adultos realizada não é suficiente para dotar os ativos das competências necessárias ao desenvolvimento socioeconómico da região.</p> <p>As empresas não cedem tempo aos seus trabalhadores A formação não é valorizada nem por empregadores, nem por trabalhadores</p>
CFPIC – Centro de Formação Profissional da Indústria do calçado	<p>Consideram ter uma excelente relação de proximidade com as empresas da indústria do calçado e marroquinaria. As empresas contactam e pedem formações à medida. Exemplo, formação de todos o pessoal técnico para abertura de fábrica de braceletes.</p> <p>Articulam com regularidade e participam em reuniões com associação e diretas com as empresas.</p> <p>Existem grande capacidade de inovação das empresas do setor Esperam-se grandes investimentos na área da marroquinaria de luxo As empresas referem ter necessidade de profissionais na área da gestão da produção, gestão de equipas, manutenção de máquinas.</p>	<p>Consideram que existem um constrangimento fundamental no desenvolvimento da indústria do calçado: o facto de não ser atrativo para os jovens; os ativos do setor ainda têm níveis de qualificação bastante baixos, inferiores ao 9º ano, o que dificulta até a formação em matérias mais complexas.</p> <p>Embora tenha havido uma afluência interessante na formação destinada a ativos, poderia ter sido mais elevada; os empregadores não dispensam os trabalhadores para participar em formações ou em processos de reconhecimento de competências.</p> <p>Devido ao elevado número de imigrantes a vir para o território, estão a ministrar cada vez mais aulas de português para estrangeiros e esta parece ser uma tendência de continuidade. Existe necessidade de apostar na qualificação dos jovens e adultos para trabalhar no setor. Estão previstos investimentos de empresas na área da marroquinaria de luxo e necessitam mão de obra qualificada Sugerem maior proximidade das escolas com o mundo empresarial do calçado</p>
Centro de Formação	Consideram ter uma relação “umbilical” com as empresas da indústria	A introdução da formação a distância trouxe grande dinamismo

Relatório Final

Entidade	Relação com as empresas	Evolução das dinâmicas da formação de adultos
Profissional das Indústrias da Madeira e Mobiliário, Paredes	<p>das madeiras e mobiliário</p> <p>Tiveram um encontro setorial em 2022 com elevada taxa de participação</p> <p>Consideram que conseguem suprir a maior parte as necessidades das empresas em matéria de formação de ativos</p> <p>As formações mais requisitadas são as específicas para o setor: Desenho técnico, Autocad, Software de desenho, Programação CNC, Gestão da Produção, Condução de empilhadores, entre outras.</p>	<p>à formação para ativos; é claramente uma forma de organização em crescimento e que facilita muito a participação dos formandos (evita deslocações, permite uma melhor articulação entre a vida profissional e familiar, permite aprendizagem ao ritmo individual)</p> <p>O grande desafio passa por melhorar as condições salariais dos trabalhadores; a agenda de trabalho digno deveria ser mais divulgada junto das empresas do território.</p> <p>Podiam ser criados mecanismos de incentivo ou distinção das empresas com boas práticas de gestão de recursos humanos (salários, condições, regalias, etc.)</p>
ProfiSousa – Paços de Ferreira	<p>As necessidades do tecido produtivo são essencialmente gestão da produção, desenho CAD/CAM, programação CNC, área do marketing e vendas. O diagnóstico é baseado em relatórios produzidos pela CIM e no contacto direto com os empresários.</p> <p>As formações devem ser de curta duração para ir ao encontro das disponibilidades dos empresários.</p> <p>O Centro tecnológico do setor da madeira e do mobiliário está muito focado na investigação, mas aponta para a definição das áreas formativas na próxima década.</p> <p>O setor da madeira e mobiliário é um setor de indústria e não de marca. Esta constatação dita muito o perfil da formação necessária. Os empresários que procuram na área de vendas internacionais já pressupõe o domínio de pelo menos 3 línguas estrangeiras. Polidores, operadores de CNC, manufatura – a introdução da robotização/robot –o trabalho dos operadores (eletrónica e robótica). Havendo uma trajetória de passar do paradigma indústria para marca, será necessário também apostar no design e marketing e na ergonomia</p>	<p>Mudar o nome dos cursos para torná-los mais atrativos.</p> <p>Excesso de oferta formativa certificada que leva a uma perceção negativa dos formandos.</p> <p>Os CA estão desfasados da realidade pela sua duração, pelo que os modelares são a solução mais interessante.</p> <p>Os Centros Qualifica deveriam apostar mais no RVCC</p> <p>O apoio financeiro deveria reforçado para mobilizar potenciais formandos.</p> <p>O envelhecimento geral da população ocidental também levará à valorização de produtos com ativos de sensorização, uma área que também será fundamental. Finalmente, a área da sustentabilidade dos materiais – os biomateriais, biotecnologia e a química.</p>

Relatório Final

Entidade	Relação com as empresas	Evolução das dinâmicas da formação de adultos
	para responder às necessidades crescentes da procura por ativos com estas características.	
CESAE digital	Existe carência de formação e procuram ir ao encontro das empresas. Têm uma base de dados com contatos. Estabelecem parcerias no início de cada modalidade formativa. Associação Empresarial de Castelo de Paiva – trabalha com estas das entidades. Respondem aos objetivos nestas áreas necessárias da vida pública.	Dificuldades em adquirir benefício financeiros
CENFIM - Amarante	<p>Não conseguiram participar os transportes. Passe Amarante/ Vila Real. Existem necessidades que não se consegue dar resposta. Por exemplo, Bragança não tem soldadura e têm uma série de empresas que necessitam de mão de obra qualificada. Fazem formação à distância – profissional Abriam mais cursos. Metade para o nível 4.</p> <p>Para desempregados existem mais <i>players</i> no território.</p> <p>Centro Protocolar – CIPOC (Eletricidade; Construção) Fazem diagnóstico de necessidades – enviados às empresas. Plano de formação está alinhado com as necessidades reais do mercado de trabalho. Mais de 400 pedidos: Eletricidade; Serralharia; Soldadura; Serralharia mecânica - nem todos têm maquinaria CNC e é fundamental ter o convencional. Muito elevada a procura de CNC. EFA e CET – Empresa formação em contexto de trabalho. 70, 80% ficam na empresa. Identificam bem os cursos e alinham com o tecido empresarial. É fundamental valorizar a formação profissional.</p>	<p>Concertação da oferta com a CIM – é fundamental concertar a oferta formativa Metalurgia e metalomecânica – alavancar este setor (aumentar competências).</p> <p>Madeiras (carpinteiros); Formar adultos CNC; Construção Há cerca de 19 ou 21 formandos desempregados em multimédia no centro de emprego de Marco de Canaveses – isso compromete o futuro das empresas. 2019 (EBS de Airões/Felgueiras) – Maquinação e Manutenção CNC Formação base na escola e a profissional ocorre no CENFIM. Têm também protocolos com as empresas. Estão abertos à partilha. Com a ES de Amarante; Colégio de São Gonçalo e Airões. Centro Qualifica de Amarante – CENFIM Escolar. Mais orientado para a escola secundária. Fazem também RVCC profissional Áreas: Cimagra (Pedra); Robótica (mais necessidades); Manutenção industrial; Programação industrial</p>

Relatório Final